



**PARQUE DO CARMO DE OLINDA: O ELEMENTO
VEGETAL NA COMPREENSÃO DO ESPÍRITO DO LUGAR**

ITALO CINTRA FERREIRA ORIENTADOR: DR. JOELMIR MARQUES

Alvin Lourenço



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

ITALO CINTRA FERREIRA

**PARQUE DO CARMO DE OLINDA: O ELEMENTO VEGETAL NA COMPREENSÃO DO
ESPÍRITO DO LUGAR**

Recife

2024

ITALO CINTRA FERREIRA

**PARQUE DO CARMO DE OLINDA: O ELEMENTO VEGETAL NA COMPREENSÃO DO
ESPÍRITO DO LUGAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Urbano. Área de concentração: Desenvolvimento Urbano.

Orientador: Dr. Joelmir Marques da Silva

Recife
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Ferreira, Italo Cintra.

Parque do Carmo de Olinda: O elemento vegetal na compreensão do espírito
do lugar / Italo Cintra Ferreira. - Recife, 2024.

106 p. : il., tab.

Orientador(a): Joelmir Marques da Silva

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de
Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano,
2024.

Inclui referências, apêndices.

1. Conservação Integrada. 2. Patrimônio Mundial Cultural. 3. Centro Histórico
de Olinda. I. Silva, Joelmir Marques da. (Orientação). II. Título.

720 CDD (22.ed.)

ITALO CINTRA FERREIRA

**PARQUE DO CARMO DE OLINDA: O ELEMENTO VEGETAL NA COMPREENSÃO DO
ESPÍRITO DO LUGAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do Título de mestre em Desenvolvimento Urbano. Área de concentração: Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 08/03/2024.

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Joelmir Marques da Silva (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Professora Doutora Maria de Jesus de Britto Leite (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Professor Doutor Saúl Alcántara Onofre (Examinador externo)
Universidad Autónoma Metropolitana

UM “RETORNO ÀS COISAS”

Quando criança morei durante breves anos em uma casa na periferia do Centro Histórico de Olinda. Diante de nossa morada, estendia-se um lote que também pertencia a minha família. Nesse espaço, destacavam-se algumas árvores frutíferas, como coqueiro, mangueira, caneleira e uma goiabeira, essa na verdade pendia alguns galhos da cerca vizinha. Na vida cotidiana, acompanhado da minha irmã, exploramos o lugar inúmeras vezes, sendo o palco de experiências de plantio e, por vezes, algumas frustrações, como o milho germinado no algodão, que foi plantado, regado e que cresceu, floresceu, mas não deu frutos. Entre os sucessos e falhas, de certo que estávamos mais em busca de aventura, que as colheitas propriamente ditas.

O que mais despertava minha curiosidade era uma frutífera com dois frutos diferentes em formato e cor. No auge de minha inocência, não compreendia que eram dois elementos vegetais distintos, onde o tronco de uma pitangueira e uma aceroleira se entrelaçavam. Instintivamente acredito que atribui o fenômeno à alguma mágica, que só o jardim possui. Já na fase adulta, ao regressar a Olinda após uma longa separação física – embora minhas raízes permanecessem ligadas aquele lugar – deparei-me com uma casa erguida sobre o lote. O jardim de outrora havia desaparecido, e as árvores frutíferas já não estavam mais lá. A ausência da pitangueira e aceroleira, em particular, provocou em mim uma sensação de não identificação com o lugar.

Durante minha jornada da pós-graduação, encontrei no Centro Histórico de Olinda, e mais especificamente no Parque do Carmo, um lugar de caráter peculiar. Um espaço público com uma variedade de árvores frutíferas pouco comum aos parques, compondo uma atmosfera constituída por elementos naturais e aqueles criados pelo ser humano. Talvez, mais do que uma investigação empírica, a busca por compreender o elemento vegetal represente uma forma de manter viva a conexão com o mundo da vida cotidiana e encontrar uma maneira de, finalmente, retornar para casa.

AGRADECIMENTOS

São inúmeros os desafios no estudo e preservação do patrimônio cultural e natural no Brasil, e, portanto, não poderia deixar de agradecer a todos que contribuíram para que essa dissertação fosse realizada. Essa é uma pesquisa feita por muitas mãos.

Agradeço especialmente à Joelmir Marques da Silva, meu orientador. Tanto as aulas de botânica aplicada ao paisagismo e jardins históricos, quanto a forma de pensar o jardim foram fundamentais para meu retorno ao estudo do elemento vegetal. Todo acolhimento, incentivo e discussões são um aprendizado acadêmico e para a vida, da qual tive sorte de contar durante a trajetória do mestrado.

Também tenho de agradecer aos professores, Ana Rita, Tomás Lapa e Lúcia Veras, os quais foram essenciais no ponta pé inicial dessa pesquisa e na construção do conhecimento científico. Aqui também incluo Maria de Jesus e Saúl Alcântara pela generosidade e pelas contribuições pertinentes na qualificação. Agradeço ainda aos servidores do Escritório Técnico do IPHAN de Olinda, da Superintendência de Recife e do Arquivo público de Olinda pela disponibilidade e consulta aos acervos.

Preciso agradecer ainda aos estimados colegas, Matheus (Mr. Waterford), Polly (Poliana moça) e Wilson (multiartista), que tanto compartilharam comigo, em discussões, eventos, projetos de extensão, e que estão sempre a postos para me escutar e dividir as alegrias e os percalços da vida acadêmica.

A minha família serei sempre eternamente grato. Em especial a minha querida avó Ana, quem primeiro conheceu e desbravou Olinda no século passado e por sempre me perguntar o que um arquiteto faz. A Adriano e Lia por sempre se doarem e acreditarem nos meus sonhos junto comigo. A Ialy pelo suporte incondicional e por ser uma mulher incrível, você é minha inspiração. A Jônatas, pelo apoio, carinho e companhia constante, obrigado pelos tantos mergulhos no Centro Histórico de Olinda, que trouxeram mais leveza para essa jornada.

Por fim, agradeço pelo apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – 88887.853476/2023-00, e todo o corpo técnico do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU) da Universidade Federal de Pernambuco.

Não sei se podemos salvar os jardins, se os caminhos pitorescos podem sobreviver em um mundo em crescimento frenético; mas acho que se o homem perder seus jardins e caminhos, ele se perderá (OPPENHEIMER, apud BRUN, 2020, p. 12, tradução nossa).

Do antigo Hôrto del-Rei restam árvores exóticas, entre o mato tropical de um sítio hoje particular. E onde o bonde - já desaparecido - dava a volta, no Farol, havia uma verdadeira mata de cajueiros que foram estúpidamente derrubados. **Há sempre no Brasil alguém derrubando ou querendo derrubar alguma coisa boa e velha: igreja, sobrado, mata, árvore, monte.** Esperou-se do decreto nacional de 8 de abril de 1939 que acalmasse, pelo Brasil todo, êsse mau gosto de derrubar, sem necessidade, árvores ou casas ligadas à fisionomia de sítios tradicionais. Mas não acalmou (FREYRE, 1968, p.144, grifo nosso).

RESUMO

O Centro Histórico de Olinda é reconhecido pela Unesco como Patrimônio Mundial Cultural, que levou em consideração a reunião do conjunto arquitetônico e traçado urbano imbricados à presença do mar e sua vegetação. Apesar do conjunto arquitetônico ser objetivamente apreendido enquanto patrimônio histórico, o elemento vegetal, é por vezes negligenciado e limitado a concepção de verde urbano da cidade. Contudo, a vegetação ultrapassa essa concepção, já que as diferentes espécies representam um papel na composição e não devem ser modificadas de maneira arbitrária. Acredita-se que ela está diretamente ligada à vida social e espiritual do Centro Histórico, dando ao sítio um caráter próprio que firma o seu lugar na história, seja pertencente as cercas e hortas conventuais, ao horto botânico, aos quintais ou espaços públicos ajardinados. Para autores como Christian Norberg-Schulz, o caráter peculiar que os lugares apresentam intitula-se como espírito do lugar. Circunscrito no Centro Histórico de Olinda, a espacialidade do Parque do Carmo é utilizada como objeto empírico para a investigação da problemática de pesquisa – o não entendimento da vegetação como elemento histórico e que dá identidade ao lugar. O Parque do Carmo é um célebre espaço público que se moldou conforme a demanda de diferentes épocas compreendidas entre os séculos 16 e 21. Com o objetivo de entender o elemento vegetal enquanto componente chave na permanência do Espírito do Lugar do Parque do Carmo, construiu-se a sua historiografia, direcionada a partir da fitocronologia e do palimpsesto vegetal, fazendo uso da pesquisa bibliográfica, histórica, e de campo exploratória. A construção historiográfica revelou os atributos e a paleta vegetal histórica do parque, além de evidenciar a fragilidade dos registros acerca do elemento vegetal e como eles são tratados nas intervenções, especialmente pelas esferas institucionais. Torna-se prudente a ampliação de pesquisas com este caráter em todo o perímetro do centro histórico, a fim de garantir a manutenção de seus atributos e valores.

Palavras-chave: Conservação Integrada. Patrimônio Mundial Cultural. Centro Histórico de Olinda.

ABSTRACT

The Historic Centre of the Town of Olinda is recognized as a World Cultural Heritage Site, which took into account the combination of architectural ensemble and urban planning intertwined with the sea and its vegetation. Although the architectural ensemble is objectively perceived as historical heritage, the vegetation is sometimes neglected and limited to the city's green infrastructure. However, the vegetation goes beyond this conception, as different species play a role in the composition and should not be modified arbitrarily. It is believed that it is directly linked to the social and spiritual life of the Historic Centre, giving the site its own character that establishes its place in history, whether it belongs to the conventual fences, the botanical garden, the backyards or landscaped public spaces. For authors like Christian Norberg-Schulz, the peculiar character that places present is called the spirit of the place. Circumscribed in the Historic Centre of Olinda, the spatiality of Parque do Carmo is used as an empirical object to investigate the research problem – the failure to understand vegetation as a historical element that gives identity to the place. Parque do Carmo is a famous public space that was shaped according to the demands of different eras between the 16th and 21st centuries. With the aim of understanding the vegetation as a key component in the permanence of Parque do Carmo's spirit of the place, it was built its historiography, directed from 'fitocronologia' and 'palimpsesto vegetal', making use of bibliographical, historical, and exploratory field research. The historiographical construction revealed the park's attributes and historical vegetation, in addition to highlighting the fragility of the records regarding the plant element and how they are treated in interventions, especially by institutional spheres. It is prudent to expand research of this nature throughout the perimeter of the historic center, in order to guarantee the maintenance of its attributes and values.

Keywords: Integrated Conservation. World Cultural Heritage. Historic Centre of the Town of Olinda.

SUMÁRIO

1	O PARQUE DO CARMO: SÍNTESE DE UMA PROBLEMÁTICA	12
2	O ELEMENTO VEGETAL NA EXPRESSÃO DO ESPÍRITO DO LUGAR	29
3	O ELEMENTO VEGETAL COMO OBJETO DE ESTUDO DA HISTORIOGRAFIA: PERCURSO METODOLÓGICO	37
4	TEMPOS HISTÓRICOS DOS JARDINS DO CARMO	47
4.1	PRIMEIRO TEMPO: DO SÉCULO 16 AO 18	47
4.1.1	O habitar dos carmelitas: jardins das cercas conventuais	47
4.2	SEGUNDO TEMPO: DO SÉCULO 19 AO 20	51
4.2.1	O antigo horto botânico de Olinda: Elemento vegetal como força motriz	51
4.2.2	A preexistência do Parque do Carmo: A Praça da abolição como jardim monumento	57
4.3	TERCEIRO TEMPO: O SÉCULO 21	74
4.3.1	Prenúncios da criação do Parque do Carmo	74
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
	REFERÊNCIAS	97
	APÊNDICE A – FICHA DE CAMPO DO LEVANTAMENTO FLORÍSTICO	105
	APÊNDICE B – INVENTÁRIO FLORÍSTICO DO PARQUE DO CARMO E ADJACÊNCIAS, REALIZADO EM 2023	106

1 O PARQUE DO CARMO: SÍNTESE DE UMA PROBLEMÁTICA

O jardim e a praça têm sido investigados como espaços distintos na literatura. De acordo com Saldanha (1993), ao pensar em jardim, rememora-se o espaço pequeno, arborizado e com vegetação de adorno, como o historicamente célebre *Jardin des Tuileries*. Enquanto a praça é tida como o espaço público que permite reunir multidões, seja ele um espaço político, econômico ou religioso, a exemplo da Ágora Grega.

É oportuno dizer que esses conceitos são dinâmicos e variam de acordo com o lugar e tempo histórico, porém funcionam como ponto de partida para a reflexão. De forma geral, a praça se distancia da natureza, antagônica ao jardim, sendo caracterizada pelos espaços vazios. Tais locais, representam valores opostos, ou seja, “[...] o jardim concentra a privacidade, retendo uma porção de natureza, e a praça contradiz a natureza para dar espaço à vida pública [...]” (Saldanha, 1993, p. 110).

Ao observar o Centro Histórico de Olinda, núcleo urbano formado durante o período colonial do Brasil, o termo ‘praça’ está normalmente associado a espaços ajardinados, diferentemente da compreensão de Saldanha, onde a ‘praça’ está mais próxima dos largos, espaços frequentemente presentes nos centros urbanos coloniais brasileiros. De acordo com Robba e Macedo (2002), em cidades brasileiras, qualquer espaço verde público, seja um canteiro central ou espaço residual é denominado praça, enquanto as *piazas* da Europa são caracterizadas pelos espaços vazios.

É importante notar que em cidades coloniais, os adros das igrejas, por exemplo, representavam um elo entre a comunidade e a paróquia, tratando-se de espacialidades precursoras dos espaços livres públicos e, na sequência, na formação das praças. Foi apenas a partir do século 19, que as ações de ajardinamento dos antigos espaços livres coloniais como praças, adros, pátios e largos se sucederam, de forma que a praça-jardim se tornou um retrato da sociedade de então (Robba; Macedo, 2002).

Essa afirmação pode ser ratificada ao se observar a localização das praças existentes no Centro Histórico de Olinda. Dentre as treze reconhecidas pela Lei 4.849/92¹, conforme o Quadro 1, apenas cinco não estão ligadas aos adros das igrejas. Ainda assim,

¹ A lei nº 4.849/92, instituída no âmbito municipal, caracteriza as praças, largos e mirantes, além de definir as normas urbanísticas, como a Zona Especial de Proteção Cultural e Paisagística (ZEPC) e as zonas de entorno do Sítio Histórico (Olinda, 1992).

estão associadas a equipamentos públicos ou trata-se de espaços residuais urbanos.

Quadro 1 – Praças do Centro Histórico de Olinda reconhecidas pela Lei municipal 4.849/92. Em negrito as duas praças que formam o Parque do Carmo.

NOME DA PRAÇA	BAIRRO	LOCALIZAÇÃO
Abolição (Também conhecida como Praça da Preguiça)	Carmo	Ao lado da Igreja do Carmo
Sítio de Seu Reis		Por detrás da Igreja do Carmo
Carmo		Diante da Igreja do Carmo
Conselheiro João Alfredo		Diante da Igreja de São Pedro Apóstolo
João Pessoa (Correios)		Ao lado do antigo Cinema Olinda
Monsenhor Fabrício		Em frente ao Palácio dos Governadores
Barão do Rio Branco (Jacaré)		Em frente ao Colégio São Bento
Sé de Olinda		Diante da Igreja de N. Senhor S. Salvador do Mundo
Milagres	Varadouro	Por detrás da Igreja de S. Cruz dos Milagres
Manuel Mansinho ²		Entre a Av. Joaquim Nabuco e a Rua Orlando da Silva
São Pedro Mártir ³		Antiga Praça Bernardo Vieira Melo
Coronel João Lapa		Diante do antigo Cine Duarte Coelho
Conselheiro Miguel Canuto	Guadalupe	Diante da Igreja de Nossa Senhora do Guadalupe

Fonte: Baseado na legislação urbanística do Centro Histórico de Olinda. Editado pelo autor (2024).

Ainda de acordo com a referida Lei, as áreas vegetadas do Centro Histórico estão divididas em três categorias. Sendo que as praças estão compreendidas no Setor Verde 3 (SV3), do qual também constam os largos e mirantes abrangidos pela Zona Especial de Proteção do Patrimônio Cultural (ZEPC).

É oportuno apontar que na localidade do Parque do Carmo, conforme a Figura 1, apenas o entorno imediato da Igreja do Carmo integra o Setor Verde 1 (SV1), destinada a

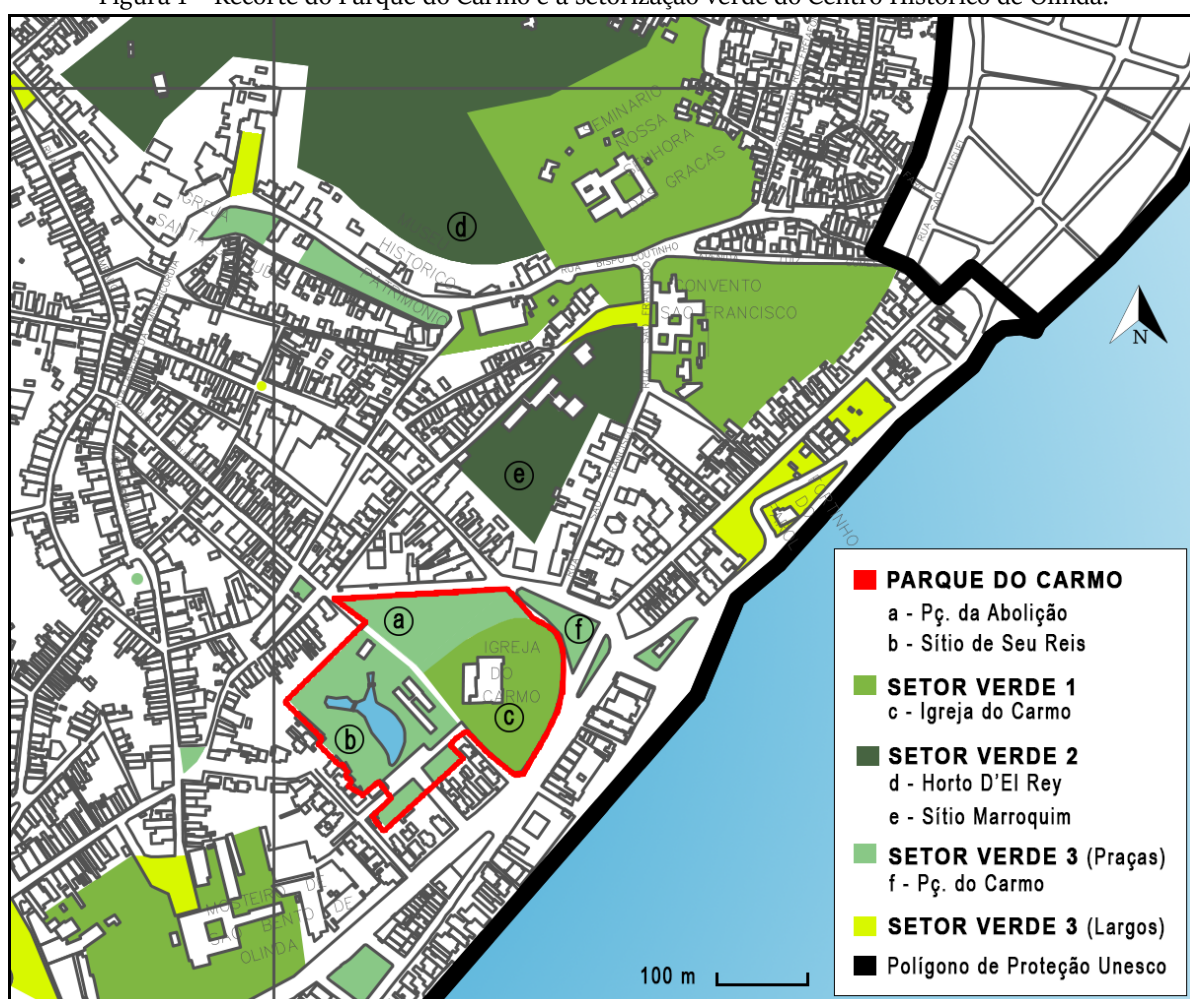
² Até o presente momento não foi possível identificar a localização exata da praça indicada pela legislação.

³ Dado a indicação, acredita-se tratar da atual Praça Laura Nigro.

áreas de “grande densidade de elementos naturais que envolvem elementos tombados” (OLINDA, 1992, p.8).

Nesse instrumento, o ‘Horto D’El Rey’ e o ‘Sítio Marroquim’ são apontados como Setor Verde 2 (SV2), áreas de proteção ecológica, caracterizadas pela densa vegetação existente. O fato de o Setor Verde 3 (SV3), onde as praças estão compreendidas, não se referir à vegetação ou elementos naturais, assim como é explicitado no Setor Verde 1 e 2, esmaecem a importância dos elementos vegetais contidos nesses espaços.

Figura 1 – Recorte do Parque do Carmo e a setorização verde do Centro Histórico de Olinda.



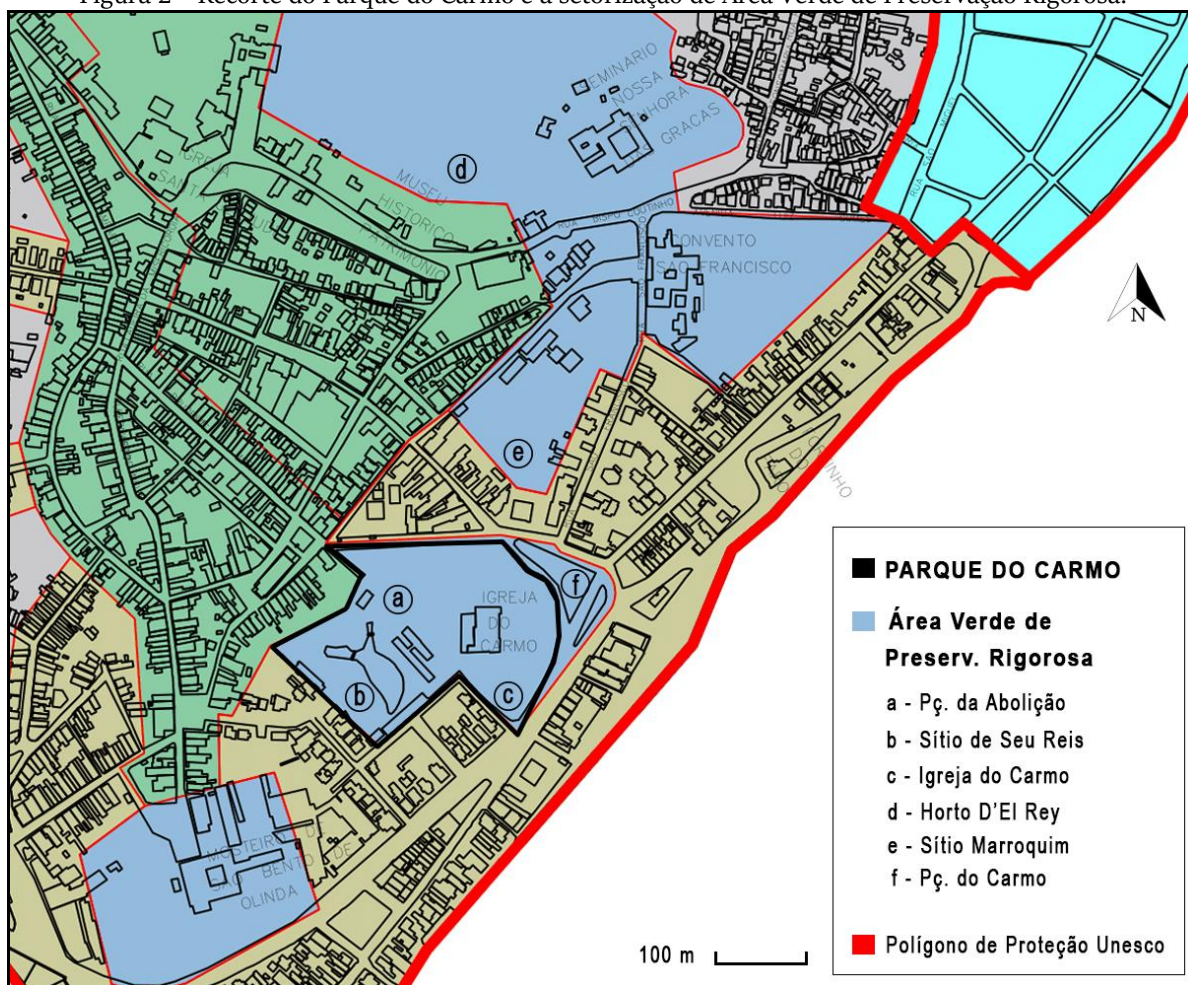
Fonte: UNESCO, adaptado pelo autor, 2024.

Distinto da legislação municipal, a normativa federal que estabelece a rerratificação do polígono de tombamento do município de Olinda e seu entorno (ETO/SPHAN/Pró-Memória; FCPSHO, 1985) conforme a Figura 2, caracteriza a área onde o Parque do Carmo se encontra como ‘Área Verde de Preservação Rigorosa’, ou seja, trechos

de maior densidade de elementos naturais.

É possível notar, ainda na Figura 2, que diferente do instrumento municipal, a vegetação desses setores não é segregada, sendo entendida como uma unidade. A Praça do Carmo, o Horto D'El Rey, o Sítio Marroquim e os demais elementos que esse polígono abrange obedecem às mesmas condições, onde não são permitidas novas construções, desmontes ou supressão de vegetação.

Figura 2 – Recorte do Parque do Carmo e a setorização de Área Verde de Preservação Rigorosa.



Fonte: UNESCO, adaptado pelo autor, 2023.

Ainda que o amparo legal nem sempre se revele eficaz, é impraticável falar do Centro Histórico de Olinda sem mencionar o elemento vegetal, visto que ele se apresenta indissociável da arquitetura e do traçado urbano. De acordo com Oliveira (2007), as edificações olindenses estão integradas ao meio biofísico, onde, as massas vegetais presente nos espaços públicos e privados possibilitam uma leitura de continuidade ecológica.

O Centro Histórico de Olinda é mundialmente reconhecido, dentre outros aspectos, pelo seu harmonioso equilíbrio entre edificações e jardins. É válido lembrar que o mesmo foi declarado como Patrimônio Mundial Cultural em 1982, dado a reunião de bens culturais e naturais que formam um conjunto peculiar e representativo de diferentes épocas.

Para além das construções, do traçado urbano e da proximidade com o mar, a presença do elemento vegetal dilui-se em seu território, compondo um grande jardim e conferindo ao bem patrimonial o valor excepcional universal. Por jardins, aqui entende-se as diferentes formas do homem se relacionar e modificar o meio ambiente natural, sendo estes apresentados no núcleo histórico na forma de cercas conventuais, adros, claustros, hortos botânicos, quintais, praças e alamedas.

Anterior a aquisição do título de Patrimônio Mundial Cultural, alcançado em 1982, a singularidade de seu acervo natural e construído já havia sido evidenciada como qualidades urbanísticas, arquitetônicas e paisagísticas, resultando no tombamento do sítio em 1968 pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

No processo de tombamento destaca-se o depoimento de Michel Parent, consultor internacional da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) que considerou a paisagem marinha e a natureza tropical do sítio uma das joias brasileiras, denominando-o um jardim pontilhado de obras-primas de arte, onde sua vegetação luxuriante deveria ser preservada a qualquer custo (Parent, 2008).

Para Aloísio Magalhães, presidente do IPHAN à época e responsável por apresentar a candidatura do Centro Histórico ao Comitê do Patrimônio Mundial, o elemento vegetal representava um peso tão importante quanto o conjunto dos monumentos edificados (Barreto; Lira, 2009). A vista disso, a designação do Centro Histórico como um jardim, presente nos processos e formulações técnicas, é significativa e auxilia na compreensão dessa dimensão do sítio.

Contudo, como afirmado por Santana e Silva (2014), referente às determinações da proteção dos elementos naturais do Centro Histórico de Olinda, o atributo vegetal assume relevância apenas em aspectos quantitativos de massa vegetal e, por vezes, como moldura do casario colonial e das edificações religiosas.

Apesar da proteção legal, a expressão cultural referente aos aspectos qualitativos que o componente vegetal imprime, ainda aparecem em segundo plano no discurso

preservacionista. O elemento vegetal, na atualidade, ainda é encarado como um problema urbano dado a falta de manutenção, onde acabam sendo associadas ao risco de queda, acidentes e danos às edificações históricas.

Essa alheação para com o elemento vegetal tem sido evidenciada por autores como Pereira Júnior (2004), que denuncia a supressão da cobertura vegetal nos espaços públicos e privados do Centro Histórico de Olinda, em detrimento de construções irregulares, bem como supressões e podas clandestinas, expondo a desarticulação entre as secretarias da Prefeitura e demais órgãos públicos.

Loureiro (2007), também retratou na escala dos lotes-quintais a problemática, ao discutir as novas demandas da vida moderna como a necessidade de garagem e ampliação de cômodos, que tem sucessivamente retalhado os quintais e ameaçado a existência dos tecidos verdes do sítio.

Além desses apontamentos, a raiz do problema aparenta ser de uma época ainda mais distante. De acordo com Silva (2003), o ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), mediante parecer proferido durante o Comitê do Patrimônio Mundial em 1982, opinou pela postergação da inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, visto que não foi exposto, de forma clara, os meios a serem implementados para a proteção do Centro Histórico de Olinda.

Ainda assim é importante ressaltar o apontamento relativo ao elemento vegetal presente na proposta de inscrição na lista do Patrimônio Mundial, quando descreve que:

A vegetação exuberante das ruas, dos jardins, das aleias, dos conventos, com árvores frutíferas frondosas, mangueiras, fruta-pão, jaca, sapoti e coqueiros conferem ao sítio o valor dominante de um núcleo urbano emoldurado por uma massa verde sob a luz tropical, tendo aos seus pés a praia o oceano (MAGALHÃES, 1981, p.5).

Da titulação de Patrimônio Mundial até então, o impasse tem se intensificado e a ação de 2021 movida pelo Ministério Público de Pernambuco, apontou ao município de Olinda a necessidade de medidas que aprimorem as políticas públicas de gestão da cobertura vegetal no espaço público do Centro Histórico Diante das notícias onde moradores denunciaram a erradicação de indivíduos vegetais históricos de figueiras (*Ficus benjamina*) no entorno da Praça Monsenhor Fabrício, área circunscrita na proteção

rigorosa e em frente à sede da prefeitura (Pernambuco Notícias, 2021).

Enquanto resposta, o município realizou o plantio de palmeiras-imperiais (*Roystonea oleracea*), conforme a Figura 3, alegando que a vegetação anterior apresentava riscos à população e as edificações tombadas, e que a medida traria mais segurança e qualidade de vida, ratificando o aval do IPHAN na ação (Prefeitura de Olinda, 2021). Tal condição, demonstra a falta de compreensão da importância dos atributos do elemento vegetal para o Centro Histórico de Olinda que é indissociável à manutenção do seu título, bem como a ausência de critérios na escolha das espécies para o replantio.

Figura 3- Comparação do antes e depois da substituição do ficus por palmeiras-imperial em frente à sede da prefeitura de Olinda.



Fonte: Google Street View, setembro de 2015 e janeiro de 2022, respectivamente.

Outro caso recente, que também expressa a natureza do problema, aconteceu em dezembro de 2021, onde uma palmeira-imperial (*Roystonea oleracea*) adulta foi derrubada para a instalação de decoração natalina no largo do Varadouro, conforme a Figura 4. Em entrevista para o portal de notícia G1 Pernambuco, um morador se pronunciou criticando a ação:

Eu não consigo imaginar como a solução mais absurda foi escolhida. Por que eles não usaram luzes de LED para enfeitar as palmeiras já existentes ali? Seria muito mais bonito, menos custoso e ajudaria a natureza, o meio ambiente. Tirar uma árvore de uns 15 ou 20 anos para deixar um ornamento natalino que vai durar um mês? (G1 Pernambuco, 2021, s/p.).

Figura 4 – Derrubada de Palmeira-Imperial no Largo do Varadouro, dentro do polígono rigoroso de proteção do Patrimônio Mundial.



Fonte: Felipe Mattos, G1 Pernambuco, 2021.

A vista disso, é possível afirmar que a descaracterização do componente vegetal nos espaços públicos e privados do Centro Histórico de Olinda – pelo manejo incorreto da vegetação e intervenções paisagísticas, ainda que executadas pelos órgãos responsáveis e com anuência das entidades de preservação – se dá pela falta de compreendê-lo enquanto integrante do espírito do lugar, ameaçando sua leitura como bem patrimonial e o testemunho para as futuras gerações.

Dentre a vasta multiplicidade de praças, largos e mirantes no Centro Histórico de Olinda, é curioso notar a presença de uma tipologia de espaço pouco comum aos núcleos históricos brasileiros, o parque. De acordo com Bonduki (2010), até o final do século 18, eram comuns os pomares e hortas ocupando os fundos dos lotes privados e os quintais dos conventos, enquanto jardins botânicos e passeios públicos começaram a ser implantados de forma bastante discreta. Essas áreas possuíam características e objetivos completamente diferentes dos parques urbanos modernos.

Os parques urbanos, da forma que são conhecidos hoje, não estavam presentes na origem dessas cidades, o que não significa que as áreas arborizadas e plantadas fossem inexistentes. No cenário nacional, embora tenham sido implementadas algumas iniciativas no século 19, com o intuito de criar áreas verdes e parques, foi somente na segunda metade do século 20 que esses locais se tornaram espaços públicos valorizados (Bonduki, 2010).

Anterior a criação do Parque do Carmo, como é atualmente conhecido, a espacialidade já estava estabelecida, recebendo diferentes nomenclaturas e intervenções com o passar do tempo, entre elas, as mais conhecidas foram: Praça da Abolição, Praça da Preguiça, Jardins da Abolição e Praça da Liberdade. Tratando-se de um recinto não linear, a localidade do Parque do Carmo possui traçado irregular, que compreende a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, os espaços preexistentes da colina do antigo Convento de Santo Antônio do Carmo, a Praça da Abolição e o Sítio Seu Reis, espaço fruto do desmonte da cerca conventual Carmelita (Figura 5).

Figura 5 – Delimitação do Parque do Carmo. Nota-se que a área correspondente a “Praça do Carmo” não foi incluída no Projeto do Parque, no âmbito do Programa Monumenta.



Fonte: Landsat Copernicus. Base Google Earth, 2023. Editado pelo autor, 2023.

A localidade é marcada pelas permanências e mudanças, desde a chegada dos Carmelitas a vila de Olinda até os dias atuais. Foi na década de 1910, durante a modernização da cidade, que houve uma intensa transformação urbana, onde recebeu projetos de urbanização e ajardinamentos. Entretanto, os exuberantes canteiros ajardinados que caracterizavam a área nas primeiras décadas do século 20 apresentam-se

hoje de forma bem diferente, já que o elemento vegetal, seu principal componente, possui um ciclo finito.

O centro histórico de Olinda passou por diferentes planos, dentre eles podemos destacar o PDLI (Plano de Desenvolvimento Local Integrado) em 1972, PCH (Programa de Cidades Históricas) em 1973, Programa CURA (Programa de Complementação Urbana para a Recuperação Acelerada) em 1977, PNRH (Programa de Recuperação de Núcleos Históricos) em 1985, Programa Monumenta em 2002 e o PAC Cidades Históricas (Programa de Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas) em 2013.

Embora todos tenham suas especificidades e influenciado direta ou indiretamente a área do Carmo, a partir da instituição de práticas conceituais e de gestão, delimitação de zonas de proteção, restauro em monumentos, melhorias urbanas como sistema de saneamento e habitação, foi o Programa Monumenta/BID, o último programa responsável por revitalizar os espaços preexistentes da Igreja do Carmo, Praça da Abolição e Sítio de Seu Reis, dando-lhe a nomenclatura de Parque, e incorporando um uso mais urbano.

O Programa Monumenta possuiu como meta a revalorização de determinadas áreas⁴ degradadas do Centro Histórico de Olinda e, no caso do Parque do Carmo, houve a restauração da estátua da liberdade e do coreto (Figura 6). A intervenção contou ainda com a setorização de áreas para festividades e a criação de um *playground*. Além do acréscimo de piso impermeável diferente do anterior, que apresentava solo natural em quase toda sua totalidade (Menezes, 2006).

⁴ Além da criação do Parque do Carmo, o programa Monumenta foi responsável por outras obras em diferentes espaços públicos do Centro Histórico de Olinda: Rua Saldanha Marinho, Largo da Conceição e Beco do Bajado.

Figura 6 – Estátua da Liberdade à esquerda, em comemoração à Abolição do final do século 19 e coreto em ferro fundido à direita, do início do século 20.



Fonte: O autor, 2020.

A intervenção, por exemplo, negligenciou as exigências ambientais da vegetação preexistente, onde as árvores e palmeiras foram circundadas pelo piso impermeável, restando-lhes canteiros com pequenas áreas de solo natural (Figura 7). Verifica-se, na atualidade, que muitos desses canteiros resultaram na morte dos indivíduos vegetais históricos, um crime ao patrimônio.

Figura 7 – Área do entorno da Estátua da Liberdade com destaque para as palmeiras-imperiais (*Roystonea oleracea*). À esquerda em 2006 e à direita em 2017.



Fonte: Acervo SEPACCTUR/PMO e Google Street View, respectivamente.

O cartão-postal de 1921 (Figura 8) apresenta uma vista dos ‘Jardins da Abolição’, com a presença do coreto de ferro, recantos simulando ilhas e viveiros de animais.

Intervenções características dos projetos de urbanização e embelezamento recorrentes da época. Embora seja fácil reconhecer a Igreja de São Pedro ou ainda o Casarão Lundgren, o jardim pode nos causar espanto ou surpresa, primeiro dado pela imponência do seu ajardinamento e, segundo, por tratar-se de um jardim que já não existe mais.

Figura 8 – Jardins da Abolição em postal. Igreja de São Pedro ao fundo e Casarão dos Lundgren à direita. Com dedicatória datada de 15 abr. 1921.



Fonte: Villa Digital. Fundação Joaquim Nabuco.

Essa aproximação com objeto nos fornece um dado importante sobre a efemeridade do elemento vegetal do jardim, possuindo um ciclo biológico finito que exige manutenção contínua. Além disso, também é possível afirmar que o vegetal está mais propenso a desaparecer ou sofrer uma completa transformação quando circunscritos no espaço público, já que está em constante transformação, moldando-se ao espírito de época.

De fato, o cartão-postal citado anteriormente representa uma determinada época desse jardim, contudo, realizando um salto temporal e retomando o Parque do Carmo da época atual, poderíamos afirmar que a Figura 9 se trata de uma intervenção que considera a espírito do lugar ou evoca uma estrutura anterior desse jardim?

Figura 9 – Intervenção na colina da Igreja de N. Sra. Do Carmo: Letreiro em topiaria “Sejam bem-vindos a Olinda”.



Fonte: Rogácio Nunes, outubro, 2019.

Certamente, para um observador mais atento, a intervenção soa questionável e fora de sintonia, mas, ainda assim, é o reflexo da contemporaneidade. Ou seja, as ações de manutenção desse jardim correspondem a ações genéricas de um poder público que pouco tem contribuído para a conservação do elemento vegetal e, consequentemente, perturbando a manutenção do valor universal excepcional do bem, no caso, o Centro Histórico de Olinda.

Tais ações de manutenções periódicas que ocorrem na área, conforme a Figura 10, posteriormente ao Programa Monumenta, e aquelas pontuadas anteriormente no texto, reafirmam a ausência de maior entendimento da vegetação enquanto documento histórico, ato imprescindível para qualquer ação de conservação.

Figura 10 – Intervenção de ajardinamento em espelho d'água/vasca histórica, remanescente da Praça da Abolição.

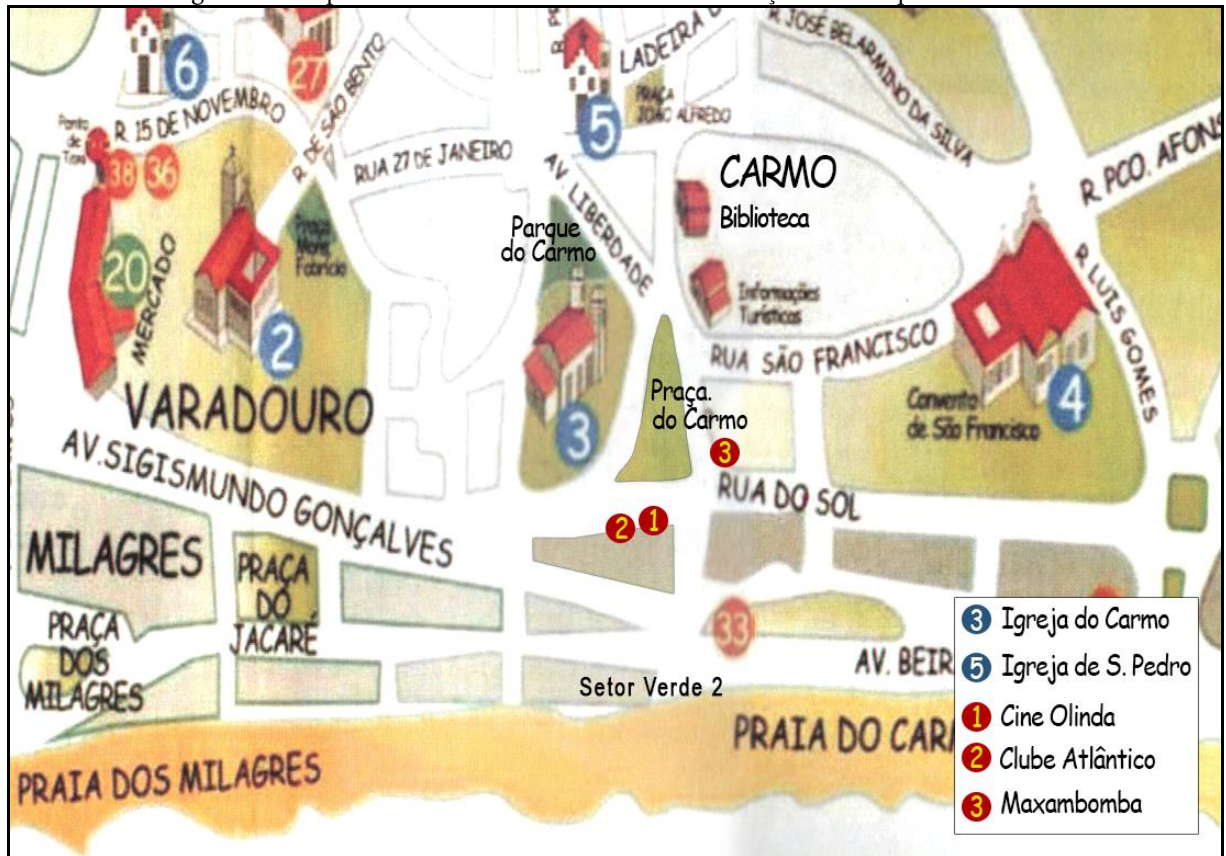


Fonte: Arquimedes Santos, Diário de Pernambuco, 2020.

Tendo em vista a problemática, se faz necessário retificar a importância desses elementos vegetais. Admitindo-se como hipótese que o elemento vegetal está diretamente ligado ao espírito do lugar do Parque do Carmo, construído e modificado através do tempo, a partir de espécies exóticas aclimatadas no antigo horto botânico, e posteriormente disseminadas no sítio.

Dessa forma, como delimitação da investigação, designa-se o Parque do Carmo como objeto de estudo, sabendo-se que ele é uma parte do todo que representa o Centro Histórico de Olinda. Equiparando-se a importância de outros importantes bens culturais da cidade que se encontram nas suas imediações, como a Biblioteca Municipal, o Clube Atlântico, o Cine Olinda, a Igreja de São Pedro, e o edifício da Antiga Estação de trem Maxambomba (Figura 11).

Figura 11 – Importantes bens culturais nas intermediações do Parque do Carmo.



Fonte: Bárbara Lustosa, 2010. Adaptado pelo autor, 2023.

Dado a diversidade da composição do Parque do Carmo, partiu-se do pressuposto que se trata de uma parcela representativa do Centro Histórico de Olinda, com diferentes temporalidades reunidas, onde o elemento vegetal, ali presente, vai além do seu ajardinamento característico do século 20. Não por acaso, é no Parque do Carmo onde recupera-se mais registros históricos iconográficos, como cartões-postais e fotografias, além de ser constante em livros e revistas, tendo o vegetal sempre destaque em tais documentos.

Diante do que foi discutido até o momento, considera-se o Parque do Carmo como um jardim histórico. Visto que, conforme a Carta de Juiz de Fora (2010), na realidade brasileira, os jardins históricos equivalem aos locais de encontro e convívio, que possuem importância simbólica e afetiva, como os parques e jardins das cidades históricas.

Essa ideia deriva, dentre outros documentos nacionais e internacionais, da Carta de Florença (1981), que define o jardim histórico como uma composição arquitetônica e vegetal sob a perspectiva histórica ou artística. Já para Añón-Feliú (1995), o jardim histórico contém um poder evocativo maior que outros tipos de jardins. Carregado de

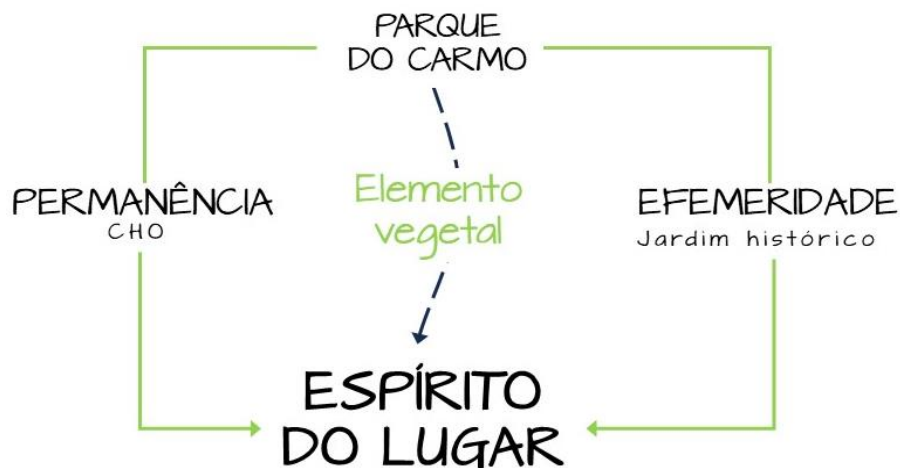
significados, ele oferece uma estrutura singular, integrando o ser humano ao passado de forma natural e eficaz.

A ampliação das categorias dos bens culturais, com a inclusão dos jardins históricos, é de grande relevância para o patrimônio cultural. Já que compreender a proteção do monumento para além do objeto individual, levando em consideração os centros históricos e os jardins históricos são uma das particularidades mais evocativas do pensamento internacional acerca dos bens culturais (González-Varas, 2008).

Para González-Varas (2008), os jardins históricos, por exemplo, agregam aos centros históricos valores artísticos, estéticos e sensoriais. Eles possuem um modo de organização que integra elementos distintos, atribuindo ao lugar uma unidade.

Com base nessa compreensão, o problema de pesquisa é delineado na Figura 12, destacando o papel crucial do elemento vegetal na conferência do espírito do lugar ao Parque do Carmo. Essa singularidade é atribuída à sua localização em um Centro Histórico, que contribui para a sua permanência, e à sua renovação constante, associado à efemeridade.

Figura 12 – Desenho do Problema de Pesquisa.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Desta forma, essa pesquisa tem como objetivo principal compreender o elemento vegetal enquanto componente chave na permanência do espírito do lugar no Parque do Carmo. Para tanto, tem-se como objetivos específicos: (i) a construção da historiografia do Parque do Carmo e do conjunto que lhe antecede, (ii) a identificação dos atributos da vegetação e (iii) a construção da fitocronologia e do palimpsesto vegetal do parque.

Para tanto, a dissertação está dividida em cinco capítulos, o primeiro intitulado **O PARQUE DO CARMO: SÍNTESE DE UMA PROBLEMÁTICA**, apresenta a delimitação do tema, o objeto de estudo e a formulação do problema, além dos objetivos gerais e específicos da pesquisa. Ainda neste capítulo o objeto de estudo é detalhado e o problema de pesquisa discutido, ressaltando a relevância dessa pesquisa para a conservação do elemento vegetal no Centro Histórico de Olinda.

Na sequência o segundo capítulo, **O ELEMENTO VEGETAL NA EXPRESSÃO DO ESPÍRITO DO LUGAR** apresenta uma bibliografia pertinente ao assunto e seus respectivos conceitos: espírito do lugar e jardins históricos. Configurando-se o estado da arte, ao passo que discute a problemática levantada no capítulo anterior.

O terceiro capítulo denominado **O ELEMENTO VEGETAL COMO OBJETO DE ESTUDO DA HISTORIOGRAFIA: UM PERCURSO METODOLÓGICO** trata-se da construção do aporte metodológico. Aqui são abordados os três eixos de análise: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo exploratória. Para a construção da historiografia do Parque do Carmo, são estabelecidos os procedimentos da fitocronologia e do palimpsesto vegetal, essenciais ao estudo do elemento vegetal.

A seguir, no quarto capítulo, a partir da construção historiográfica, foi possível estabelecer os **TEMPOS HISTÓRICOS DOS JARDINS DO CARMO**, divididos em três periodização distintas: **O PRIMEIRO TEMPO: DO SÉCULO 16 ao 18, O SEGUNDO TEMPO: DO SÉCULO 19 ao 20 e o TERCEIRO TEMPO: O SÉCULO 21**, com o propósito de entender melhor como se deu à implantação do elemento vegetal nessa localidade. Para a compreensão do momento atual foi fundamental a realização da fitocronologia e do palimpsesto vegetal, traçando a paleta vegetal histórica e suas sucessões no tempo. Também se apresenta o contexto da área com a vinda dos Carmelitas para a vila de Olinda e a influência do Horto botânico no ajardinamento do Centro Histórico de Olinda.

Por fim, o quinto capítulo, denominado **CONSIDERAÇÕES FINAIS** ressaltam a importância do estudo e proteção do elemento vegetal nos Centros Históricos para a conservação do Espírito do Lugar, além de contribuir com futuras pesquisas da área que envolvam a análise do elemento vegetal, os jardins históricos brasileiros e a conservação integrada de Centros Históricos.

2 O ELEMENTO VEGETAL NA EXPRESSÃO DO ESPÍRITO DO LUGAR

Vista à distância, Olinda atrai a atenção e admiração de todos. **Não se sabe que mais admirar nessa cidade construída sobre a colina**, se o **casario alvacento**, pontilhado de igrejas, ou se a **folhagem luxuriante** que se insinua entre as construções, dando, a quem observa de longe, a impressão de que os prédios plantados na encosta do morro estão meio **enterrados na verdura**. [...] (Kidder, 2008 [1845], p.101, grifo nosso)⁵.

Nas palavras de Daniel P. Kidder (1815-1891), missionário norte-americano que esteve em viagem expedicionista durante o século 19 no nordeste do Brasil, Olinda é traduzida como esse lugar onírico, capaz de integrar tão bem suas edificações ao meio natural. Passados dois séculos desde então, as “expedições contemporâneas” que são realizadas cotidianamente no trajeto entre Recife e Olinda, ou vice-versa, continua a nos presentear com uma paisagem verdejante vista por exemplo, do alto do viaduto da Pan Nordestina (Figura 13).

Figura 13 – Viaduto localizado em Olinda, entre o cruzamento das Avenidas Pan Nordestina e Presidente Kennedy.



Fonte: Google Street View, Janeiro, 2022.

⁵ A obra citada, apesar de publicada pelo Senado Federal em 2008, trata-se de uma reedição. Kidder editou o original *Sketches of residence and travels in Brazil* ainda em 1845, realizando sua expedição no Brasil entre os anos de 1837-1840.

A vista panorâmica à distância do Centro Histórico de Olinda, resultado da integração entre o traçado urbano e o elemento vegetal associado à sua topografia, confirma a presença de uma unidade que proporciona uma dimensão emocional a todos os seus exploradores, sejam eles os habitantes da cidade ou visitantes. Contudo, se de longe a vista é admirável,

(...) nada, porém, excede o contraste entre a aparência encantadora da cidade, quando vista a distância e o **estado de decadência e abandono** que apresenta a quem dela se aproxima. Quase todas as ruas estão cobertas de mato. Metade das casas parece abandonadas e as restantes estão em miserável estado de abandono, com todas as janelas quebradas [...]. Passamos para o Jardim Botânico. Este, apesar de muito bem localizado, e de possuir valiosos espécimes vegetais, tem menores pretensões que qualquer outro de seus similares, devido a minguada verba que o governo provincial consigna para a sua manutenção. (Kidder, 2008 [1845], p. 124-125, grifo nosso).

É notório que os elementos construídos enfrentam desafios para sua manutenção tanto historicamente, tanto no século 19, na visão de Kidder, quanto nos dias atuais, e o mesmo também se rebate nos tecidos verdes da sua trama urbana.

Entender o elemento vegetal do Parque do Carmo, não se reduz apenas ao levantamento botânico. Trata-se de algo mais complexo, visto que a localidade passou, ao longo do tempo, por significativas transformações, ora sendo caracterizada por suas hortas e pomares conventuais, ora como praça, enquanto espaço público ajardinado. Além do aspecto cultural e patrimonial que o elemento vegetal imprime ao Centro Histórico, é válido pontuar também sua dimensão ambiental.

Conforme afirmado por Burle Marx (1967, *in* Tabacow, 2004), a vegetação é a responsável por criar condições de vida na terra, mantida e equilibrada pela sua atividade. Sendo, um dos principais problemas da devastação as alterações climáticas, microclimáticas e a destruição do capital social representado pela fertilidade do solo. Dessa forma, é necessário o apreço e compreensão dos atributos da vegetação existente.

A problemática com a devastação das áreas verdes pode ser explicada, em parte, dado a noção de patrimônio cultural que até a metade do século 20 se restringia aos monumentos edificadas. E somente após o fim da segunda guerra que as discussões acerca da ecologia e do meio ambiente ascenderam. Mesmo o jardim tratando-se de uma arte milenar, é apenas com o surgimento de cartas patrimoniais e recomendações que se iniciam as discussões acerca do seu reconhecimento, salvaguarda, manutenção e restauro (Magalhães, 2015).

No inciso terceiro da Carta de Atenas (1931, p.2), dedicada a valorização dos monumentos, recomenda-se que “deve-se também estudar as plantações e ornamentações vegetais convenientes a determinados conjuntos de monumentos para lhes conservar o caráter antigo.”

Revisando a Carta de Atenas de 1931, a Carta de Veneza (1964, p.1) reexamina seus princípios, aprofundando a temática de preservação dos sítios históricos, onde “a noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, [...] ou de um acontecimento histórico”.

E embora as cartas sejam um marco na promoção da preservação dos bens patrimoniais, o elemento vegetal ainda aparece em posição secundária. Apenas ao final da década de 1960, é que se passa a refletir sobre metodologias para o estudo dos jardins de interesse histórico. Destacando-se, conforme Andrade (2008), a produção científica publicada entre as décadas de 1960 1980, em especial a atuação do ICOMOS/IFLA (Comitê Internacional de Paisagens Culturais), na promoção à defesa, reabilitação e difusão dos jardins, concretizada com a publicação da Carta de Florença.

De acordo com a Carta de Florença (1981, p.1) “um jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público” sendo “uma composição de arquitetura cujo material constituinte é principalmente de origem vegetal”. Introduzindo, dessa forma, a categoria dos bens patrimoniais um novo termo técnico, definido pelo seu caráter histórico ou artístico.

Para Añon Feliú (1995), o jardim histórico é tido como uma unidade inseparável de elementos naturais e arquitetônicos, tratando-se de um espaço de alto teor evocativo, que oferece ao ser humano a possibilidade de se integrar ao ambiente natural e ao seu passado ao mesmo tempo. Carregado de significados, é responsável por oferecer uma vivência poética e mística. E, ainda que não se apresente em sua completude, carrega consigo um espírito impregnado no seu traçado, com os lagos e demais elementos que funcionam como pontos de referência e abrem espaço à imaginação.

Ressaltando a importância da vegetação para o jardim histórico, assim como na Carta de Florença, Giusti (2004), afirma que o elemento vegetal está incluso nas categorias estruturais do jardim, adquirindo por vezes um papel fundamental, até sagrado, assim

como ocorre com os monumentos e obras construídas. Fazendo-se necessário identificar os nós que se entrelaçam e se confrontam nas diferentes épocas, culturas e acontecimentos.

A década de 1990 é especialmente importante para a ampliação da noção de patrimônio. Nesse contexto, a categoria da paisagem cultural, instituída pela UNESCO, a partir de 1992, buscou classificar o patrimônio que representava “as obras conjugadas do homem e da natureza”, ou seja, aquela intencionalmente criada pelo homem, abrangendo uma variedade de manifestações que consideram as características e limites do ambiente natural, bem como a relação espiritual específica com a natureza (UNESCO, 2023).

A criação dessa categoria aparenta romper com a dicotomia anteriormente imposta pelos critérios estabelecidos para classificação de bens como naturais ou culturais. Contudo, o Centro Histórico de Olinda foi inscrito na Lista do Patrimônio Mundial, anterior a sua criação. Em 1995, o Comitê de Ministros do Conselho da Europa, por meio da Recomendação R (95) 9, dialoga com a abordagem da Paisagem Cultural pela Unesco, reforçando o seu conceito e contribuindo posteriormente para o estudo dos jardins históricos (Recomendação Europa, 1995).

Passadas mais de três décadas da Carta de Florença, a Carta de Juiz de Fora (2010, p.2) interpreta a categoria dos jardins históricos na realidade brasileira, onde entende-se como os sítios agenciados pelo homem, como quintais, praças, parques, hortos, claustros e espaços verdes circundantes de monumentos ou centros históricos urbanos. Essa constatação é ainda mais evidente quando afirma que “os jardins históricos são um rico testemunho da relação entre a cultura e a natureza, testemunho que se preserva no caráter das intervenções realizadas no local e na salvaguarda do espírito do lugar” (Carta de Juiz de Fora, 2010, p.3).

Sabendo disso, é notório a ampliação entre as definições do documento nacional para o internacional, onde é possível admitir o Parque do Carmo enquanto jardim histórico, já que o bem patrimonial é reconhecido por meio de suas qualidades espaciais, ou seja, um espaço agenciado pelo homem e circunscrito em um Centro Histórico. Tratando-se de um testemunho cultural concebido em um passado específico que atravessou o tempo e foi moldado de maneiras distintas, o que torna sua conservação uma ação complexa.

De acordo com Catalano e Panzini (1990), conservar um jardim histórico pode significar mantê-lo, mas também encontrar um arranjo vegetal que respeite o original, compreendendo as camadas do tempo que determinaram sua composição atual. O fato de o jardim ser composto em sua maior parte por matéria viva, o torna biologicamente frágil.

Contudo, a fragilidade está relacionada não apenas a senescência do elemento vegetal, mas também a alteração do equilíbrio ecológico existente no ambiente. Por essa razão, para a realização de qualquer intervenção no jardim histórico, é necessário o reconhecimento daquele testemunho e da forma como ele chegou até os dias atuais, compreendendo seus atributos e os momentos que o determinaram (Catalano; Panzini, 1990).

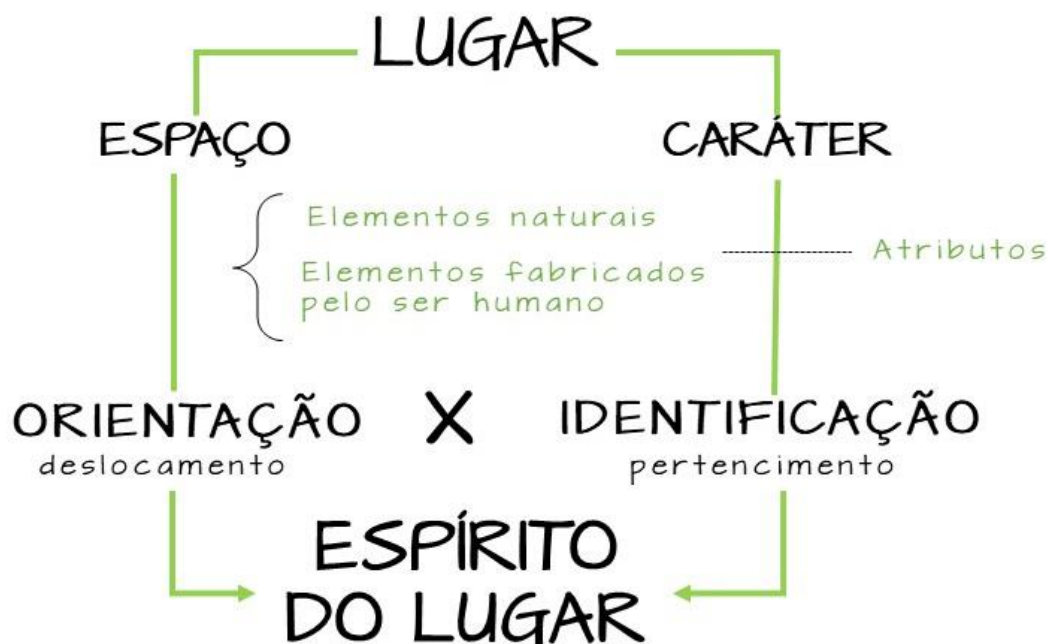
Dessa forma, pode-se dizer que a conservação dos jardins históricos está atrelada a permanência de um determinado espírito, ou seja, dos componentes e testemunhos que constituem esse lugar. Esse conceito também é recorrente em outros documentos, a exemplo da Declaração de Québec (2008, p.2) que define, “o espírito do lugar [...] como os elementos tangíveis (sítios, paisagens, objetos) e intangíveis (memórias, texturas, cores, odores, etc.) isto é, os elementos físicos e espirituais que dão sentido, emoção e mistério ao lugar”.

A declaração expressa uma noção análoga a concepção de Norberg-Schulz (1979), acerca do *genius loci*, pioneiro no estudo do ambiente do ponto de vista fenomenológico. Para ele, os elementos tangíveis possuem um potencial de atribuir significado ao ambiente mediante a criação de lugares específicos. Onde a identidade do lugar e do homem se relacionam, visto que quando o lugar é vivenciado, desenvolve-se uma relação existencial, que pode ser amistosa ou hostil, surgindo dessa relação as questões simbólicas.

Corroborando com a noção apresentada por Norberg-Schulz e a declaração de Québec, Lapa e Melo (2008) afirmam que o espírito do lugar se apresenta como caráter concreto e imaginário. Sendo o concreto relacionado aos atributos da forma arquitetônica e urbana, enquanto que o imaginário corresponde aos ritos praticados pela comunidade, que conferem ao lugar um caráter singular e, sem eles, os lugares seriam desprovidos de espírito, já que as práticas humanas moldam o território, permitindo que mesmo alguém externo a esse meio perceba-o.

Dessa maneira, considerando o jardim histórico um produto fruto de uma intervenção humana no território, pode-se afirmar que há uma forte ligação entre o elemento vegetal e o espírito do lugar. Contudo, a adoção desse conceito precisa ser feita de forma acautelada, visto que dado sua amplitude, sendo utilizado em discussões espaciais, estéticas, ecológicas, sociais e culturais, pode se diluir e transformar-se em uma casca vazia (De Wit, 2014). É necessário que seja feita uma investigação a fundo, em busca de caracteriza-lo (Figura 14).

Figura 14 – Percurso teórico para a compreensão do Espírito do lugar, segundo Norberg-Schulz.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Para Norberg-Schulz (1979), o **lugar** é o ponto de partida e objetivo da investigação, sendo um dado primário iluminado ao fim pela análise dos aspectos do **caráter** e do **espaço**. A caracterização do lugar se dá a partir dos **objetos concretos de identificação** que possuem substância material, forma, textura e cor. Esses, por sua vez, são conceituados como: **elementos naturais**, componentes principais, os lugares definidos geograficamente e os **elementos fabricados pelo ser humano**, ou seja, os assentamentos, das casas às fazendas, das aldeias às cidades e os caminhos que lhes conectam.

O **caráter** é uma totalidade complexa, sendo determinado pela constituição material e formal do lugar, de como as coisas são feitas. E a sua caracterização é obtida a partir de uma série de reflexões: Como é o **solo** em que pisamos? Como é o **céu** sobre nossas

cabeças? Como são as **fronteiras** que definem o **lugar**? O **caráter** indica ainda uma atmosfera abrangente além da forma e substância concreta dos elementos que definem o **espaço**. A caracterização do **lugar** ultrapassa sua localização, pois possui um caráter peculiar ou atmosfera específica, que é parte importante da experiência (Norberg-Schulz, 1979).

Kevin Lynch, ao investigar o **espaço**, já apontava elementos que embasam a orientação humana (marco, baliza, caminho, borda e distrito). Corroborando com ele, Norberg-Schulz (1979) aponta a importância de se orientar no espaço e compreendê-lo como a organização tridimensional dos elementos que formam o **lugar**. Contudo, além da **orientação**, o homem deve ser capaz de estabelecer uma **identificação** com o ambiente. **Identificação** e **orientação** são aspectos essenciais do estar-no-mundo do ser humano. A **identificação** é a base do sentimento de pertencer, significa estabelecer uma relação amistosa com determinado ambiente. Já a **orientação** é a função que torna o ser humano capaz de se deslocar.

Proteger e conservar o espírito do lugar implica em concretizar sua essência em contextos históricos sempre novos. É normal que lugares se transformem, às vezes muito rapidamente. Isso não implica necessariamente que o *genius loci* mude. O espírito do lugar está constituído de objetos concretos de identificação, pode-se distingui-los entre os elementos naturais e fabricados pelo ser humano. Os quais podem ser identificados e caracterizados a partir de esquemas perceptuais, ou seja, as estruturas inter-humanas, as estruturas condicionadas pela cultura e aquelas determinadas pelo lugar (Norberg-Schulz, 1979).

Assim, interpretando os objetos concretos de identificação na realidade do jardim, a partir dos esquemas perceptuais, é possível realizar a caracterização dos atributos da vegetação do Parque do Carmo (Quadro 2), permitindo compreender como as transformações espaciais modificaram o elemento vegetal, assim como ratificar para além da sua importância patrimonial, a sua dimensão ambiental. Conforme Sá Carneiro e Silva (2012), os atributos funcionam como símbolos que preservam as tradições e os valores de uma cultura específica. Com a interação humana ao longo do tempo, esses atributos ganham significado único e distintivo, tornando-se referências duradouras para as gerações futuras.

Quadro 2 – Atributos da vegetação histórica do Parque do Carmo.

ATRIBUTOS	DESCRIÇÃO
Aroma (olfato)	A percepção olfativa desempenha um papel fundamental na apreensão da essência dos lugares. Diretamente conectada a determinados tipos de vegetação, como o aroma envolvente dos jasmims, a presença marcante das árvores frutíferas como a mangueira e fruta-pão.
Luz e Cor (visão)	Destacam-se as tonalidades da luz esverdeada oriunda dos exuberantes maciços vegetais que contrastam com as múltiplas tonalidades azuis do céu e do mar. A luminosidade revela a textura e a plasticidade das formas presentes na vegetação e nos assentamentos (monumentos e casario) que se acomodam sobre as ondulações do relevo.
Refrigério (tato)	Árvores com copa densa possuem função de oferecer sombra e frescor, minimizando os excessos climáticos, especialmente as altas temperaturas, permitindo a formação de um microclima local, responsável pelas sensações de abundância e frescura.
Sabor (paladar)	Dispersão de plantas por entre hortas e pomares. Difusão de espécies pelas qualidades medicinais, nutricionais e da cultura vigente. Práticas ligadas à agricultura urbana. Frutíferas de grande porte.
Sonoridade (audição)	A floração e frutificação promovem a euforia por parte dos animais, a exemplo do canto dos pássaros. O farfalhar das folhas causadas pelo vento e o murmúrio das águas correntes, proporcionando uma atmosfera de serenidade. Além da sensação de paz, os sons evocam lembranças da cidade colonial.
Atmosfera	Experiência a partir da imersão no lugar, onde observa-se a reunião dos elementos naturais e aqueles construídos pelo ser humano.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Para Norberg-Schulz (1979), somente a **poesia**, em todas as suas formas, dá sentido à vida humana. Para ele, a arquitetura é uma forma de poesia que tem como propósito ajudar o homem a pertencer a um **lugar concreto**. Ela é responsável por reunir as propriedades do lugar e as aproximar do homem. A arquitetura começa a existir quando faz visível todo um ambiente, concretizando assim o *genius loci*.

Além da arquitetura, nesta pesquisa também se considera o jardim como uma forma de poesia, e o vegetal como um dos elementos capazes de ajudar o homem a pertencer a um lugar concreto. Dessa forma, a partir da teoria de Norberg-Schulz, foi possível sintetizar os atributos dos elementos naturais, examinando seus caracteres observáveis, em busca de uma construção da fenomenologia do caráter. Assim, a vegetação do parque pode ser apreendida a partir dos sentidos humanos, como descrito no Quadro 2.

3 O ELEMENTO VEGETAL COMO OBJETO DE ESTUDO DA HISTORIOGRAFIA: UM PERCURSO METODOLÓGICO

Frente as discussões acerca dos jardins históricos e espírito do lugar, neste capítulo apresenta-se o percurso metodológico adotado na pesquisa, partindo da seguinte questão: Como analisar o elemento vegetal do Parque do Carmo, considerando suas diferentes temporalidades, em um contexto de mudanças, sejam elas políticas, culturais ou sociais?

Considerando a problematização da pesquisa, assumiu-se que a melhor forma de realizar a análise do elemento vegetal é por meio da construção da historiografia do conjunto carmelita, que compreende desde o final do século 16, com a vinda dos Carmelitas, a construção do Convento de Santo Antônio, da Igreja do Carmo e das hortas até o início do século 21 com a criação do Parque do Carmo.

Para Waisman (2013), a construção de uma historiografia permite uma dupla leitura da temática, ou seja, a leitura da matéria tratada e a ideologia do momento histórico em que foi estudada, partindo sempre de uma reflexão e investigação histórica. Já que uma construção historiográfica não abrange a totalidade das questões, mas sim as questões prioritárias para o objeto em estudo.

Conforme Pontual e Piccolo (2012), o estudo e a construção de uma historiografia também parte de uma investigação histórica, sendo capaz de revelar a cultura do lugar e os significados atribuídos no tempo. Essas descobertas permitem conferir quais são os elementos responsáveis por atribuir o caráter único de cada lugar.

Tratando-se de jardins, em específico dos jardins brasileiros do século 19 e 20, para Silva (2016), a construção da historiografia é um caminho para o seu entendimento e conservação, visto que a compreensão do passado é essencial para o reconhecimento patrimonial e a tomada de decisões relativas a futuras intervenções.

A investigação da arte e da arquitetura, enquanto objeto de estudo da historiografia parte da realidade presente. Ainda que a obra arquitetônica e artística pertença a outro tempo, é, em si mesma, o testemunho histórico principal, já que o fato artístico não se esgota no exame de suas circunstâncias históricas, pois sua permanência no tempo deve-se a uma qualidade extra histórica, isto é, sua condição própria de monumento (Waisman, 2013).

A arquitetura, além de monumento, pode ser considerada um monumento vivo, quando considerada sua função ou seu uso. Já que “o monumento não é o que dura, mas o que permanece. No caso da arquitetura, o que permanece do evento original é uma forma física significativa. Não o evento inteiro. O monumento é uma pista ou lembrança do que aconteceu, é o valor daquilo que permanece que nos inclina a estudá-lo” (Waisman, 2013, p.13).

O jardim histórico também se configura como um movimento vivo, porém com uma especificidade, tratando-se do único monumento constituído de matéria viva, conforme descrito pela Carta de Florença. Dado a condição efêmera do elemento vegetal, o que permanece não é uma forma física significativa, mas sim uma sucessão de camadas, onde novas fisionomias são adquiridas ao longo do tempo. Portanto, conservar o jardim, dando-lhes uma identidade contemporânea é o grande desafio da contemporaneidade.

Como observado anteriormente, a construção de uma historiografia requer uma análise cuidadosa de suas fontes. Apesar das conexões com as definições europeias, as ideias e formas da arquitetura não chegaram aqui de forma acabada, mas em um processo de **transculturação de ideias**, sendo interpretadas e influenciadas dado as circunstâncias locais, além das condições políticas e econômicas (Waisman, 2013). De certo que esses movimentos também repercutiram na construção dos jardins.

Dialogando com autores como G. C. Argan, Bruno Zevi, Erwin Panofsky, Raymond Aron, Henri Focillon, Nikolaus Pevsner, Manfredo Tafuri, dentre outros, a autora estrutura um método para aqueles interessados na leitura e escrita da história da arquitetura, onde sintetiza conceitos instrumentais para análise da arquitetura a partir de um ponto de vista latino-americano, sendo eles: (1) periodização, (2) continuidade/descontinuidade, (3) durações históricas, (4) centro/periferia/região, (5) tipologia, (6) linguagem, (7) significado, (8) patrimônio arquitetônico e urbanos e (9) centros históricos.

Considerando os principais conceitos utilizados para reflexão e investigação histórica na construção da historiografia no Parque do Carmo, adaptou-se a metodologia sistematizada por Waisman (2013), optando por determinadas categorias (Quadro 3), que funcionam como lentes de pesquisa, são elas: Periodização, Continuidade/Descontinuidade, Durações históricas e significado.

De forma análoga, ainda que simplificada, Vasconcelos (2021) aponta quatro categorias como caminho metodológico na construção da historiografia, especialmente das cidades brasileiras de longa trajetória histórica, sendo elas: (1) Periodização de acordo com os eventos de maior importância; (2) Exame do contexto de cada período e análise das questões mais relevantes; (3) Exame dos principais agentes externos e locais que contribuíram para modelar a localidade e (4) Exame do desenvolvimento espacial de cada período.

Quadro 3 – Sistematização das categorias utilizadas para a construção da historiografia.

CATEGORIA	PROCEDIMENTOS PARA REFLEXÃO E INVESTIGAÇÃO
Periodização	1. Conectar os eventos históricos de uma mesma época; 2. Estabelecer Unidades Históricas e suas características distintivas; 3. Identificar a relação entre as unidades e a totalidade da história; 4. Determinar os limites das unidades e as causas de suas mudanças.
Continuidade/ Descontinuidade	1. Compreender os momentos de rupturas e mudanças significativas que levam as unidades históricas (mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais); 2. Identificar nas distintas manifestações arquitetônicas e urbanas a descontinuidade, já que é um fato historicamente certo na formação das imagens urbanas; 3. Enumerar as causas das descontinuidades, seja ela de natureza política, econômica, do desenvolvimento histórico ou da ocupação do território.
Durações históricas	1. Distinguir os fatos pontuais dos fenômenos de média e longa duração; 2. Refletir sobre as contínuas revisões e esquecimentos ao qual o passado é submetido, as valorizações e desvalorizações, aos entusiasmos e as críticas, as reprovações e rejeições; 3. Identificar a partir da reflexão desses movimentos do devir histórico, quais as camadas subsistem sob as mudanças visíveis e podem constituir elementos de estabilidade ou mesmo de atraso na evolução do tempo.
Significado	1. Esclarecer o que deve ser compreendido, visto que à historiografia reside em compreender a história, não em acumular ou emitir juízos; 2. Realizar a leitura do lugar, tendo em vista a diversidade de épocas e culturas, como das circunstâncias histórico-sociais à determinadas tipologias arquitetônicas; 3. Considerar que a leitura do lugar é de quem olha para o passado a partir do presente; 4. Distinguir a leitura da sociedade geral e dos observadores que formam a disciplina.

Fonte: Waisman, 2013 e Vasconcelos, 2021; adaptado pelo autor, 2023.

No caso do jardim histórico, dado a sua efemeridade, este não se constitui a referência primária de toda investigação, sendo necessário considerar outros eixos de análise como o palimpsesto vegetal, formado a partir da fitocronologia do jardim (Silva,

2017). Dessa forma, como subsídio para a construção da historiografia foram consideradas, como percurso metodológico, a **pesquisa bibliográfica**, a **pesquisa documental** e a **pesquisa de campo exploratória**.

A **pesquisa bibliográfica** envolve todo material relacionado ao objeto de estudo, incluindo artigos, jornais, livros, dissertações, teses, dentre outros. E, apesar de tratar de documentos de domínio público, ela não se resume a repetir o que já foi escrito, mas sim propiciar a análise da temática por meio de uma perspectiva diferente (Marconi; Lakatos, 2003). Para tanto, as seguintes temáticas foram englobadas: historiografia, jardins, jardins históricos, patrimônio cultural mundial e espírito do lugar.

Para a realização da **pesquisa documental**, ou seja, aquela cujos dados não foram tratados de forma científica ou analítica (Matos; Vieira, 2001), fez-se a coleta dos documentos escritos ou não, como, por exemplo, revistas, jornais de época, mensários, anuários e relatos de chefes de governo, iconografias, à exemplo de fotografias, material cartográfico, cartões postais, gravuras e desenhos técnicos.

No âmbito da pesquisa bibliográfica e documental, e referindo-se à **análise histórica**, de acordo com Catalano e Panzini (1990), buscou-se desenvolver uma consciência do elemento vegetal enquanto produto de uma intencionalidade do projeto, onde reconstitui-se o percurso histórico, junto a compreensão da arquitetura e das composições formais do jardim, associado a identificação da paleta vegetal adotada em diferentes tempos históricos, que não são possíveis de serem deduzidas apenas a partir da análise do momento atual.

Nota-se, que para a realização da análise histórica é necessário ter em mãos, tanto a compreensão teórica adquirida na pesquisa bibliográfica, quanto o arcabouço de materiais levantados durante a pesquisa documental. Tendo isso em mente, para o estudo do jardim histórico, Catalano e Panzini (1990) sistematizam o repertório documental em três vertentes (Quadro 4).

Quadro 4 – Sistematização dos documentos utilizados para análise do jardim histórico.

Repertório iconográfico	Fotografias: (i) históricas; (ii) aéreas com vistas gerais da área de estudo e do território ao redor; (iii) recentes para compreensão da transformação do elemento vegetal.
Repertório cartográfico	(i) Planos traçados no passado do conjunto e do território em que se insere o jardim; (ii) Topônimos que reconstroem as relações entre vegetação, edificações e território.
Repertório vegetal	(i) Paleta vegetal utilizada e listas botânicas elaboradas por especialistas; (ii) Intervenções efetuadas e diferentes agentes que atuaram; (iii) Informações contidas em elementos cadastrais e relatórios técnicos; (iv) Ampliações e transformações do conjunto; (v) Descrição feita por viajantes do passado.

Fonte: Catalano e Panzini, 1990; adaptado pelo autor, 2023.

Para o levantamento das fontes bibliográficas e documentais foram consultados os acervos de arquivos públicos, e repositórios digitais como a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, além de bibliotecas públicas (Quadro 5), utilizando-se como palavras-chave, os topônimos encontrados para o Parque do Carmo nas bibliografias analisadas: Praça da Liberdade, Praça da Preguiça, Praça da Abolição, Jardins da Abolição.

Quadro 5 – Principais acervos consultados para o levantamento de fontes documentais.

Acervos	Arquivos
Villa Digital (FUNDAJ)*	Iconografias de Olinda
Brasileira Fotográfica*	
Arquivo Nacional*	
Museu da Cidade do Recife*	
Fundação Getúlio Vargas*	
Instituto Moreira Salles*	
Rede de Arquivos do IPHAN*	
Superintendência do IPHAN-PE	Iconografias de Olinda
Escritório técnico do IPHAN, Olinda-PE	Iconografias de Olinda, Arquivos do Projeto Monumenta.
Biblioteca Pública Penarol de Camaragibe-PE	Beltrão (1996), Lustosa (2010)
Biblioteca Pública de Olinda	Freyre (1968), Arlégo (2000)
Arquivo Público de Olinda	Cavalcanti (1986), Recortes de jornais, iconografias de Olinda

Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	Anais Pernambucanos, Costa (1951)
Hemeroteca Digital (Fundação Biblioteca Nacional)	Diário de Pernambuco (1910-1990), Diário da Manhã, À Província.

* Acervos digitais.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

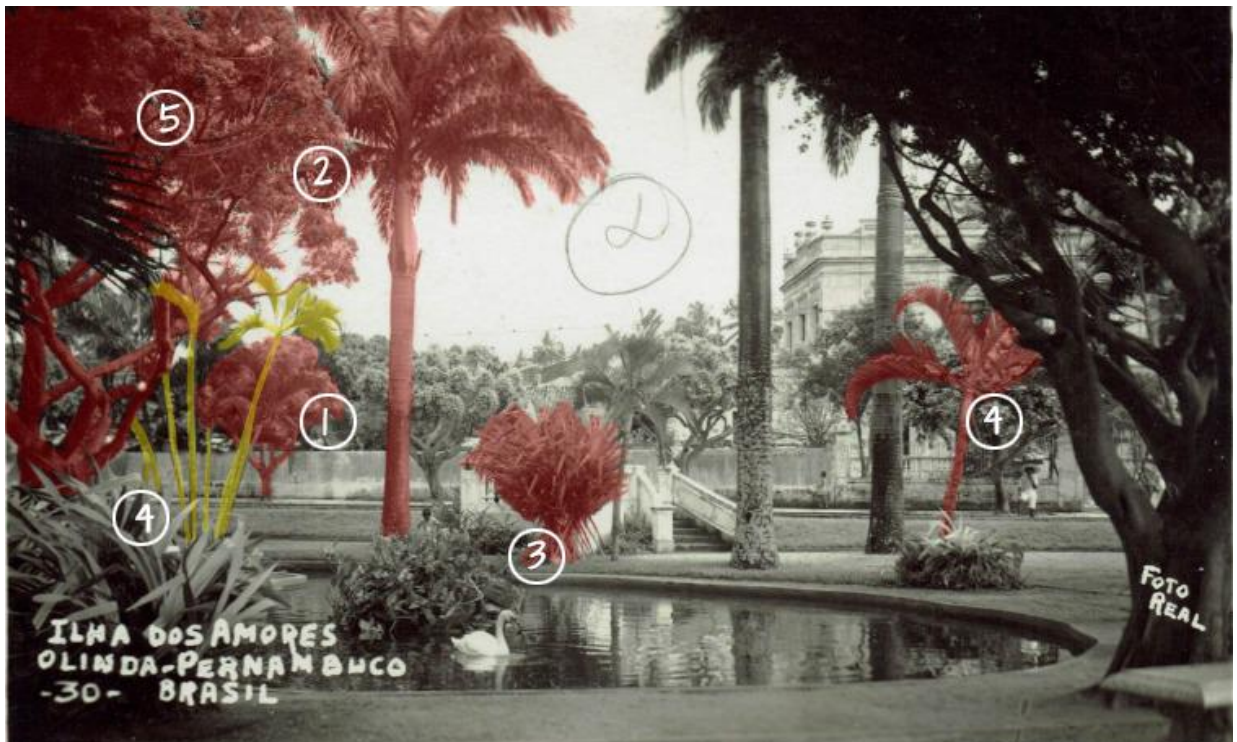
Em busca de verificar a permanência do espírito do lugar a partir do elemento vegetal no Parque do Carmo, é importante analisar também o momento atual. Para isso, foram utilizados dois importantes instrumentos, sendo eles a fitocronologia e o palimpsesto vegetal.

De acordo com Silva (2017), a fitocronologia compreende o estudo detalhado da vegetação, onde realiza-se um aprofundamento do conhecimento botânico ao longo do percurso histórico até a contemporaneidade. É um instrumento de extrema importância para a gestão do elemento vegetal no jardim histórico, sendo indispensável enquanto ação de conservação do patrimônio.

A análise da vegetação ao longo do tempo possibilita a compreensão do palimpsesto vegetal presente em um jardim histórico. Esse panorama permite compreender as mudanças e permanências ocorridas. Sendo assim, o palimpsesto vegetal trata-se de uma condição fundamental para embasar decisões, como a escolha do período histórico a ser respeitado em intervenções futuras (Silva, 2017).

Assim como sistematizado por Silva (2017), a técnica da fotointerpretação (Figura 15), permite a identificação das espécies botânicas empregadas, **bem como o arranjo compositivo dos jardins**, possibilitando, ao final da análise, a criação da paleta vegetal histórica em seus diferentes tempos.

Figura 15 – Exemplo de Fotointerpretação do Parque do Carmo na década de 1930. Onde, 1. Figueira (*Ficus benjamina*), 2. Palmeira-imperial (*Roystonea oleracea*), 3. Pândano (*Pandanus utilis*), 4. Palmeira-areca (*Dypsis lutescens*) e 5. Oiti (*Licania tomentosa*).

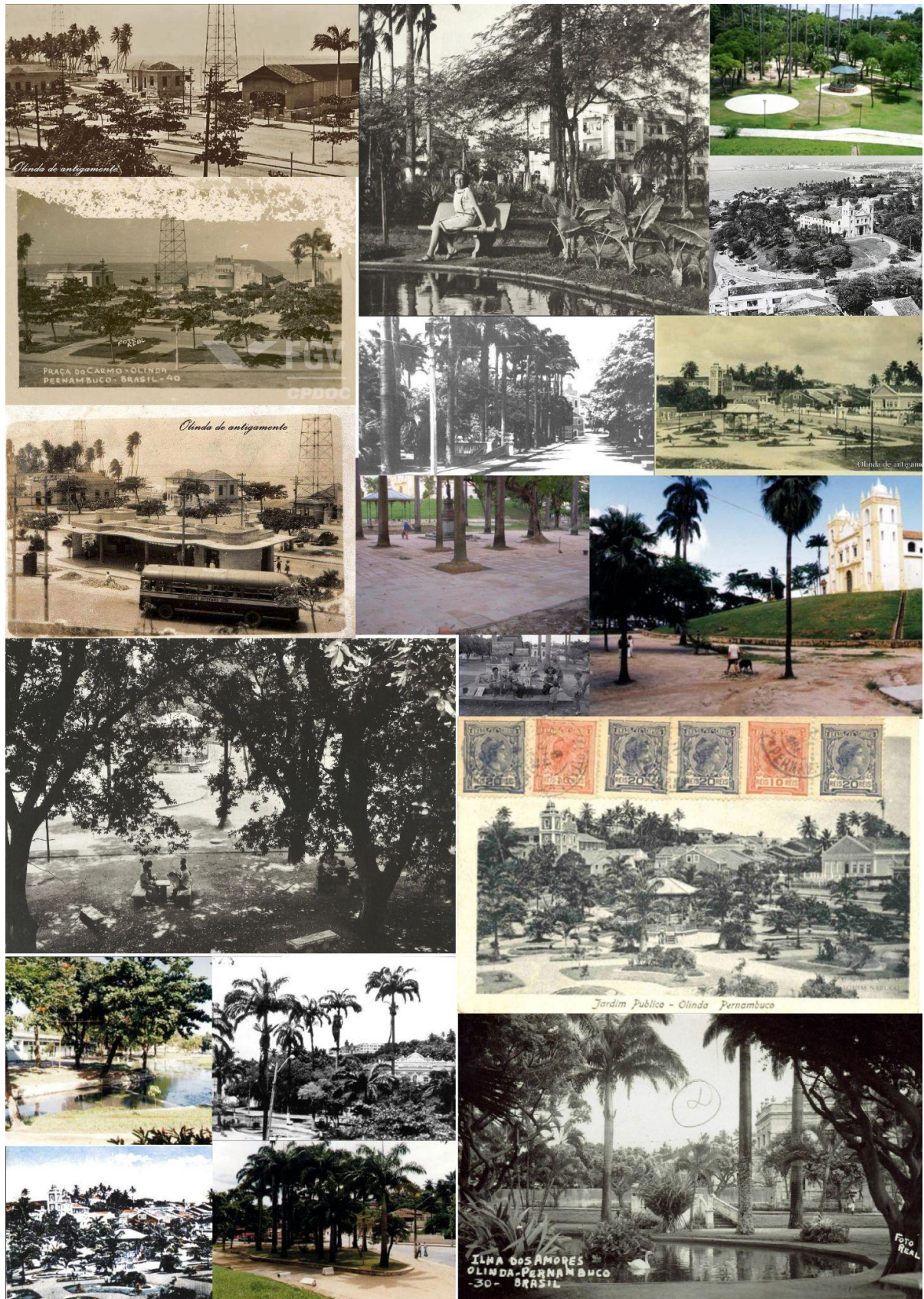


Fonte: Arquivo Nacional, Fundo Correio da Manhã, sem data. Adaptado pelo autor, 2023.

É importante ressaltar que a fotografia representa uma das práticas mais efetivas na transmissão e recuperação de informações sobre o jardim e o contexto paisagístico em que ele se insere (kosoy; Devecchi, 2005). Visto que se trata de um inventário de informações acerca daquele preciso fragmento do espaço/tempo retratado, constituindo-se, portanto, de uma fonte histórica indispensável (Kossoy, 2012).

Como observado na Figura 16, a partir da fotointerpretação, além de inventariar as espécies identificadas, é possível compreender a composição do jardim – com os extratos vegetais, ornamentos, arquitetura, elementos aquáticos e animais, além da dinâmica espacial, onde é possível entender seu contexto urbano – casario e vias. De um universo de mais de 50 iconografias levantadas, para o desenvolvimento da pesquisa, foram analisadas 38 iconografias, das quais: 4 pertencentes ao século 16-18, 18 do século 19-20 e 16 compreendendo o século 21.

Figura 16 – Iconografias do Parque do Carmo em diferentes décadas, utilizadas para fotointerpretação.



Fonte: Acervos da Fundação Joaquim Nabuco, Rede de Arquivos do Iphan, brasileira fotográfica, Fundação Getúlio Vargas, Secretaria do Patrimônio de Olinda.

No que concerne à **pesquisa de campo exploratória**, ou seja, aquela que incide na coleta e registro de dados atuais relevantes para a pesquisa, se deu por meio do inventário florístico e dos registros fotográficos atuais. De acordo com Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa de campo tem o intuito de buscar uma resposta para questões ainda em aberto, a descoberta de novos fenômenos ou ainda as relações existentes entre eles.

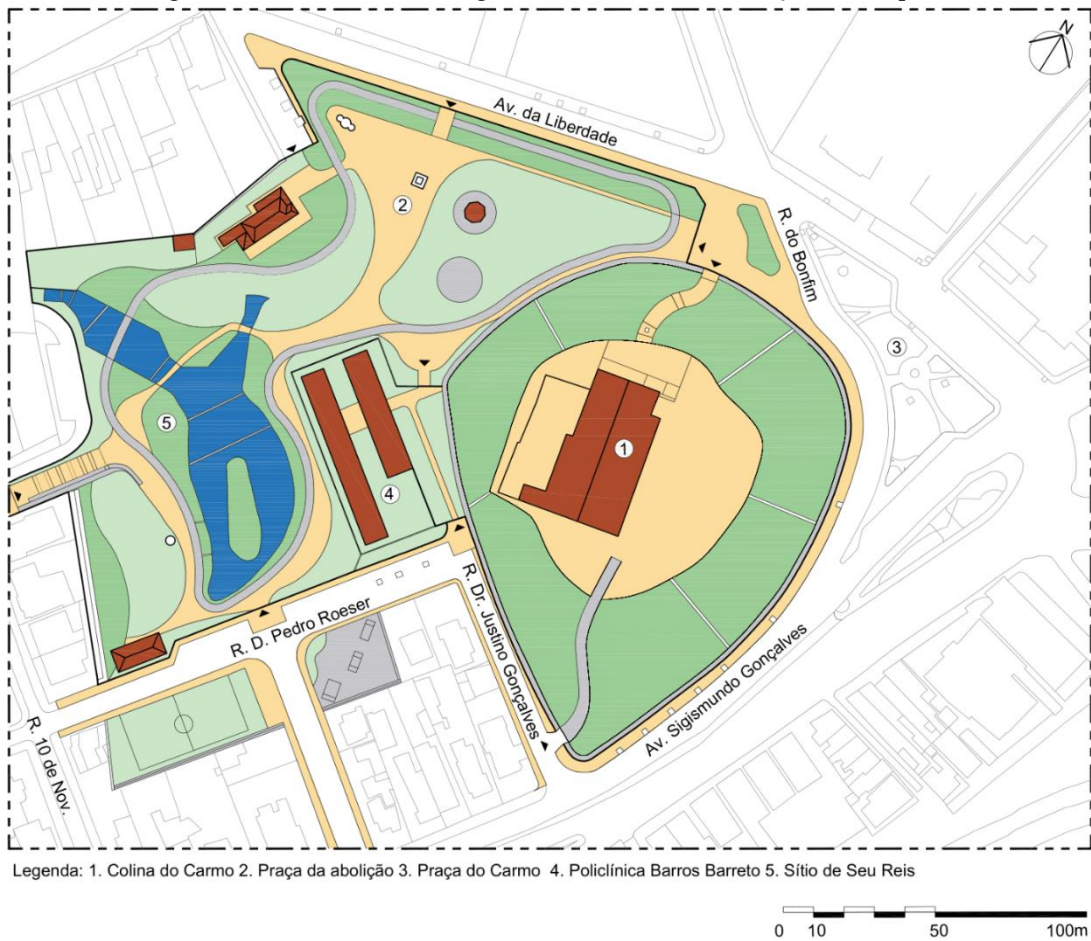
Para a realização da identificação da vegetação atual, utilizou-se o protocolo sistematizado por Silva (2017), para a técnica de inventário florístico, a saber: localizar e identificar o quantitativo de indivíduos gerais e por espécie, o nome científico e popular, a família botânica e o domínio fitogeográfico. A identificação taxonômica dos espécimes conhecidos foi realizada *in loco*, e para as demais foram consultados os especialistas.

A caracterização da vegetação atual se deu a partir da elaboração de paleta vegetal seguindo o sistema de classificação APG III (Angiosperm Phylogeny Group III), onde relaciona-se às famílias e espécies. A confirmação dos nomes e distribuição fitogeográfica foi obtida a partir do Herbário Virtual Re flora.

O inventário florístico atual foi realizado por meio de caminamento ao longo do parque, utilizando seu perímetro como delimitação da área (Figura 17), contudo, dado a relação de proximidade existente com seu entorno imediato, e considerando que o elemento vegetal se dilui em todo o Centro Histórico de Olinda, também foi considerada a arborização da Avenida da Liberdade, Rua do Bonfim, Praça do Carmo, Avenida Sigismundo Gonçalves, Rua Dr. Justiniano Gonçalves e Rua D. Pedro Roeser.

Na presente etapa foram realizadas visitas diurnas em condições ambientais favoráveis. Para a sistematização da coleta de dados utilizou-se o Formulário de Campo (Apêndice A) e o documento cartográfico elaborado previamente contendo as linhas gerais do parque para a devida locação dos elementos vegetais inventariados.

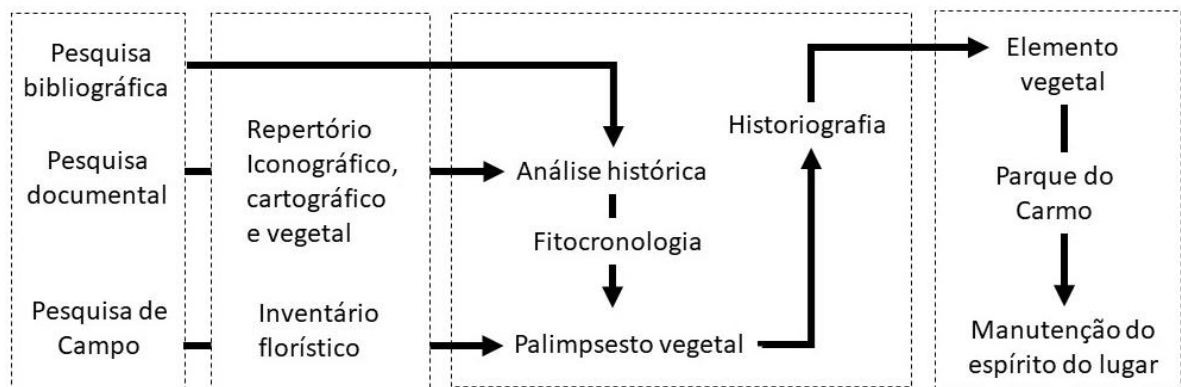
Figuras 17 – Documento cartográfico contendo a delimitação do Parque do Carmo.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Diante desse panorama traçado, entende-se que a construção da historiografia, a partir análise histórica e documental, associada ao estudo da vegetação, será possível qualificar a vegetação como elemento-chave para a manutenção do espírito do lugar do Parque do Carmo (Figura 18).

Figura 18 – Caminho metodológico para análise do elemento vegetal do Parque do Carmo.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

4 TEMPOS HISTÓRICOS DOS JARDINS DO CARMO

4.1 PRIMEIRO TEMPO: DO SÉCULO 16 AO 18

4.1.1 O habitar dos carmelitas: jardins das cercas conventuais

O Brasil, a maior colônia portuguesa ultramarina, já possuía no século 16 algumas povoações, tais como Salvador, Olinda, Rio de Janeiro, *Igarazú* e Vila Velha. Todas estabelecidas em regiões elevadas, resultando em um traçado urbano caracterizado por ladeiras íngremes e tortuosas, emolduradas por um casario que se alinha às encostas (Guerra, 2009).

O Foral de Olinda, redigido por Duarte Coelho em 1537, representa a carta de doação que estabeleceu a estrutura inicial da vila de Olinda. Embora não siga a forma convencional dos forais portugueses, que tipicamente detalham normas fiscais, judiciais e penais, o documento revela aspectos significativos, definindo terras de uso privado e coletivo, incluindo a distribuição e utilização de terras para benefício da comunidade (Nascimento, 2008).

A convite do Cardeal Rei D. Henrique de Portugal, em 1580, a Ordem dos carmelitas⁶ uniu-se ao comandante Frutuoso Barbosa e sua armada, para conquistar e fundar a cidade da Paraíba. Na referida expedição os carmelitas tinham o objetivo de catequizar os indígenas e infiéis, além da fundação de um convento. A investida foi de insucesso, contudo, os religiosos encontraram morada na vila de Olinda, da qual foram recebidos pelos seus donatários (Costa, 1951).

Aos religiosos foi oferecida uma pequena ermida localizada fora dos perímetros da vila, em um montículo entre os montes que se situam o Mosteiro de São Bento e o Convento dos Franciscanos. A ermida tinha como fundador o colono Clemente Vaz Moreira, devoto de Santo Antônio e São Gonçalo. Lá estabelecidos, iniciaram as obras de evangelização dos colonos e seus descendentes, assim como dos gentios⁷(Santana; Mello, 1997).

⁶ Aportaram 4 carmelitas em Pernambuco, sendo eles: Fr. Bernardo Pimentel, Fr. Antônio Pinheiro e Fr. Alberto Santa Maria.

⁷ A designação refere-se ao índio não cristão, àquele que não havia sido integrado na órbita colonial luso-brasileira (Ribeiro, D. e Moreira Neto, C.A. **A fundação do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1992: 121).

Após a estadia e a doação de terras conquistadas, os carmelitas obtiveram em **1583** a licença para a fundação do convento, iniciado em **1588**, sob o título de Convento de Santo Antônio do Carmo, com uma extensa área para a construção da igreja, convento e cerca. O convento de Olinda foi a casa central das missões carmelitas, e cabeça na fundação dos demais conventos carmelitas fundados no Brasil. Além dele, em **1595** já se encontrava fundado o convento da Bahia, Rio de Janeiro e Espírito Santo (Prat, 1942).

Produzido pelo cartógrafo João Teixeira Albernaz em **1612**, a Figura 19 representa uma cerca conventual carmelita consolidada. Segundo Duarte (2023), a dimensão das cercas conventuais evidencia o poder da Igreja, que consolidou a posse de extensas áreas de terra, além das necessidades agrícolas e pecuárias. Em outras palavras, elas destacam a igreja como um agente essencial em todas as esferas da vida colonial, exercendo seu papel para além da dimensão religiosa, como figura central nas áreas políticas, sociais e econômicas.

Figura 19 – Ampliação do Mapa de João Teixeira Albernaz I, “Prespectiva do Recife e Vila de Olinda” de 1612. Delimitação da cerca conventual carmelita indicada pelo número 1.

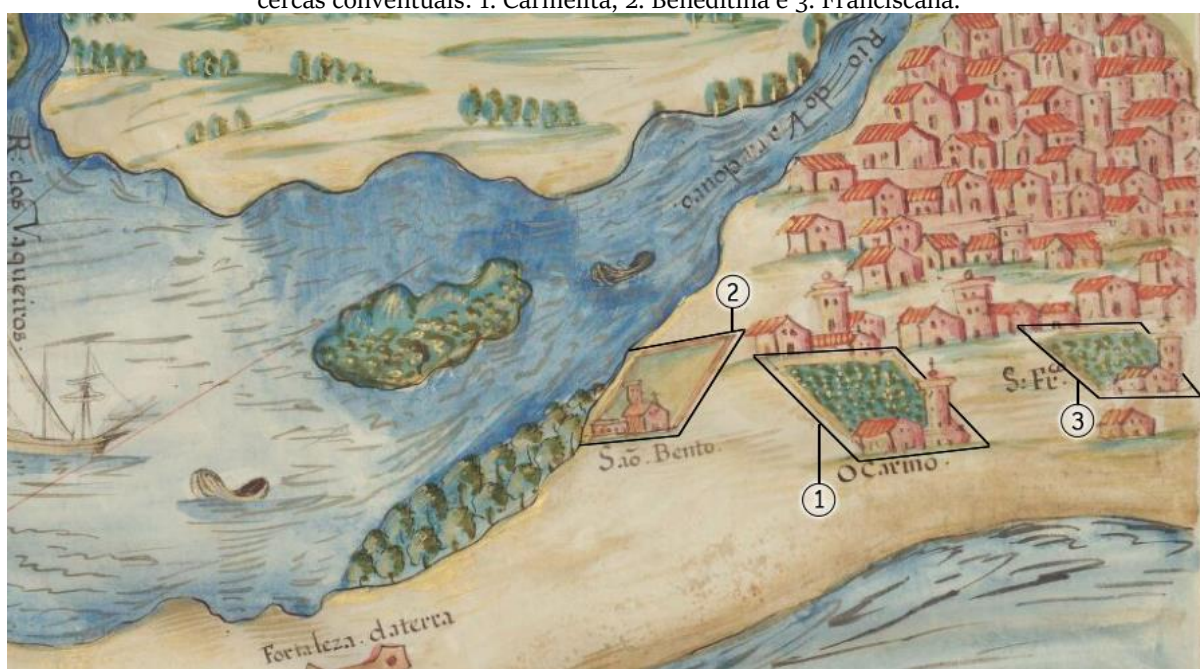


Fonte: Base de Dados *BRASILHIS*. Editado pelo autor, 2024.

Em um segundo documento, Figura 20, o cartógrafo português registra além da cerca carmelita, a franciscana e beneditina. Em seu interior é possível observar um espaço

vegetado, o que sugere áreas produtivas de cultivo. Em relato do padre beneditino Fernão Cardim em visita a vila de Olinda em **1583** (1925, p. 328) as cercas conventuais do Colégio Jesuíta têm “um jardim fechado com muitas *hervas* cheirosas, [...] parreiras, [...] maracujá, [...] um grande *romeiral* [...], figueiras de Portugal e outras frutas da terra [...], melões, [...] pepino e outras *bôas commodidades*”. Acredita-se que o relato de Fernão Cardim, é da mesma forma válido para as cercas conventuais carmelita e franciscana demonstrando que além das espécies vegetais nativas, eram cultivadas aquelas advindas de Portugal.

Figura 20 – Ampliação do Mapa de João Teixeira Albernaz I, “Pernaobvco” cerca de 1627. Delimitação das cercas conventuais: 1. Carmelita, 2. Beneditina e 3. Franciscana.



Fonte: Acervo da *Bibliothèque National de France*. Editado pelo autor, 2024

Olinda ficou sendo a residência provincial carmelita até **1630**, quando a invasão holandesa se deu, criando um obstáculo para as obras do convento. Em consequência do incêndio, a igreja e o convento foram reduzidos a um terço de sua parte, além da retirada de material para a construção da cidade Maurícia em Recife (Santana; Mello, 1997). Depois de **1654**, o Convento foi novamente reconstruído, em maior dimensão, e o conjunto voltou a ser a vigaria do Brasil até **1686** (Guerra, 2009).

Além da cerca dos conventos, é possível observar na Figura 21, outros espaços de cultivo cercados por moradias. Em registro também elaborado pelos holandeses (Figura 22), observa-se a relação entre as cercas conventuais, o rossio e as roças dos colonos,

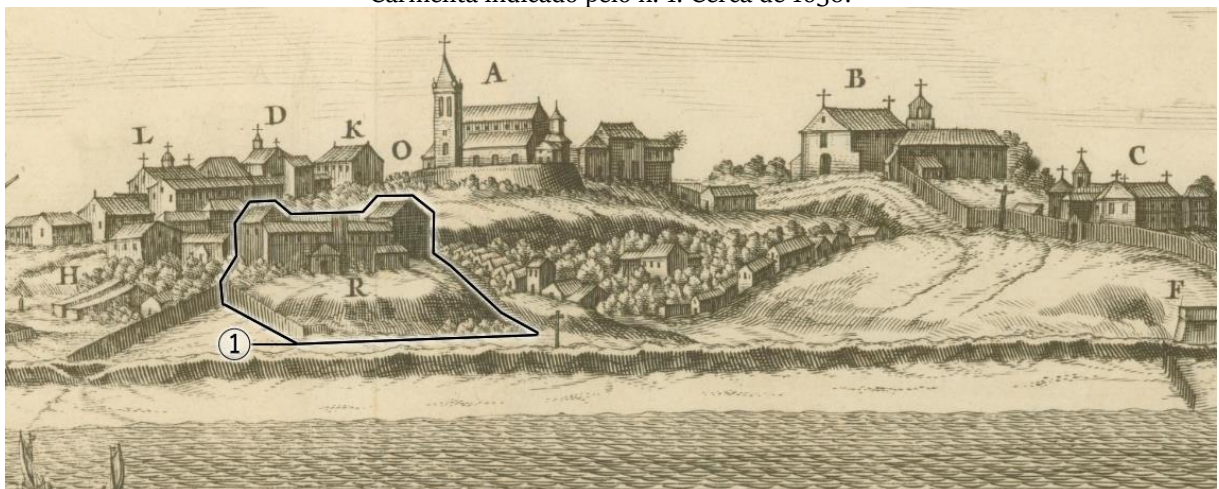
sendo esse um importante elemento de registro, indicando que o elemento vegetal da vila de Olinda no século 17 já era um atributo reconhecido, consolidando-se ao longo do tempo.

Figura 21 – Arruamentos, fortificações e cercanias da vila de Olinda, cerca de 1630. Delimitação da cerca conventual carmelita indicada pelo número 1. 1. Convento Carmelita, 2. Mosteiro de São Bento, 3. Ig. S. Pedro, 4. Ig. Do Amparo, 5. Ig. De S. João, 6. Ig. N. Sra. Do Monte, 7. Ig. Matriz, 8. Colégio dos Jesuítas e 9. Convento de S. Francisco.



Fonte: Nationaal Archief Nederland, Johannes Vingboons Atlas. Editado pelo autor, 2023.

Figura 22 – Trecho da vista de Olinda, incluindo igrejas, moradias, fortificações e paliçadas. Mosteiro Carmelita indicado pelo n. 1. Cerca de 1630.



Fonte: Joannes de Laet, 1644.

Para Duarte (2023), a razão de ser das cercas conventuais olindenses deriva do conflito, ora entre portugueses e holandeses, ora contra os nativos. Já que o cultivo dos alimentos é a base para a subsistência dentro da vila e, consequentemente, dentro das cercas. Assim sendo, o cultivo dentro das cercas ocorria pela necessidade dado o contexto turbulento e a escassez de alimentos.

Conforme evidenciado pelas fontes apresentadas, as parcelas hortifrutícolas das cercas conventuais estabeleciam a conexão entre o ser humano e o lugar por meio da terra, dado as necessidades de subsistência, intrínseca a vida colonial. Apesar da cerca carmelita ter se fragmentado e desaparecido ao longo do tempo, como será detalhado adiante, o componente vegetal do Parque do Carmo ainda preserva a dimensão material e imaterial, por tratar-se de uma vegetação remanescente dos processos de cultivo e dispersões espontâneas.

4.2 SEGUNDO TEMPO: DO SÉCULO 19 ao 20

4.2.1 O antigo horto botânico de Olinda: o elemento vegetal como força motriz

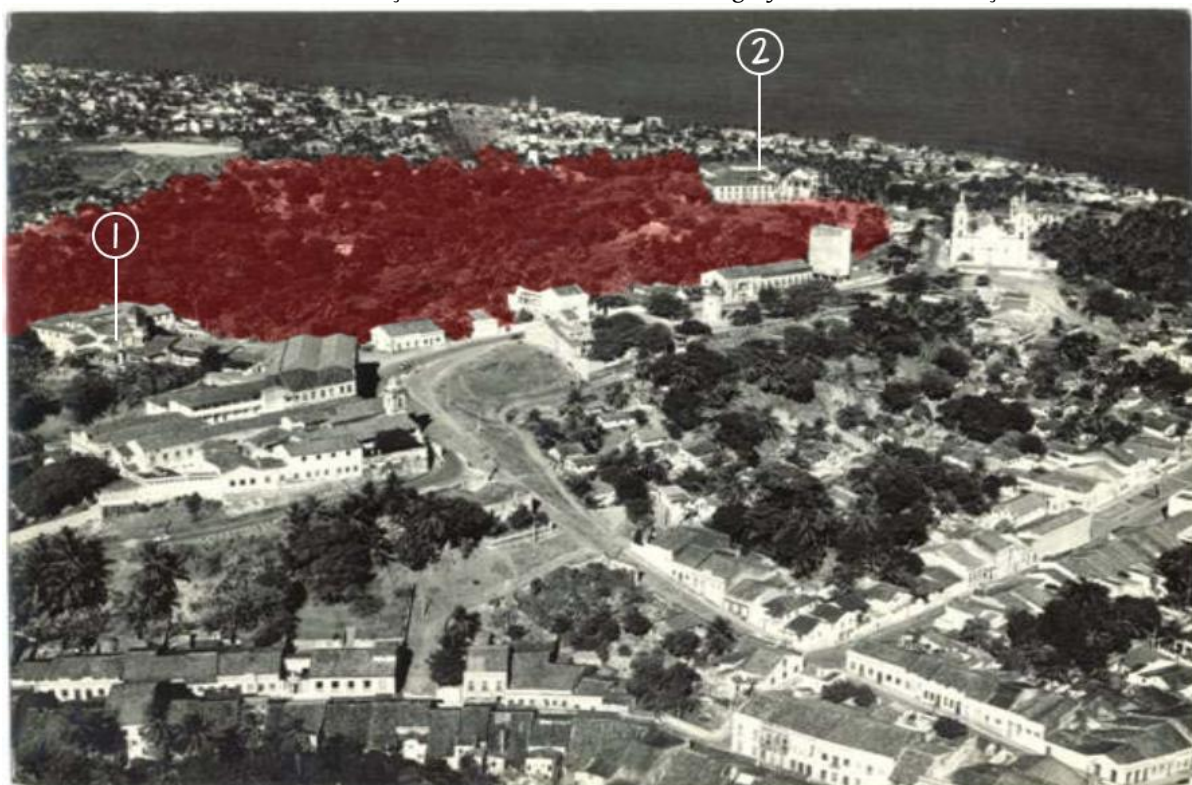
Foi no fim do século 18 que a Coroa Portuguesa empreendeu o estabelecimento de hortos botânicos no Brasil, visando aclimatar as plantas exóticas para competir com as cultivares tradicionais do Oriente, fomentando assim o comércio de especiarias na Europa. O êxito inicial na fundação do Jardim Botânico de Belém⁸ em 1796 tornou-se um modelo para o estabelecimento de outros hortos botânicos nas capitanias de Pernambuco, Salvador, Goiás e Rio de Janeiro (Segawa, 1994).

Conforme Prestes (2000), o trabalho desenvolvido no âmbito dos hortos botânicos é uma das poucas iniciativas portuguesas de institucionalizar a pesquisa científica ultramarina, anteriormente voltada ao utilitarismo português com política de extração e exploração das riquezas, voltado para a economia da metrópole em detrimento da pesquisa científica na colônia americana.

⁸ Datado de 1800, as plantas já cultivadas são inventariadas em catálogo sendo enumeradas em ordem alfabética pelo nome vulgar, reunindo 140 espécies nativas e exóticas, no total de 2.805 indivíduos. Onde destacam-se: bananeiras, cana-de-açúcar da terra, cana-de-açúcar da Índia, caneleiras, anil manso. Vindas de Caiena estão os abricós, fruta-pão, abacateiros e cravo-da-índia, além de outras espécies com suas proveniências anotadas como a quina, jasmims, goiabeira, jaca, baunilha, cacau, casca preciosa, copaibeira, cravo-da-terra, seringueira, além daquelas fornecedoras de madeira (Sanjad, 2010).

Neste contexto, destaca-se a figura do naturalista viajante Manuel Arruda da Câmara, que influenciou a coroa portuguesa na instalação dos hortos botânicos nas províncias do Brasil. Em seu trabalho⁹ publicado em **1810**, Câmara desenvolveu um manual prático de organização de um jardim botânico, que continha uma lista de plantas nativas e exóticas que poderiam ser introduzidas, cultivadas ou aclimatadas. Tal condição se justifica pelo potencial da flora e a fertilidade do solo brasileiro no desenvolvimento econômico da metrópole e independência da mesma em relação ao alto preço na venda das plantas pelos mercantilistas (Dean, 1991).

Figura 23 – Vista panorâmica do Horto Botânico de Olinda, seus limites se confundem com o 1. Convento de N. Sra. Da Conceição e o Seminário de Olinda – Igreja de N. Sra. Da Graça.



Fonte: Arquivo público de Olinda, [1930?]. Editado pelo autor, 2024.

Nessa perspectiva, o horto botânico de Olinda (Figura 23) foi criado em **1811** com o propósito de receber as plantas do Horto botânico “*La Gabriele*”¹⁰, assim como servir de entreposto para as remessas que saíam de Caiena (Capital da Guiana Francesa) e Belém do

⁹ Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins nas principais províncias do Brasil. Disponível em: <https://purl.pt/34087>. Acesso em: 10 fev. 2024.

¹⁰ Complexo agrícola mantido pela coroa francesa na Guiana Francesa, que possuía todas espécies vegetais das quais os portugueses almejavam. A guiana foi conquistada por tropas luso-brasileiras foi invadida e conquistada em 1808 (Sanjad, 2010).

Pará em direção ao Rio de Janeiro (SANJAD, 2010). De acordo com Cavalcanti (1986, p.135), sua nomenclatura passou por modificações durante os anos de sua existência, conforme a Quadro 6, embora fosse popularmente conhecido por Jardim Botânico de Olinda¹¹ e Horto D’El Rey.

Quadro 6 – Denominações do Jardim Botânico de Olinda 1811-1835.

Ano	Denominações
1811	Viveiro de Plantas ou Real Viveiro de Plantas de Olinda
1818	Jardim de Especiarias e Plantas Exóticas
1823	Estabelecimento de Plantas Exóticas
1827	Jardim Nacional e Imperial
1829	Jardim de Plantas Exóticas da Cidade de Olinda
1835	Horto Botânico

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Além da inauguração do horto, relata-se em um ofício enviado à corte pelo Governador Caetano Montenegro em maio de **1811**, a chegada de sementes e especiarias de Caiena, mencionando as medidas adotadas para o plantio, tanto das que permaneceriam em Olinda, quanto as destinadas à Corte. Discorre-se ainda a nomeação do Padre João Ribeiro como primeiro diretor interino do Horto, a quem lhe dedicou à denominação científica genérica da mangabeira (*Ribeira sorbilis*, hoje denominada *Hancornia speciosa*) (Almeida et al., 2013).

A criação do Horto em Olinda deve-se ao clima semelhante ao de Caiena, o que favorecia a aclimação das espécies para depois se transplantaram para a corte e outras províncias. Em **1812**, foi entregue ao Francês Étienne-Paul Germain, o sucessor de João Ribeiro na direção do Horto, uma relação com as plantas já aclimatadas, sendo estas: *girofleiros* (*Syzygium aromaticum*), *árvore-do-pão* (*Artocarpus altilis*), *mangueira* (*Mangifera indica*), *corais-da-índia* (*Jatropha multifida*), *groselheiras* (*Ribes rubrum*), *bilimbizeiras* (*Averrhoa bilimbi*), *caramboleiras* (*Averrhoa carambola*), *quássias* (*Quassia amara*), *moringazeiros* (*Moringa oliífera*), *moscadeiras* (*Myristica fragrans*), *lilases* (*Syringa vulgaris*), *frutas-do-conde*, *caneleiras* (*Cinnamomum verum*), *bananeiras-do-taiti* (*Musa acuminata*), *pimenteiras-da-índia* (*Piper longum*), *cacauzeiro* (*Theobroma cacao*), *jaqueira* (*Artocarpus heterophyllus*), *pinheiros*, *vergíneas* (*Lepidium virginicum*),

¹¹ Essa afirmação pode ser conferida na pesquisa hemerográfica realizada na Biblioteca Nacional Digital, o termo ‘Jardim Botânico’ e ‘Jardim Botânico de Olinda’ foi utilizado como palavras chave no periódico Diário de Pernambuco, compreendendo o período 1825-1839, os quais foram recuperadas 47 ocorrências.

gonçálinhos-de-Moçambique (*Casearia sylvestris*), nougueira (*Juglans regia*) (Almeida et al., 2013)¹².

No ano de **1818**, o governador Luiz do Rego fez uma solicitação ao ministro Tomás Antônio de Vila Nova Portugal para o envio de plantas como o chá-da-índia (*Camellia sinensis*), cravo-da-índia (*Tabernaemontana divaricata*), saboeiro (*Sapindus occínea*), bambu (*Bambusa vulgaris*), pamplemousse (*Citrus × paradisi*), sereiras (*Praecereus euchlorus*) e ‘cochonilha’. Em setembro de **1825**, o presidente da província aprovou a criação de um novo jardim botânico em Recife, ficando o de Olinda como viveiro recomendado para a cultura de amoreiras (*Morus nigra*), criação do bicho-da-seda (*Bombyx mori*) e do chá-da-índia (*Camellia sinensis*) (Almeida et al., 2013)¹³.

O horto botânico de Olinda causou muita impressão aos viajantes que passaram por Pernambuco no século 19 e conheceram o lugar responsável pela aclimação de plantas vindas de outras regiões. Os relatos mostram um certo grau de crítica quanto às condições de conservação do horto e a situação na qual encontravam-se as plantas. Mesmo assim, fala-se do deslumbramento causado pelo viço das matas dos trópicos, dos encantos de cor, forma, perfume e gosto.

Em visita realizada no período entre **1809-1817**, Henry Koster, senhor de engenho e cronista luso-brasileiro, relata a exuberância do Horto Botânico de Olinda (KOSTER, 1942). Também na mesma época, em **1816**, o comerciante francês Louis-François Tollenare, registrou uma variedade de mais de 100 espécies de plantas, além das já citadas anteriormente, ele descreve: cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*), algodoeiro (*Gossypium barbadense*), ipecacuanha (*Carapichea ipecacuanha*), gengibre (*Zingiber officinale*), baunilha (*Vanilla planifolia*) e salsaparrilha (*Herreria glaziovii*) (Freyre, 1968)¹⁴.

Em **1837** o naturalista e botânico inglês George Gardner visitou o horto já em um período de decadência, além das espécies avistadas por Tollenare, identificou também a tamarineira (*Dialium guianense*). Para além dos limites do horto, nos arredores da cidade, Gardner encontrou a mangabeira (*Hancornia speciosa*), o jasmim-do-rio (*Jasminum fluminense*) que perfumava o ar da manhã, as grandes flores da ‘*Turnera trioniflora*’ e os lírios-d’água (*Nymphaea ampla*). Além deles, o professor Guenther, em 1923, ratificou que

¹² Os nomes científicos das espécies não constam no documento original e foram acrescentadas pelo autor.

¹³ Os nomes científicos das espécies não constam no documento original e foram acrescentadas pelo autor.

¹⁴ Os nomes científicos das espécies não constam no documento original e foram acrescentadas pelo autor.

as **frutíferas ainda dominavam os arvoredos de Olinda**, além das já citadas ele acrescenta o jameiro (*Syzygium jambos*), sapotizeiro (*Manilkara zapota*), limoeiro (*Citrus limon*) e pitangueira (*Eugenia uniflora*) (Freyre, 1968)¹⁵.

Na matéria intitulada “Mappa das plantas exóticas do Jardim Botânico da C. d’Olinda” apresenta-se uma relação das plantas do horto que foram doadas para os moradores e demais interessados para que “[...] se propagarem nesta, e em outras Províncias do Brasil desde o *mez* de março do ano de 1838 até março de 1839” contendo a quantidade das plantas, suas qualidades, e o nome das pessoas a quem foram doadas (Diário de Pernambuco, 1839).

A relação de plantas distribuídas soma quinhentas mudas, destinadas tanto para o território nacional, como Rio de Janeiro e Maranhão, quanto para destinos internacionais como Ilha de Açores, Ilha de Madeira, Ilha Terceira, França e Inglaterra. Dentre as espécies discriminadas estão: açaí (*Euterpe oleracea*), amendoeiras (*Prunus dulcis*), aração-assú (*Psidium cattleianum*), cacoeiro (*Theobroma cacao*), cafezeiro (*Coffea arabica*), coração, cravo-da-índia (*Syzygium aromaticum*), cravo-gerolfe (*Dianthus caryophyllus*), fruta-pão (*Artocarpus altilis*), goiabeiras (*Psidium guajava*), groselina (*Ribes rubrum*), grumixama (*Eugenia brasiliensis*), jameiro (*Syzygium jambos*), jaqueira (*Artocarpus heterophyllus*), palmeira-imperial (*Roystonea oleracea*), palmeira-real (*Archontophoenix cunninghamiana*), pimenteira-da-índia, pinheiro, quassia (*Quassia amara*), sapoti (*Manilkara zapota*), ubaias (*Eugenia pyriformis*), ipecacanha (Diário de Pernambuco, 1839)¹⁶.

Contudo, o horto foi vendido em agosto de **1854** em hasta pública, sendo adquirido pelo major João Batista da Silva Manguinho e desde então o local passou a ser uma propriedade particular (Almeida et al., 2013). Atualmente denominada Sítio dos Manguinhos, abrangendo também as terras do Seminário de Olinda – Igreja de Nossa Senhora da Graça, e confundindo-se com os quintais que o rodeiam. A vegetação densa é composta principalmente por árvores frutíferas (Figura 24).

¹⁵ Os nomes científicos das espécies não constam no documento original e foram acrescentadas pelo autor dessa dissertação.

¹⁶ Os nomes científicos das espécies não constam no documento original e foram acrescentadas pelo autor dessa dissertação.

Figura 24 – Fotografia de exemplares da vegetação como a mangueira (*Mangifera indica*) do horto botânico de Olinda.



Fonte: Arquivo público de Olinda, 1988.

No ultimo levantamento da vegetação realizado por Meunier e Silva (2009), foram observadas com maior incidências as espécies: azeitona-roxa (*Syzygium cuminii*), cajazeira (*Spondias mombin*), coqueiro (*Cocos nucifera*), dendezeiro (*Elaies guineensis*), ingá (*Inga bahiensis*), imbaúba (*Cecrópia sp.*), oiti (*Licania tomentosa*) e mangueira (*Mangifera indica*). Além dessas, também foram registradas outras com menor frequência, mas de equivalente importância histórica como: fruta-pão (*Artocarpus altilis*), caneleira (*Cinnamomum zeylanlanicum*), jaqueira (*Artocarpus altilis*) e jenipapeiro (*Genipa americana*).

Para Rodrigues et. al (2010), ainda que conserve pouco do original, a permanência da área do antigo horto é um diferencial paisagístico em relação a outras cidades contemporâneas. Além disso, conforme a SEPLAMA (1996), a área se configura como um refúgio para a fauna e flora local, funcionando como um banco natural de disseminação de sementes, além de a cobertura vegetal ser responsável pela proteção do solo e mantenedora do microclima do Centro Histórico.

Constata-se assim que o Horto botânico foi uma área de importante experimentação e propagação botânica servindo a Coroa Portuguesa nos seus interesses econômicos a partir da aclimação de espécies vegetais economicamente valiosas. Embora o horto tenha sido fechado, é inegável a sua contribuição na disseminação das espécies frutíferas e na formação dos quintais vegetados e, possivelmente dos espaços públicos. Como divulgada no Diario de Pernambuco (1839), as plantas eram doadas a diversas pessoas, a fim de se propagarem nesta e em outras províncias do Brasil.

Assim, acredita-se que esse movimento foi um dos responsáveis pela disseminação de cajueiros, mangueiras, cajazeiras, sapotizeiros, jambeiros, entre outras inúmeras frutíferas, tanto no espaço privado dos quintais, como também nos espaços públicos de Olinda, apresentando-se, conforme Freyre (1968, p. 54), “aos olhos de quem os vê de longe [os montes de Olinda], verdes de jardins”.

4.2.2 A preexistência do Parque do Carmo: A Praça da abolição como jardim monumento

A reforma turônica¹⁷, originária de Turon, na França, e adotada pelos carmelitas portugueses, alcançou o Brasil por volta de **1680**, o convento de Goiana se destacou como a casa principal da implementação turonense, uma vez que a essência austera da reforma contrastava com a pompa de Olinda (Santana; Mello, 1997). Contudo, os conventos de Olinda e Nazaré do Cabo resistiram, permanecendo com as regras da congregação denominada observantes (Honor, 2010).

Responsáveis pela jurisdição de Olinda, os religiosos carmelitas da Bahia, além do abandono do tempo, empreenderam saques de bens móveis e imóveis. Os escândalos levaram a retenção dos bens por parte do governo imperial e proibição da admissão de noviços a partir de **1855**. O templo também sofreu com a incorporação dos seus bens ao tesouro nacional, datada de **1878**, não resultando em nenhum benefício e levando o convento ao estado de arruinamento (Santana; Mello, 1997).

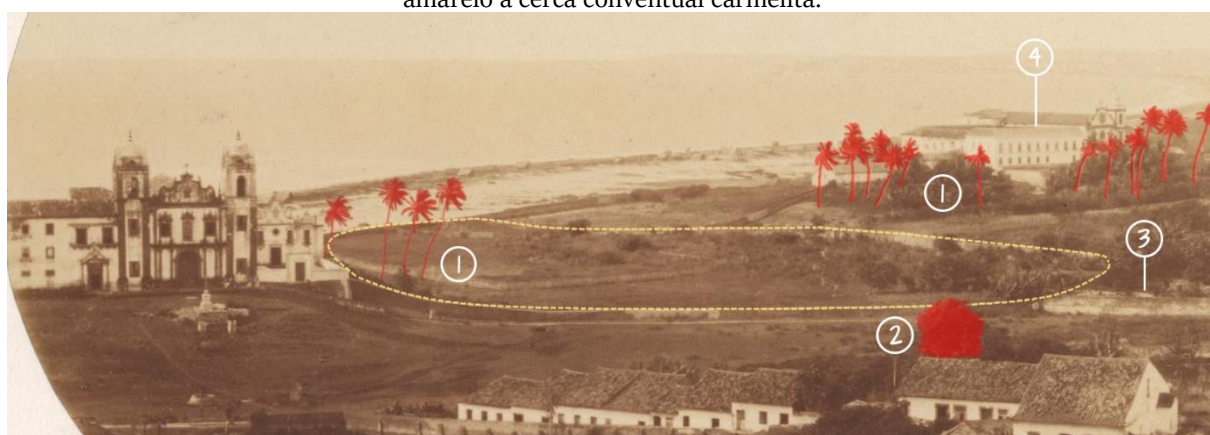
Não apenas o templo Carmelita se encontrava em decadência, conforme Maria Graham: “Fiquei surpreendida com a extrema beleza de Olinda, ou antes, dos seus restos, porque agora está num melancólico estado de ruína” (1821, p. 191). Além disso a escritora inglesa faz um importante registro sobre o elemento vegetal e a forma como se apresenta:

Olinda jaz em pequenos morros, cujos flancos em algumas direções caem ao prumo, de modo apresentarem perspectivas rochosas mais abruptas e pitorescas. Estas são circundadas de bosques escuros que parecem coevos da própria terra: **tufos de esbeltas palmeiras**, aqui e ali à **larga copa de uma antiga mangueira**, **ou os ramos gigantescos de copada barriguda**, que se espalham amplamente, erguem-se acima do restante do terreno em torno, e quebram à linha de floresta; entre esses, os conventos, à catedral, o palácio episcopal, e as igrejas de arquitetura nobre [...] (Graham, 1821, p. 119, grifo nosso).

¹⁷ Os frades carmelitas se dividiram a partir do século 17 em três congregações distintas: os observantes ou calçados, mais antigos; os descalços e os carmelitas calçados da reforma turônica (Honor, 2010).

A descrição de Graham é contemporânea e condiz com o registro de Ferrez (Figura 25), onde observamos renques de coqueiros, integrados às edificações religiosas, próximos a ordem terceira do Carmo e do convento beneditino. Além disso, há vegetação de porte arbóreo próximo ao quintal do sobrado mourisco¹⁸. Observa-se os muros divisórios dos terrenos, remanescentes das cercas conventuais do século 16, em divisa com a cerca beneditina; outro limite é com o quintal do sobrado mourisco.

Figura 25 – Vista da Igreja de Nossa Senhora do Carmo. 1. Coqueiro (*Cocos nucifera*), 2. Mangueira (*Mangifera indica*), 3. Quintal do sobrado mourisco e 4. Basílica e mosteiro de São Bento. Tracejado em amarelo a cerca conventual carmelita.



Fonte: Gilberto Ferrez, Instituto Moreira Sales, 1859. Editado pelo autor, 2024.

Já na Figura 26, com datação entre 1880 e 1885, duas décadas após o registro de Ferrez, é notório a permanência dos mesmos elementos vegetais como os coqueiros (*Cocos nucifera*) e o surgimento de outros, como castanhola (*Terminalia catappa*) e palmeira-imperial (*Roystonea oleracea*). Pela distância que a foto foi tirada não é possível perceber o estado de arruinamento do qual o convento se encontrava.

¹⁸ O sobrado mourisco, ou casa com muxarabi à Praça João Alfredo, é um raro exemplar da arquitetura de influência moura, em 1859 hospedou o imperador D. Pedro II e a imperatriz Tereza Cristina, em viagem ao Nordeste. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/olinda-antigo-patio-de-sao-pedro/#!/map=38329>. Acesso em: 11 fev. 2024.

Figura 26 – Vista da Igreja de N. Sra. Do Carmo e do Convento de Santo Antônio. 1. Coqueiro (*Cocos nucifera*), 2. Castanhola (*Terminalia catappa*), 3. Palmeira-imperial (*Roystonea oleracea*) e 4. Mangueira (*Mangifera indica*).



Fonte: Moritz Lamberg, Biblioteca Nacional Digital, 1880-1885.

Um ano após estabelecido da república, o decreto de **1890** permitiu a liberdade de culto, ocasionando a reabertura dos noviçados, impulsionando, assim, a restauração carmelitana. Contudo, após décadas de ostracismo com a retenção dos bens pelo governo imperial, o templo começou a ruir. Tanto que, em **1893**, o prefeito interino Dr. Manual Ferreira tentou demolir, mas a empreitada foi embargada, sendo empreendida apenas pelo prefeito Cornélio Padilha no ano de **1907**, respaldado no código de postura da época que permitia a demolição de edifícios em ruínas (Santana; Mello, 1997).

Apresentando um outro ângulo, é provável que as Figuras 27 e 28, datadas de **1905**, dois anos antes da demolição, sejam um dos últimos registos do convento que se encontrava em alto nível de arruinamento, perceptível por meio do seu telhado quase que inexistente. Na Figura 27 nota-se, também, a existência de uma escalinata que acompanha o muro da cerca conventual e ao centro da imagem vê-se o monumento em comemoração a abolição¹⁹.

¹⁹ O monumento, idealizado pelo engenheiro Antônio Pereira Simões foi erguido em comemoração as datas 12 e 13 de maio de 1888, a primeira simboliza o fim da escravidão em Olinda e a segunda no Brasil Império, tendo sido inaugurada em 12 de maio de 1888. O monumento compõe-se de 3 degraus de granito, de um plinto de alvenaria imitando pórfiro e de um pedestal de ferro bronzeado sobre o qual se encontra a estátua representando a liberdade. O pedestal contém em duas faces a data “12 de maio” encimada pela palavra “Brasil” lendo-se na inferior dessas quatro faces a data 1888. A altura total do monumento é de 6 metros (Diário de Pernambuco, 1950 b).

Figura 27 – Vista da Igreja de N. Sra. Do Carmo e do Convento de Santo Antônio. Presença do monumento em comemoração a Abolição da Escravatura.



Fonte: Benício Dias, Fundação Joaquim Nabuco, 1895-1905.

A Figura 28 constata a progressão do cenário que Graham já tinha identificado a quase um século atrás, o estado de arruinamento da edificação do convento. Tal como a demolição das ruínas do convento, a estação ferroviária também desapareceu nas décadas seguintes, com o processo de urbanização do Carmo.

Figura 28 – Vista do pátio da estação ferroviária. Ao fundo o Convento de Santo Antônio em estado de arruinamento e a Igreja do Carmo.



Fonte: Manoel Tondella, Fundação Joaquim Nabuco, 1905.

É apenas em **1907** que o a igreja carmelita passa a fazer parte da província de Pernambuco, onde o Frei André Prat empreende a luta pelo resgate dos bens e restauro, os quais perduraram até **1915**. O religioso enfrentou a Prefeitura, que tentou a cessão dos imóveis para a expansão urbana do bairro do Carmo. Os administradores municipais aprovaram na década de **1910** um projeto demolindo a própria igreja, conforme a Figura 29, demonstrando que as questões referentes à preservação ainda não eram o centro das discussões e sim a viabilização do progresso e da modernidade (Santana; Mello, 1997).

Figura 29 – Projeto de Demolição da Igreja do Carmo para abertura de vias. 1. Igreja do Carmo, 2. Igreja de São Pedro e 3. Avenida Sigismundo Gonçalves.



Fonte: Cavalcanti, 1986. Editado pelo autor, 2024.

Segundo Cavalcanti (1986), em 1915, a Prefeitura de Olinda argumentou a necessidade de também demolir a Igreja de São Pedro Mártir, monumento quinhentista, com objetivo de ampliar a rua e construir um jardim. Contudo, à igreja não foi demolida, tampouco o jardim construído, devido à falta de recursos e o déficit que o município sempre se encontrava. Na época o prefeito coronel Arthur Lundgren tinha uma predileção por jardins, sendo o responsável pelo planejamento e execução da Praça da Liberdade²⁰.

²⁰ Também conhecida como Praça da Abolição ou ainda Praça da Preguiça, e atualmente o Parque do Carmo.

No que se refere à vegetação, a cultura científica do século 19 atribuiu novas funções, especialmente relacionadas às praças. Nessa época, diversas cidades brasileiras buscavam ‘embelezar’ suas áreas públicas, conforme a perspectiva salubrista, com uma notável contribuição do elemento vegetal como componente urbano, inserido em um novo espírito ‘civilizador’ (Segawa, 1994).

Com a cessão dos terrenos carmelitas à municipalidade, o projeto de melhoramentos iniciou-se seguindo o espírito de época, onde o entorno do templo carmelita, Figura 30 e 31, foi totalmente modificado. O lugar rural que conformava a paisagem, com um alagadiço na frente foi transformado na Praça da Abolição, além da criação da avenida da Liberdade paralela à praça, pelo prefeito Arthur Lundgren entre **1913** e **1916** (Santana; Mello, 1997).

Figura 30 – Planta de Urbanização do bairro do Carmo, anterior a 1915. Observa-se a indicação do coreto e dos lagos na praça.



Fonte: Acervo do IPHAN, 2003.

Figura 31 – Urbanização do entorno do templo Carmelita na década de 1910, à direita o caminho que após a urbanização tornou-se a Avenida da Liberdade.



Fonte: SEPACCTUR/PMO, s/d.

É na década de **1910**, ao assumir a direção da edilidade municipal, que o prefeito Artur Lundgren mandou aterrar o local, importou da Inglaterra um coreto de ferro²¹ e plantou palmeiras, figos, oitizeiros, cajaranas – espécies amplamente cultivadas no Horto Botânico de Olinda – e benjamins, além de construir *lages* artificiais, bancos de pedra, e canteiros para flores, conforme a Figura 32 (Diário de Pernambuco, 1950 b). Além disso, ainda na década de 1910, relata-se a vinda de um casal de cisnes para habitar o lago construído (Figura 33) e a presença de uma tartaruga secular gigante (Diário de Pernambuco, 1948).

Beltrão (1996), comenta em seu livro de memórias que na década de **1930**, além de extensiva vegetação, a praça era famosa pelos seus animais. Possuía um viveiro de pássaros, tanque de peixes, além de um bicho-preguiça que morava em uma das gameleiras da praça.

²¹ O coreto da Praça da Abolição (também popularmente conhecida como Praça da Preguiça) em Olinda, foi adquirido por André Hermann Lundgren em Londres em 1914. Conforme Gastão Manguinhos, só existiram dois pavilhões deste tipo no mundo, sendo um em Londres e outro em Olinda (Diário de Pernambuco, 1974).

Figura 32 – Inauguração da Praça da Abolição em 1915, ao centro da imagem a presença do coreto de ferro fundido, além de canteiros ajardinados e espelhos d'água.



Fonte: Olinda de Antigamente, 1915.

Figura 33 – “Jardim da Igreja do Carmo”. Presença de cisnes no lago.



Fonte: Fonte: Arquivo Benício Dias, 1939. Villa digital Fundaj.

Com a expansão urbana, o Carmo tornou-se o barômetro social da cidade nos primeiros anos da década de 1920. É notório na pesquisa historiográfica de jornais, os diferentes tipos de uso dados a esse espaço público, seja ele religioso ou profano, como as

encenações da Paixão de Cristo, procissões e as famosas retretas musicais e apresentações de dança encenadas no coreto. O espírito do lugar do Carmo passa a fazer parte do imaginário da população e o converte em cartão-postal da cidade, como observado na Figura 34 e 35. A partir desses cartões-postais, e em comparação com a iconografia anterior de 1915, nota-se o emprego e crescimento acelerado da vegetação, em especial de suas palmeiras.

Figura 34 – Postal de 1921 intitulado “Jardim Público – Olinda Pernambuco”. 1. Igreja de São Pedro, 2. Sobrado Mourisco, 3. Coreto/Pavilhão de ferro fundido e 4. Palmeiras-imperial (*Roystonea oleracea*), 5. Casarão Hermann Lundgren.



Fonte: Arquivo Josebias Bandeira, Villa digital Fundaj. Dedicatória de 05 abr. 1921. Editado pelo autor, 2024.

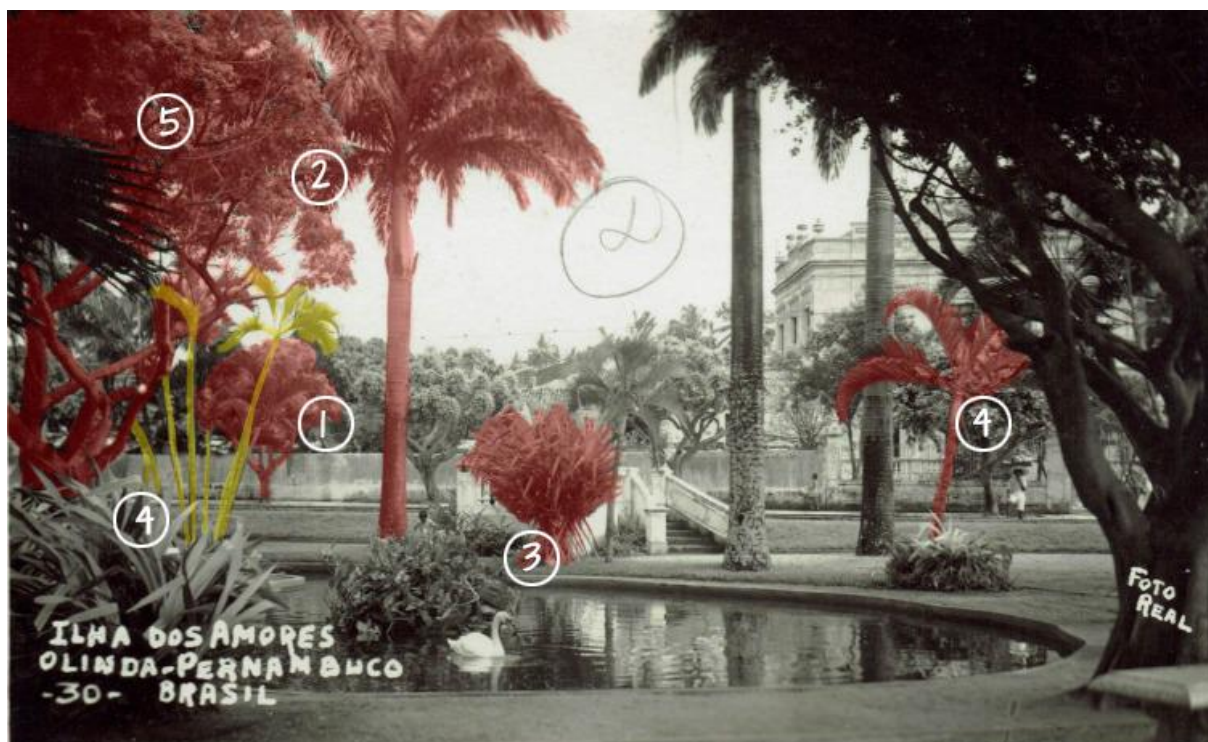
Figura 35 – Vista do Monumento a Abolição contornado de vegetação, no registro identificado como “Jardim 13 de maio”



Fonte: Revista de Pernambuco, Fundaj, 1926.

Em matéria do Diário de Pernambuco (1938 a, p.2), observa-se os preparativos para a comemoração do cinquentenário da abolição, onde o coreto foi reparado, a pintura da praça e do monumento em comemoração a abolição renovadas, além disso foram ampliados os bancos do jardim (Figura 36). Mais tarde, nesse mesmo ano, outra matéria do Diário de Pernambuco (1938 b, p.2) sugere que para o festejo da data seria interessante que o prefeito Pelópidas de Castro dotasse o jardim, tido como um dos mais importantes e visitados da cidade, de brinquedos para as crianças, a exemplo do Parque do Derby, na administração do prefeito Costa Maia.

Figura 36 – Praça da Abolição na década de 1930 com vegetação já em porte adulto. 1. Figueira (*Ficus benjamina*), 2. Palmeira-imperial (*Roystonea oleracea*), 3. Pândano (*Pandanus utilis*), 4. Palmeira-areca (*Dypsis lutescens*) e 5. Oiti (*Licania tomentosa*).



Fonte: Arquivo Nacional, Fundo Correio da Manhã, sem data. Editado pelo autor, 2024.

Em matéria posterior a comemoração do cinquentenário, é citado que os festejos serviram de pretexto para a os reparos no Jardim da Abolição, o qual estava quase relegado ao esquecimento. O coreto, os bancos e a iluminação receberam reparos, além disso, camadas de areia foram adicionadas a fim de atenuar a umidade do solo (Diário de Pernambuco, 1938 c).

É interessante notar que críticas as modificações ocorridas na praça tornam-se recorrentes, inclusive as figueiras (*Ficus benjamina*) existentes desde a constituição da praça passaram a ser mal vistas, tornando-se espécies indesejadas e de mau gosto na composição do jardim, conforme o trecho a seguir:

Há tempos passados foram **arrazados todos os canteiros do jardim** da praça da Abolição, para efeito de remodelação. Naturalmente o que se pretendeu foi dar mais atraente aspecto áquelle logradouro público. *Succede* porém que até agora, com excepção das **palmeiras** que obedeceu a **perfeito alinhamento**, são ainda os **figus que tomam conta do jardim**, impedindo o desenvolvimento de outra qualquer árvore. Iniciada agora a **recomposição dos canteiros**, seria conveniente **substituir alguns ficus por outros espécimens de maior beleza ornamental**. De resto não nos faltam exemplares dos mais lindos. A questão é *seleccional-os e aproveital-os* para o crescente embelezamento de um logradouro que, sem favor, é um dos mais pitorescos do Estado (Diário de Pernambuco, 1938 d, pg. 2 [sic.], grifo nosso).

Além da Praça a Abolição, críticas as figueiras (*Ficus benjamina*) e castanholas (*Terminalia catappa*) são estendidas a cidade, conforme matéria intitulada “Inconvenientes que resultam da preferência pelo ficus benjamin e castanhola”, onde relata-se que as espécies são impróprias, já que as raízes destroem as calçadas e seus galhos se entrelaçam aos fios da rede aérea gerando transtornos aos bondes (Diário de Pernambuco, 1944).

A prefeitura iniciou a restauração da Praça da Abolição, indicando também a intenção de restaurar o parque para crianças existente no local (Diário de Pernambuco, 1948, p.3). Contudo, o parecer do deputado Júlio Melo Filho em 1950, demonstra a preocupação com o tipo de intervenções que estavam sendo realizadas no monumento histórico, comparando até mesmo os equívocos realizados na demolição das ruínas do convento, segundo ele:

O surgimento dos muros e construção de um edifício no seu interior²², condenou a praça da abolição ao esquecimento, **não houve respeito aos lugares históricos, da mesma forma que foram derrubados os arcos de Santo Antônio**²³. Não se trata apenas de um muro desorientado no jardim da abolição, mas da defesa por todos os meios da tradição regional de Olinda. Que diríamos nós, se o burgo-mestre da cidade do Recife furasse a Praça de Casa Forte, onde a 17 de agosto de 1546, ganhamos uma das batalhas contra os holandeses? Se construísse uma muralha da Praça onde foram executados os mártires da revolução de 17? O Parque continuará no jardim da Abolição até que a prefeitura de Olinda entregue a benemérita instituição outro terreno em que ele fique definitivamente instalado. Nesse dia a cidade terá recuperado seu jardim, ficando mantido assim o respeito à tradição e ao embelezamento da velha urbe (Diário de Pernambuco, 1950 a, p.5-10 [sic.], grifo nosso).

Mesmo com as descaracterizações sofridas, nota-se que a evocação do elemento vegetal da Praça da Abolição, em algumas décadas de existência, já tinha entrado para o imaginário populacional, conforme observado na crônica de Djalma Costa, lida ao microfone na Rádio Olinda:

[...] **Coqueiros** que acenam às velas de jangadas que peregrinam no mar. **Palmeiras que se espreguiçam na praça da abolição – sonolentas; felizes; em noites de cintilações estreladas.** Evocar Olinda na imponência dos seus azulejos; nos velhos sobradões e sineiros que falaram aos bronzes seculares. Tudo isso e o Céu também é a velha Olinda Cidade Cartão Postal Monumento consagrado ao culto dos nossos pais e a cultura dos nossos filhos (Diário de Pernambuco, 1957, grifo nosso [sic.], grifo nosso).

²² Acredita-se que o autor esteja referindo-se à construção do Posto de Saúde e Maternidade, edifício da década de 1930.

²³ Acredita-se o autor esteja se referindo aos arcos da Conceição e de Santo Antônio de acesso à Ponte Maurício de Nassau postos abaixo por mudanças urbanas de tráfego em 1913 e 1917, respectivamente (Goethe, 2016).

Além disso, a imponência desse elemento vegetal – a palmeira-imperial – pode ser observada em outros registros iconográficos, como a Figura 37. Contudo, não tardou para que fossem relatados novos problemas. Na matéria intitulada “Os males de Olinda não tem cura” retrata-se que a praça da Abolição encontrava-se em completo abandono, denunciando ainda que “o bicho-preguiça de há muito serviu de ponche para os apreciadores do bate-bate; os bancos desapareceram; o lixo é uma constante, acontecendo o mesmo com a lama e ainda por cima a falta de iluminação pública” (Diário de Pernambuco, 1976 [sic.]).

Outra denúncia de cunho semelhante também informa que o logradouro encontra-se cada vez mais sujo, e entregue ao abandono, com canteiros desalinhados, passeios obstruídos, bancos quebrados, coreto faltando peças e corrimão estragado (Diário de Pernambuco, 1978).

Figura 37 – Representação do Sobrado Mourisco, ao fundo observa-se o ordenamento de palmeiras-imperial (*Roystonea oleracea*), coqueiros (*Cocos nucifera*), ficus (*Ficus benjamina*) e outras árvores na Praça da Abolição (atual Parque do Carmo).



Fonte: Manuel Bandeira in Freyre, 1968.

É no fim da década de 1970, que novos caminhos são apontado para os problemas que o lugar do Carmos vinha apresentando, recebendo inclusive, a visita do renomado

paisagista Roberto Burle Marx. Em matéria do Diário de Pernambuco (1977), intitulada “Burle Marx visita Olinda, vê plano de urbanismo e inaugura exposição” o paisagista afirmou que é preciso conservar o passado de Olinda, respeitando a preexistência. Para Germano Coelho, à época prefeito, a presença e depoimento de Burle Marx significam o apoio à preservação e expressão dos jardins e áreas verdes de Olinda. Das visitas realizadas pelo paisagista, incluindo a Praça da Abolição, foram colhidas ideias e sugestões para orientação do plano de governo.

A área conhecida como Sítio de Seu Reis foi visitada pelo paisagista Roberto Burle Marx, que aconselhou a sua integração à praça da Abolição. Ideia da qual o presidente do IPHAN à época, Ayrton de Carvalho, também compartilhava. O projeto elaborado pela Empresa de Urbanização e Desenvolvimento Integrado de Olinda previu ainda a preservação da fonte da Praça do Carmo e o restauro do coreto. Além disso, seguindo as recomendações de Burle Marx, a vegetação presente na Praça da Abolição e no morro foram considerada de grande valor pelo seu porte e beleza (figueiras, oitís-da-praia, amendoeiras e palmeiras-imperiais) (Diário de Pernambuco, 1979).

O aparente descaso com o lugar da Praça da Abolição à época, também parecia refletir-se na edificação religiosa. Cerrada a vida religiosa, o templo carmelita volta a estagnação, ganhando na década de 1980 o apelido de “castelo de *Grescon*”, alusão ao castelo do desenho animado He-Man, onde os jovens o utilizavam para seus encontros furtivos e no carnaval, transformando-se entre os foliões em banheiro (Santana; Mello, 1997).

O projeto previu passeios para caminhos bucólicos, onde as pessoas pudessem se encontrar e desfrutar do verde e da beleza arquitetônica da praça, prevendo cobertura vegetal integrada a já existente. A Igreja do Carmo e as ruínas do convento são pontuadas como elemento de destaque no espaço da praça (Diário de Pernambuco, 1979). Isso demonstra que além da ideia de integração, também absorveram os ideais de Burle Marx e Ayrton de Carvalho, que apresentava uma sensibilidade ao tratar de intervenções em centros históricos, considerando as preexistências, sobretudo do elemento vegetal.

Em 1982 iniciaram-se as obras na Praça do Carmo e da Abolição com a restauração do coreto e que foram realizadas pela Fundação Centro de Perservação dos

Sítios Históricos de Olinda²⁴ (Diário de Pernambuco, 1982). De acordo com o Diário de Pernambuco (1984), os trabalhos de restauração da praça iniciaram em junho de 1983, englobando também serviços de revitalização da praça com o aproveitamento do antigo Sítio de Seu Reis como área de lazer. Ressalta-se que a obra da prefeitura foi realizada com recursos do projeto CURA (Programa de Complementação Urbana para a Recuperação Acelerada).

A revitalização do Sítio de Seu Reis incluiu uma escadaria de acesso a Rua Coronel Meira, iluminação, bancos, passeio, minicampo de futebol, campo de voleibol e uma sementeira. O projeto de restauro e revitalização da Praça do Carmo e da Abolição visaram a proteção de todo o morro, já beneficiado com a construção de muro de arrimo. Além disso a construção do estacionamento melhorou a qualidade de vida dos moradores (Diário de Pernambuco, 1985).

De acordo com Santana e Mello (1997), a restauro realizado em 1985 na Igreja do Carmo foi positivo já que recuperou a porta da ala conventual, reestabeleceu o cruzeiro e construiu uma calçada à sua frente, evitando as infiltrações. Contudo, o entorno da Igreja do Carmo sofreu modificações consideráveis, como o sistema de drenagem criado no morro, a destruição da escalinata de época remota e a criação de uma nova via de acesso ao monumento.

Embora, do ponto de vista da arquitetura, a intervenção seja discutível, a conservação do componente vegetal aparentemente se manteve, assim como seu piso de terra batida, conforme a Figura 38, com características distintas daquelas da sua concepção inicial da década de 1910, mas acompanhando as transformações sociais e as formas como as pessoas se apropriaram do espaço público.

²⁴ Órgão de administração indireta da prefeitura, criado na administração do prefeito Germano Coelho, pela lei municipal nº 4119 e regulamentada pelo Decreto Municipal 022/80, sendo, à época, o único órgão de preservação a nível municipal do Brasil; com a função de preservar a memória e a paisagem dos Sítios Históricos de Olinda, o sistema compreende além do Centro de Preservação, o Fundo de Preservação dos Bens Culturais e o Tombamento Municipal.

Figura 38 – Praça da Abolição em 1985, ao centro o Coreto de ferro e ao redor o piso de terra batido.

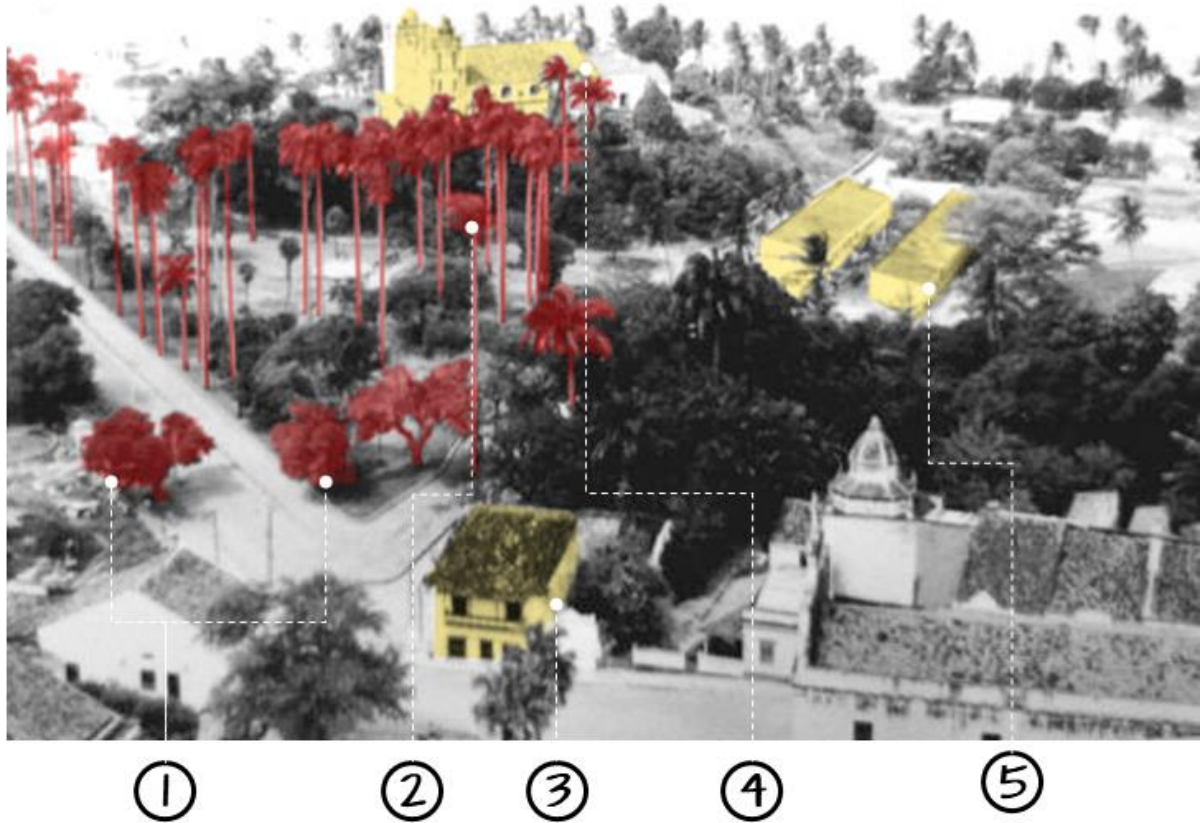


Fonte: SEPACCTUR/PMO, 1985.

Como observado na Figura 39, grande parte da vegetação que a caracterizava ainda estava presente, especialmente o renque de palmeiras-imperiais e as demais espécies arbóreas. Além disso, na Figura 40, observa-se o incremento de novas espécies de palmeiras como a areca-bambu (*Dypsis lutescens*), o dendezeiro (*Elaeis guineensis*), a palmeira-sabal (*Sabal palmetto*) e a leque-da-china (*Livistona chinensis*), assim como observado na composição vegetal da praça na década de 1930.

Conforme Menezes (2006), o principal objetivo do projeto implementado em 1985 foi dotar a praça de um desenho promovesse a utilização da área de forma livre. Onde Foram planejados espaços destinados a realização de eventos culturais de música e dança, os quais efetivamente ocorreram por bastante tempo. Mesmo diante da falta de manutenção nos anos posteriores, as atividades culturais eram frequentes, assim como o uso da praça tanto por moradores quanto turistas.

Figura 39 – Vista aérea da Praça da Abolição e Sítio de seu Reis, onde se destacam na paisagem: 1. Ficus (*Ficus benjamina*) e palmeiras-imperiais (*Roystonea oleracea*). 3. Sobrado mourisco, 4. Igreja do Carmo e 5. Posto de Saúde Barros Barreto.



Fonte: Acervo FUNDARPE, 1984. Editado pelo autor, 2024.

Figura 40 – Vista da Avenida da Liberdade, após a restauração da Praça da Abolição.



Fonte: Olinda de Antigamente, 1987.

4.3 TERCEIRO TEMPO: O SÉCULO 21

4.3.1 Prenúncios da criação do Parque do Carmo

Em 1995, uma década após a revitalização da Praça da Abolição, a matéria do Diário de Pernambuco intitulada “Conservação de Olinda gera polêmica” denuncia a má conservação e descaso com os monumentos públicos, com destaque para o coreto da Praça da Abolição, Figura 41. Além disso, membros da Sodeca (Sociedade de Defesa da Cidade Alta) relatam que não há limpeza, serviços de jardinagem, recuperação física ou qualquer fiscalização da guarda municipal sendo executadas (Guerra, 1995).

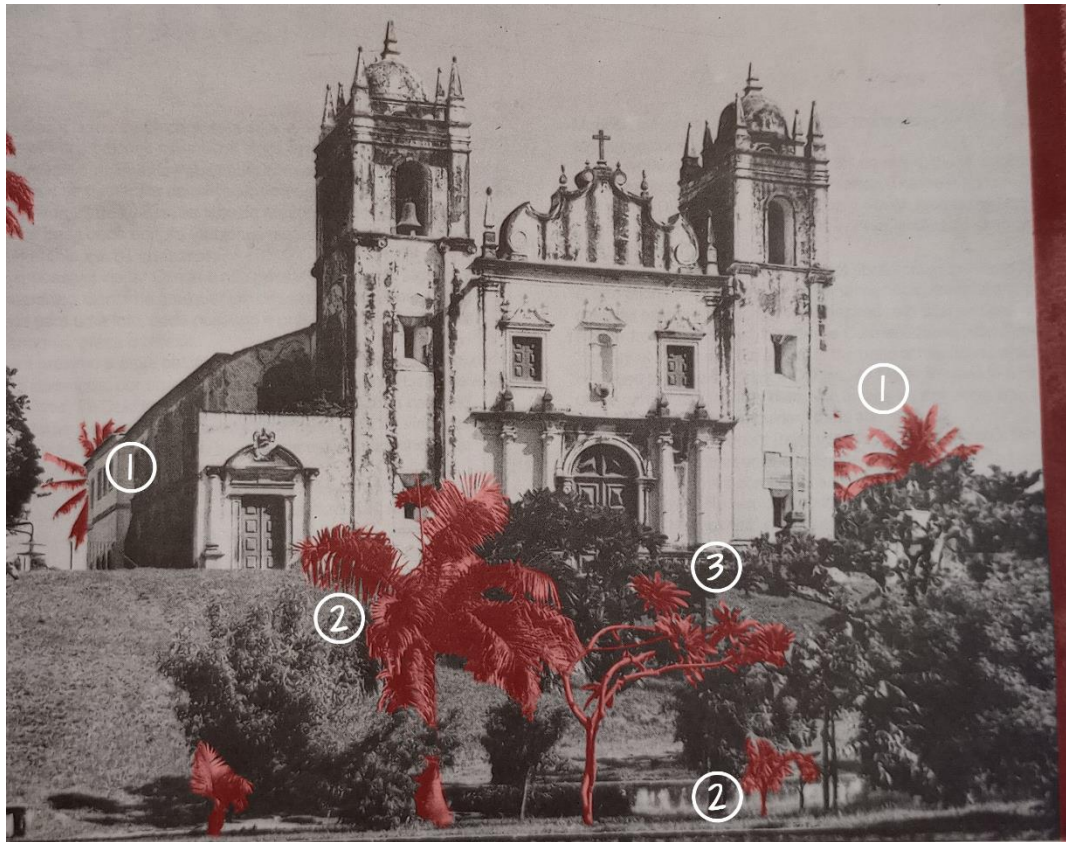
Figura 41- “Conservação de Olinda gera polêmica” como retrato do abandono e má conservação do Centro Histórico de Olinda, onde o coreto apresenta estrutura de ferro corroída e gradil com peças ausentes.



Fonte: Diário de Pernambuco, 1995, Arquivo público de Olinda.

Apesar do relato de descaso com a praça, na Figura 42, de 1990, nota-se um plantio aparentemente recente de palmeiras-imperiais (*Roystonea oleracea*) e jasmim-manga (*Plumeria rubra*). Assim, questiona-se se esse seria um movimento realizado pelos moradores do entorno, que possuíam uma relação com a praça, ou ações de manutenção por parte do poder público, evidenciando ações pontuais. De qualquer forma, realizar um plantio sem critérios contribui, de certa maneira, para a descaracterização do bem.

Figura 42 – Fotointerpretação. 1. Coqueiro (*Cocos nucifera*), 2. Palmeira-imperial (*Roystonea oleracea*) e 3. Jasmim-manga (*Plumeria rubra*).



Fonte: Edvaldo Arlégo, 1990. Adaptado pelo autor, 2024.

A suposta ameaça de perda do título de Patrimônio Mundial de Olinda, pela condição de degradação em que o Centro Histórico se encontrava, acarretou sua inclusão na lista de beneficiados do Programa Monumenta. Em levantamento realizado pelo referido programa no ano de **2003**, ratifica-se que a Praça da Abolição e o Sítio de Seu Reis encontravam-se em má estado de conservação, com passeios e mobiliários desgastados (Menezes, 2006).

O programa Monumenta, criado em **1997** teve como intuito promover a recuperação sustentável do patrimônio histórico urbano brasileiro tombado pelo IPHAN, protegendo os centros históricos das cidades a partir do resgate de aspectos originais que se encontravam degradados. Esse programa seguiu um movimento já em curso desde a década de 1970, com a criação do PCH (Programa de Reconstrução de Cidades Históricas) (Gastal, 2003).

No âmbito do Programa Monumenta, a criação do Parque do Carmo teve por meta a valorização de todo o conjunto – Praça do Carmo, Praça da Abolição e Sítio de Seu Reis –, que já eram reconhecidos pelo seu valor cultural e paisagístico do Centro Histórico, onde buscou-se revitalizar a área com infraestrutura e tratamento paisagístico.

No levantamento realizado anterior a execução do projeto do Monumenta, Figura 43, é possível observar como o projeto de 1985, que contou com a urbanização do Sítio de Seu Reis, chegou aos anos 2000. Destacando-se a construção que abrigava a antiga sementeira, que tinha como intuito a manutenção da vegetação do parque e de outras áreas do Centro Histórico. Adicionalmente, a praça era predominantemente em solo natural, destacando-se o piso em terra batida.

Figura 43 – Levantamento arquitetônico da situação à época, da Praça da Abolição, e que representa a intervenção ocorrida em 1985. 1. Construção que abrigava a antiga sementeira; 2. Escadaria de acesso ao Sítio de Seu Reis, 3. Banheiros Públicos. 4. Piso em terra batida; 5. Pátio do Carmo Restaurado, 6. Novo acesso de veículos à Igreja do Carmo e 7. Canteiros com vegetação na Praça do Carmo.



Fonte: Acervo do IPHAN, 2002. Editada pelo autor, 2024.

Embora grandes mudanças tenham sido realizadas na intervenção de 1985, principalmente com a construção de escalinatas para a drenagem e o aplanamento de suas

irregularidades no morro que leva à Igreja do Carmo, como observado na planta baixa do projeto (Figura 43), é notória a conservação do espírito do lugar da Praça do Carmo a partir da manutenção de seus monumentos e da sua vegetação característica, conforme pode-se observar nas Figuras 44 e 45.

Figura 44 – Vista da Praça do Carmo a partir da Colina da Igreja do Carmo. Assim como na década de 1980 as características da sua vegetação se mantem, seu piso quase todo em terra batida e ao centro o coreto.



Fonte: SEPACCTUR/PMO, 2002.

Figura 45 – Canteiro de palmeiras-imperiais (*Roystonea oleracea*) da Praça da Abolição Vistas a partir da Colina da Igreja do Carmo e edificação que abrigava a sementeira, respectivamente.



Fonte: Acervo SEPACCTUR/PMO, 2002.

Da primeira versão do projeto de intervenção, datada de 2002 (Figura 46) para a final de 2003 (Figura 47) são observadas algumas alterações significativas, sendo a maior

delas a exclusão da Praça do Carmo na concepção do Parque do Carmo. Conforme o Parecer do IPHAN (2003), isso ocorreu devido à redução de custos do projeto, e a revitalização dessa área ficou para ser tratada dentro de outro projeto previsto no âmbito do Programa Monumenta, que foi a Requalificação do Fortim. Além disso, a proposta final contemplou maior integração ao Posto de Saúde e alterações na escadaria de acesso a Igreja do Carmo.

Figura 46 – Primeira Versão do Projeto do Parque do Carmo. 1. Praça do Carmo, 2. Igreja do Carmo, 3. Praça da Abolição e 4. Sítio de Seu Reis.



Fonte: Acervo do IPHAN, 2002. Editada pelo autor, 2024.

Figura 47 – Versão final do Projeto Arquitetônico do Parque do Carmo. 1. Demolição da antiga sementeira, 2. Instalação de equipamentos de ginástica, 3. Instalação de Parque infantil, 4. Criação de piso impermeável no entorno da estátua da liberdade, 5. Supressão do canteiro, 6. Novo acesso a igreja, 7.



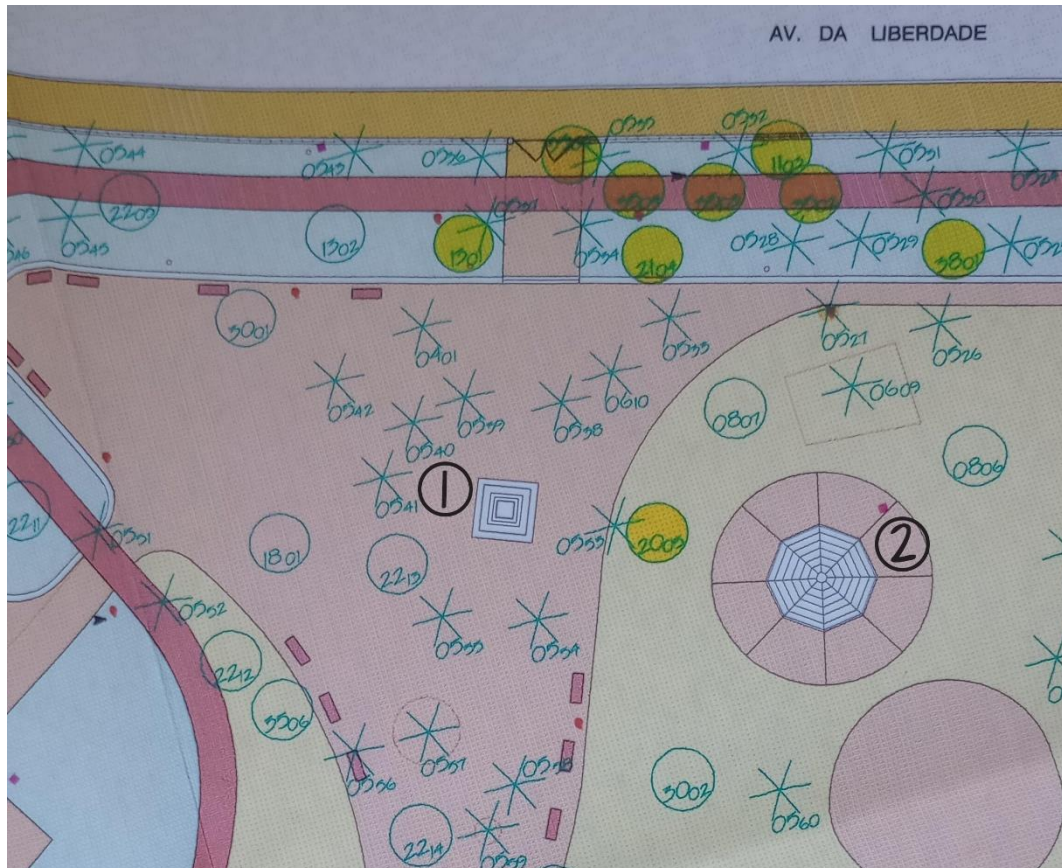
Fonte: Acervo do IPHAN, 2003. Editada pelo autor, 2024.

O Conselho de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, apesar de aprovar o projeto requalificação, emitiu um parecer indicando a necessidade de reestruturação do projeto à luz da urbanização do início do século 20, onde deveriam ser resgatados os elementos de referência e memória da época, a exemplo dos tanques e lagos do projeto original. Além disso, pontuou que deveria ser considerada a **vegetação histórica**, já que ela **participa da composição paisagística do sítio**, a exemplo do círculo de palmeiras-imperiais no entorno da Estátua da Liberdade (Varejão, 2003).

Tanto o Conselho de Preservação, quanto o IPHAN, expressaram preocupações significativas, uma vez que o agenciamento do piso, o traçado e os materiais propostos, não valorizavam os elementos históricos existentes como a estátua da Liberdade, o coreto e o lago, além da considerável redução de solo natural do projeto. Acrescenta-se que o

aspecto mais preocupante foi o piso impermeável no envoltório da Estátua da Liberdade, onde estão presentes diferentes elementos vegetais, entre eles as palmeiras-imperiais, conforme a Figura 48.

Figura 48 – Ampliação do Projeto Arquitetônico do Parque do Carmo. Nota-se o aumento de piso impermeável da primeira para a segunda proposta. 1. Estátua da Abolição e 2. Coreto.



Fonte: Acervo do IPHAN, 2003. Editada pelo autor, 2024.

Outro ponto a ser observado no **levantamento da vegetação** realizado pelo Programa Monumenta (Figura 49), é que não foram identificadas ou locadas nas pranchas do projeto a **vegetação que circunda o monte da Igreja do Carmo**, assim como foi realizada no restante do parque. A atitude reflete novamente uma falta de interesse em entender o elemento vegetal em sua totalidade e que estrutura uma paisagem e dá sentido ao lugar pelos seus atributos. Tal condição pode ainda ser reflexo do corte de gastos e de otimização de tempo, assim como já relatado anteriormente, na exclusão da Praça do Carmo como integrante do parque.

Figura 49 – Recorte do Levantamento da vegetação do Projeto Arquitetônico do Parque do Carmo. Enquanto a vegetação da área principal foi levantada e locada, no morro da Igreja do Carmo não há nenhuma indicação.



Fonte: Acervo do IPHAN, 2002.

As obras do Parque do Carmo foram iniciadas em 2003 e finalizadas em 2006, ano de sua inauguração. O coreto foi destinado para festividades, a Estátua da Liberdade foi recuperada e seu entorno considerado como espaço de convivência e exposições, já a antiga vasca foi transformada em jardineira. Além dessas ações, ocorreu também a instalação de um *playground*, que foi aparelhado com brinquedos de madeira, a construção da pista para caminhada, trabalhos no sistema hidráulico, aprimoramentos na drenagem e instalação de iluminação. O traçado do sítio de Seu Reis foi mantido, com ajustes na margem do lago e a instalação de mobiliário e equipamentos de ginástica (Menezes, 2006).

Embora a concepção do Parque do Carmo tenha atendido a demanda de revitalizar e dar uso a partir da incorporação de equipamentos, nota-se que não houve um respeito ao principal componente do jardim, o **elemento vegetal**. Percebe-se na Figura 50, que as áreas em solo natural passaram a ter um revestimento em pedra, além do uso de outros materiais como granilite e cimentado, que provocaram problemas nefastos posteriormente, afetando diretamente na drenagem da água e na **morte dos indivíduos vegetais históricos**, principalmente das plameiras-imperiais (*Roystonea oleracea*) pelo rebaixamento do solo que ocasionou a exposição e cortes das raízes fasciculadas que são importantes para a absorção de nutrientes.

Figura 50 – Assentamento do piso em pedra na alameda de palmeiras-imperiais (*Roystonea oleracea*). Na imagem é perceptível o rebaixamento do solo e a exposição das raízes cortadas em pequenos alegretes.



Fonte: Acervo SEPACCTUR/PMO, 2005-2006.

A **falta de compreensão do elemento vegetal** e sua manutenção estende-se para outros pontos da intervenção na criação do Parque do Carmo, visto que conforme a Figura 51, a sementeira criada na intervenção de 1985 foi demolida. Além disso, houve a supressão de parte do canteiro de palmeiras-imperiais (*Roystonea oleracea*) para criar um novo acesso a escadaria que leva à Igreja do Carmo, no alto da Colina.

Figura 51 – Vista da Ponte no lado do Sítio de Seu Reis, nota-se que a sementeira foi demolida. 1. Criação de novo acesso a colina com recorte do canteiro. Na foto destacam-se as palmeiras-imperiais (*Roystonea oleracea*) e espatódea (*Spathodea campanulata*).



Fonte: Larissa Menezes, 2006. Editado pelo autor, 2024.

A existência de dois projetos de intervenções para o Parque do Carmo – de 2002 e 2003 – acarretou a realização de dois levantamentos da vegetação, nos quais diferem no quantitativo de espécies e indivíduos. Para a análise aqui desenvolvida foi considerado o levantamento do projeto final, de 2003. Porém, tal condição reflete mais uma vez o descaso com o componente vegetal.

O levantamento da vegetação realizado em 2003, no âmbito do Projeto Monumenta (Tabela 1), contabilizou um total de 335 indivíduos vegetais, classificados como palmeiras, árvores, arbustos e ervas. Do levantamento destacam-se o expressivo quantitativo de palmeiras-imperiais (70) e coqueiros (36). Além de árvores e arbustos, onde os mais expressivos são castanhola (35), mata-fome (20), mangueira, sombreiro (19), espatódea (18) e figueira (17). Vale destacar a existência de árvores frutíferas como cajueiro, cajazeira, fruta-pão, jaqueira, jambeiro, sapotizeiro e goiabeira que se popularizaram nos quintais a partir da década de 1940. Tais espécies, mesmo que em menor quantidade, rememora a paisagem das cercas conventuais e do antigo Horto Botânico de Olinda, este último responsável por sua aclimação.

O fato da espacialidade do Parque do Carmo incorporar, a partir de 1985, o Sítio de Seu Reis, contribuiu para que as espécies características desse espaço fossem também incorporadas a praça, por fazer fronteira com quintais de outras moradias, o que pode ter acarretado na dispersões espontâneas de frutíferas, característica que torna o Parque do Carmo um espaço público tão singular.

Na Tabela 1 também é possível observar a presença de espécies vegetais que perpassaram os tempos históricos analisados e que foram identificadas pela técnica da fotointerpretação, tomando por base as iconografias. A conservação dessas espécies é de fundamental importância já que são responsáveis pela manutenção da identidade do lugar, ou seja, do seu espírito.

Tabela 1 – Paleta vegetal anterior à criação do Parque do Carmo, no âmbito do Projeto Monumenta, 2003. Em destaque as espécies contidas na paleta vegetal histórica identificadas a partir da fotointerpretação e historiografia.

Família	Nome Científico ²⁵	Nome Popular	Quant.	Forma de Vida ²⁶	Origem
Anacardiaceae	<i>Schinus terebinthifolia</i>	Aroeira-da-praia	4	Arbusto, Árvore	Nativa
Anacardiaceae	<i>Spondias mombin</i>	Cajazeira	3	Árvore	Nativa
Anacardiaceae	<i>Mangifera indica</i>	Mangueira	14	Árvore	Cultivada
Anacardiaceae	<i>Anacardium occidentale</i>	Cajueiro	3	Árvore	Nativa
Apocynaceae	<i>Plumeria rubra</i>	Jasmim-manga	3	Arbusto	Cultivada
Araceae	<i>Pistia stratiotes</i>	Alface-d'água	-	Erva	Nativa
Areaceae	<i>Roystonea oleracea</i>	Palmeira-imperial	70	Palmeira	Cultivada
Areaceae	<i>Livistona chinensis</i>	Palmeira-leque-da-China	11	Palmeira	Cultivada
Areaceae	<i>Pritchardia pacifica</i>	Palmeira-leque-de-Fiji	3	Palmeira	Cultivada
Areaceae	<i>Cocos nucifera</i>	Coqueiro	36	Palmeira	Naturalizada
Areaceae	<i>Acrocomia intumescens</i>	Macaibeira	1	Palmeira	Nativa
Areaceae	<i>Elaeis guineensis</i>	Dendezeiro	1	Palmeira	Naturalizada
Areaceae	<i>Dypsis lutescens</i>	Areca-bambu	1	Palmeira	Cultivada
Bignoniaceae	<i>Spathodea campanulata</i>	Espátodea	18	Árvore	Cultivada
Bignoniaceae	<i>Tecoma stans</i>	Ipê-de-jardim	12	Arbusto	Naturalizada
Capparaceae	<i>Crataeva tapia</i>	Trapiá	3	Árvore	Nativa
Chrysobalanaceae	<i>Moquilea tomentosa</i>	Oitizeiro	6	Árvore	Nativa
Combretaceae	<i>Terminalia catappa</i>	Castanhola	35	Árvore	Naturalizada
Fabaceae	<i>Clitoria fairchildiana</i>	Sombreiro	19	Árvore	Nativa
Fabaceae	<i>Delonix regia</i>	Flamboyant	4	Árvore	Cultivada
Fabaceae	<i>Cassia fistula</i>	Cássia-chuva-de-ouro	1	Árvore	Cultivada
Fabaceae	<i>Paubrasilia echinata</i>	Pau-brasil	6	Árvore	Nativa
Fabaceae	<i>Pithecellobium dulce</i>	Acácia-mimosa	1	Árvore	Naturalizada
Fabaceae	<i>Prosopis juliflora</i>	Algarobeira	1	Árvore	Naturalizada
Fabaceae	<i>Libidibia ferrea</i>	Pau-ferro	2	Árvore	Nativa
Fabaceae	<i>Senna siamea</i>	Cássia-amarela	1	Árvore	Naturalizada
Fabaceae	<i>Calliandra surinamensis</i>	Pincel-de-barbeiro	3	Arbusto	Nativa
Fabaceae	<i>Cassia javanica</i>	Acácia-rosa	2	Árvore	Cultivada

²⁵ Foram corrigidas a grafia dos nomes científicos e populares de acordo com a norma vigente.

²⁶ Foram adequadas as informações presentes no documento original, referente à classificação da forma de vida do elemento vegetal, a exemplo da *Roystonea oleracea*, indicada como espécie arbórea e retificada como palmeira.

Fabaceae	<i>Pithecellobium dulce</i>	Mata-fome	20	Árvore	Naturalizada
Lauraceae	<i>Persea americana</i>	Abacateiro	1	Árvore	Naturalizada
Malvaceae	<i>Hibiscus tiliaceus</i>	Algodoeiro-de-praia	6	Arbusto, Árvore	Nativa
Malvaceae	<i>Pachira aquatica</i>	Carolina	6	Árvore	Nativa
Moraceae	<i>Ficus benjamina</i>	Figueira	17	Árvore	Cultivada
Moraceae	<i>Artocarpus altilis</i>	Fruta-pão	4	Árvore	Naturalizada
Moraceae	<i>Artocarpus heterophyllus</i>	Jaqueira	1	Árvore	Naturalizada
Myrtaceae	<i>Syzygium malaccense</i>	Jambeiro	1	Árvore	Cultivada
Myrtaceae	<i>Syzygium cumini</i>	Azeitona-preta	4	Árvore	Naturalizada
Myrtaceae	<i>Psidium guajava</i>	Goiabeira	3	Árvore	Naturalizada
Myrtaceae	<i>Eugenia uniflora</i>	Pitangueira	1	Arbusto	Nativa
Nyctaginaceae	<i>Bougainvillea glabra</i>	Primavera	1	Arbusto Árvore, Liana	Nativa
Nymphaeaceae	<i>Nymphaea amazonum</i>	Ninféia	-	Erva	Nativa
Poaceae	<i>Bambusa vulgaris</i>	Bambu	1	Bambu	Naturalizada
Poaceae	<i>Cynodon dactylon</i>	Capim-de-burro	-	Erva	Naturalizada
Sapindaceae	<i>Talisea esculenta</i>	Pitombeira	2	Árvore	Nativa
Sapotaceae	<i>Manilkara zapota</i>	Sapotizeiro	3	Árvore	Cultivada

Fonte: Projeto Arquitetônico Parque do Carmo, IPHAN, 2003. Editado pelo autor, 2024.

A proposta de 2003, indicou para a recomposição da paleta vegetal do Parque do Carmo um total de 1303 indivíduos, distribuídos da seguinte forma: 48 palmeiras, das quais apresentam dendezeiro, palmeira-leque, palmeira-imperial e palmeira-açaí; 86 indivíduos arbóreos, dos quais os mais expressivos são: carolina, algodão-de-praia, gameleira, ipê-amarelo, ipê-roxo, oitizeiro e cajazeira. Além de herbáceas que aparecem em maior número 1169, distribuídas entre colônias, paqueviras e helicônias, além de gramíneas como cerca de 4.000m² de grama inglesa e 2.000m² de grama papoamanteiga. Nota-se que, apesar de incorporarem algumas espécies vegetais já características da localidade, também foram introduzidas novas espécies que nunca forma utilizadas como o ipê-amarelo e o ipê-roxo.

Nas fotografias existentes à época da inauguração, é difícil afirmar que a vegetação especificada foi totalmente implementada, já que é possível observar apenas a vegetação já existente e as gramíneas, conforme a Figura 52. Contudo, a partir do levantamento atual (Tabela 2 e Figura 53) é possível ao menos identificar a implantação das espécies arbóreas.

Figura 52 – Parque do Carmo, três anos após sua inauguração.



Fonte: Passarinho/PMO, Flickr, 2009

Tabela 2 – Paleta vegetal atual do Parque do Carmo, 2023. Em destaque as espécies contidas na paleta vegetal histórica identificadas a partir da fotointerpretação e historiografia.

Família	Nome científico	Nome popular	Quant.	Forma de Vida	Origem
Anacardiaceae	<i>Anacardium occidentale</i>	1.Cajueiro	1	Árvore	Nativa
Anacardiaceae	<i>Schinus terebinthifolia</i>	2.Aroeira-da-praia	11	Arbusto, Árvore	Nativa
Anacardiaceae	<i>Mangifera indica</i>	3.Mangueira	17	Árvore	Cultivada
Anacardiaceae	<i>Spondias mombin</i>	4.Cajazeira	17	Árvore	Nativa
Apocynaceae	<i>Plumeria rubra</i>	5.Jasmim-manga	1	Arbusto	Cultivada
Apocynaceae	<i>Nerium oleander</i>	6.Espirradeira	6	Arbusto, Árvore	Cultivada
Araceae	<i>Epipremnum aureum</i>	7.Jibóia	1	Erva	Cultivada
Araceae	<i>Xanthosoma taioaba</i>	8.Taioaba	1	Erva	Nativa
Araceae	<i>Pistia stratiotes</i>	9.Alface-d'água	1	Erva	Nativa
Araceae	<i>Syngonium angustatum</i>	10.Sigônio	1	Erva	Nativa
Arecaceae	<i>Adonidia merrillii</i>	11.Palmeira-manila	9	Palmeira	Cultivada
Arecaceae	<i>Roystonea oleracea</i>	12.Palmeira-imperial	51	Palmeira	Cultivada
Arecaceae	<i>Pritchardia pacifica</i>	13.Palmeira-leque-de-Fiji	23	Palmeira	Cultivada
Arecaceae	<i>Livistona chinensis</i>	14.Palmeira-leque-da-China	10	Palmeira	Cultivada
Arecaceae	<i>Elaeis guineensis</i>	15.Dendezeiro	20	Palmeira	Naturalizada
Arecaceae	<i>Cocos nucifera</i>	16.Coqueiro	42	Palmeira	Naturalizada
Arecaceae	<i>Dypsis lutescens</i>	17.Areca-bambu	5	Palmeira	Cultivada

Arecaceae	<i>Euterpe precatoria</i>	18.Açaí	2	Palmeira	Nativa
Arecaceae	<i>Caryota mitis</i>	19.Palmeira-rabo-de-peixe	1	Palmeira	Cultivada
Arecaceae	<i>Acrocomia intumescens</i>	20.Macaíba	1	Palmeira	Nativa
Asparagaceae	<i>Cordyline fruticosa</i>	21.Dracena-vermelha	1	Erva	Cultivada
Asparagaceae	<i>Agave angustifolia</i>	22.Agave	1	Arbusto, Erva	Cultivada
Asparagaceae	<i>Chlorophytum comosum</i>	23.Clorofito	1	Erva	Cultivada
Asparagaceae	<i>Dracaena reflexa</i>	24.Pleomele	1	Arbusto	Cultivada
Asparagaceae	<i>Dracaena fragrans</i>	25.Dracena	1	Arbusto	Cultivada
Bignoniaceae	<i>Handroanthus impetiginosus</i>	26.Ipê-roxo	1	Árvore	Nativa
Bignoniaceae	<i>Sphatodea campanulata</i>	27.Espatódea	12	Árvore	Cultivada
Bignoniaceae	<i>Handroanthus heptaphyllus</i>	28.Ipê-rosa	2	Árvore	Nativa
Bignoniaceae	<i>Tecoma stans</i>	29.Ipê-de-jardim	2	Arbusto	Naturalizada
Bignoniaceae	<i>Crescentia cujete</i>	30.Cabaceira	1	Árvore	Cultivada
Cannaceae	<i>Canna indica</i>	31.Cana-da-india	2	Erva	Nativa
Capparaceae	<i>Cynophalla flexuosa</i>	32.Feijão-de-boi	1	Arbusto	Nativa
Capparaceae	<i>Crataeva tapia</i>	33.Trapiá	7	Árvore	Nativa
Chrysobalanaceae	<i>Moquilea tomentosa</i>	34.Oitizeiro	8	Árvore	Nativa
Combretaceae	<i>Terminalia catappa</i>	35.Castanhola	36	Árvore	Naturalizada
Cyperaceae	<i>Cyperus alternifolius</i>	36.Sombrinha-chinesa	1	Erva	Naturalizada
Fabaceae	<i>Delonix regia</i>	37.Flamboyant	7	Árvore	Cultivada
Fabaceae	<i>Clitoria fairchildiana</i>	38.Sombreiro	19	Árvore	Nativa
Fabaceae	<i>Pithecellobium dulce</i>	39.Mata-fome	38	Árvore	Naturalizada
Fabaceae	<i>Bauhinia monandra</i>	40.Pata-de-vaca	2	Árvore	Cultivada
Fabaceae	<i>Caesalpinia pulcherrima</i>	41.Flamboyanzinho	1	Arbusto, Árvore	Cultivada
Fabaceae	<i>Paubrasilia echinata</i>	42.Pau-brasil	3	Árvore	Nativa
Fabaceae	<i>Senna siamea</i>	43.Cassia-amarela	16	Árvore	Naturalizada
Lauraceae	<i>Cinnamomum verum</i>	44.Caneleira	1	Arbusto, Árvore	Cultivada
Malvaceae	<i>Pachira aquatica</i>	45.Carolina	18	Árvore	Nativa
Malvaceae	<i>Adansonia digitata</i>	46.Baobá	1	Árvore	Cultivada
Malvaceae	<i>Hibiscus rosa-sinensis</i>	47.Hibisco	14	Arbusto	Cultivada
Malvaceae	<i>Hibiscus tiliaceus</i>	48.Algodoeiro-de-praia	6	Arbusto, Árvore	Nativa
Meliaceae	<i>Azadirachta indica</i>	49.Nim	1	Árvore	Cultivada
Moraceae	<i>Ficus benjamina</i>	50.Figueira	8	Árvore	Cultivada
Moraceae	<i>Morus nigra</i>	51.Amoreira	1	Arbusto, Árvore	Cultivada
Moraceae	<i>Artocarpus altilis</i>	52.Fruta-pão	4	Árvore	Naturalizada
Moraceae	<i>Ficus microcarpa</i>	53.Figueira	3	Árvore	Naturalizada
Moraceae	<i>Morus nigra</i>	54.Amoreira	1	Arbusto, Árvore	Cultivada

Myrtaceae	<i>Syzygium cumini</i>	55.Azeitona-preta	6	Árvore	Naturalizada
Myrtaceae	<i>Syzygium malaccense</i>	56.Jambeiro	1	Árvore	Cultivada
Nymphaeaceae	<i>Nymphaea amazonum</i>	57.Ninféia	1	Erva	Nativa
Poaceae	<i>Bambusa vulgaris</i>	58.Bambu	2	Bambu	Naturalizada
Poaceae	<i>Ravenala madagascariensis</i>	59.Árvore-do-viajante	1	Arbusto, Árvore	Cultivada
Rubiaceae	<i>Morinda citrifolia</i>	60.Noni	3	Árvore	Cultivada
Rubiaceae	<i>Ixora casei</i>	61.Ixora-rei	1	Arbusto	Cultivada
Rubiaceae	<i>Ixora chinensis</i>	62. Ixora-chinesa	4	Arbusto	Cultivada
Rutaceae	<i>Citrus limon</i>	63.Limão	1	Árvore	Cultivada
Sapotaceae	<i>Manilkara zapota</i>	64.Sapotizeiro	3	Árvore	Cultivada
Verbenaceae	<i>Duranta erecta</i>	65.Pingo-de-ouro	4	Arbusto	Naturalizada

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Figura 53 – Inventário florístico do Parque do Carmo e adjacências, realizado em 2023. Detalhes podem ser vistos no Apêndice B.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

A indicação e implementação de espécies arbóreas que não faziam parte do levantamento realizado, tampouco da vegetação histórica, como o ipê-amarelo (*Tabebuia araliácea*) e ipê-roxo (*Tabebuia avellanedae*) apontam para uma paleta vegetal sem estudo prévio da vegetação histórica, condição primeira para a intervenção em um jardim histórico, podendo acarretar a introdução de elementos exógenos e modificar o espírito do lugar do Parque do Carmo.

A inclusão de novas espécies no jardim histórico sem uma justificativa adequada é totalmente desaconselhada. Conforme destacado por Catalano e Panzini (1990), a conservação de um jardim histórico requer a busca por um arranjo vegetal que respeite o original, compreendendo as diferentes camadas do tempo que determinaram a composição atual. Dessa forma, ao invés de conservar o espírito do lugar, a modificação na paleta vegetal implica na perda de sua essência, pois os atributos da vegetação também serão alterados.

Em busca de um entendimento maior de como essa vegetação se comportou 20 anos depois da intervenção do Programa Monumenta, foi elaborada a paleta vegetal do Parque do Carmo. Dessa vez, incluindo a vegetação da colina da Igreja do Carmo, assim como a vegetação da Praça do Carmo, entendendo essas partes como um todo que conforma a paisagem e evoca o espírito do lugar.

Apesar do acréscimo de vegetação, quando se compara o levantamento de 2003 com o de 2023²⁷, observou-se uma considerável perda de 70 para 51 palmeiras-imperiais. E das 51, a maioria são recém-plantadas, comprovando a vasta quantidade de palmeiras mortas na intervenção do Projeto Monumenta com a implementação de uma grande área de piso impermeável em todo o Parque do Carmo.

Além da vasta quantidade de palmeiras mortas e da indicação de espécies alheias a vegetação histórica, notou-se ainda o surgimento de outras espécies como baobá (*Adansonia digitata*), nim (*Azadirachta indica*), noni (*Morinda citrifolia*) e herbáceas como ixora (*Ixora coccínea*) e pingo-de-ouro (*Duranta erecta*). Além disso a exótica invasora²⁸ espatódea (*Spathodea campanulata*), considerada uma ameaça ao ambiente natural local,

²⁷ Apesar do aumento de 335 para 470 indivíduos, é importante levar em consideração que o levantamento realizado pelo Programa Monumenta não considerou todas as áreas do levantamento atual.

²⁸ As espécies exóticas invasoras são aquelas plantas e animais que estão fora da sua área de distribuição natural e que ameaçam habitats, serviços ecossistêmicos, e a diversidade biológica, causando impactos em ambientes naturais.

que já havia sido inventariada em 2003 e continuou a fazer parte da composição do Parque do Carmo.

Outra espécie que não tinha sido indicada no levantamento inicial e tampouco na proposta do projeto de 2003, mas que apresentou um aumento no seu quantitativo, de 20 para 38, foi a mata-fome (*Pithecellobium dulce*), especialmente no entorno da colina da Igreja do Carmo (Figura 52, ver Apêndice B), acredita-se que sua propagação ocorreu por dispersão espontânea, o que evidencia que não há um manejo do elemento vegetal.

As transformações na vegetação do Parque do Carmo, notadamente com a revitalização do Programa Monumenta, influenciaram também as perspectivas paisagísticas gerais do local. Um exemplo evidente desse impacto é a perda das palmeiras do Parque do Carmo a partir do Alto da Sé (Figura 54).

Figura 54 – Comparativo de vista do alto da Sé para o Carmo.



Fonte: UNESCO, 2006; o autor, 2023, respectivamente.

Como agravante, essas problemáticas também são observadas de maneira abrangente no Centro Histórico de Olinda. Além da perda da vegetação histórica, há a introdução de espécies desassociadas ao espírito do lugar do centro histórico. Um exemplo de tal condição é o recinto próximo à Catedral da Sé (Figura 55), onde identifica-se atualmente: clúsia (*Clusia fluminensis*), baobá (*Adansonia digitata*), palmeira-imperial (*Roystonea oleracea*), jasmim-do-caribe (*Plumeria pudica*), pinheiro-casuarina (*Casuarina equisetifolia*) e buganvília (*Bougainvillea glabra*). Ressalta-se ainda que a questão não se resume apenas ao ato de plantar; é essencial compreender o sítio, a morfologia da vegetação e seu desenvolvimento até fase adulta.

Figura 55 – Comparativo de vista da ladeira da Sé para a Igreja do Carmo. Igreja do Carmo entre os coqueiros no centro da imagem de 2016.



Fonte: Google Street View, 2016; o autor, 2023, respectivamente.

Além disso, a ausência de manejo adequado ao longo do tempo pode resultar na formação de barreiras visuais, como exemplificado na vista para o Convento São Francisco (Figura 56). Diferente do registro fotográfico de 2006, atualmente não é possível contemplar a visual do Convento Franciscano a partir do mesmo cone de visibilidade do mirante da Catedral da Sé.

Figura 56 – Comparativo de vista do Convento São Francisco a partir da Igreja da Sé.



Fonte: UNESCO, 2006; o autor, 2023, respectivamente.

A manutenção da vegetação histórica que conforma a paisagem e dá identidade ao Centro Histórico de Olinda, e aqui especificamente ao Parque do Carmo, não está somente atrelada às condições estéticas. Tais espécies possuem atributos que se somam e conformam o caráter peculiar do lugar. Conforme apresentado na Figura 57, essa vegetação possui aromas e sabores característicos ligado à suas árvores frutíferas de grande porte e às tonalidades das cores dos seus maciços vegetais que contrastam com as formas presentes nos monumentos edificadas. Também possui a função reguladora do microclima – conforto ambiental – onde a sombra das árvores fornece abrigo aos seus

frequentadores, servindo também de abrigo e morada para as aves, muitas delas associadas a espécies vegetais específicas do jardim.

A não compreensão dessas condições já tem afetado o jardim, e pode em um futuro próximo, se agravar, ocasionando o desaparecimento das aves. Com elas, vão-se embora seus cantos, que assim como o soar dos sinos das Igrejas e Catedrais de Olinda, também evocam o espírito do lugar, um atributo tanto da materialidade como da imaterialidade de uma paisagem que por si só é efêmera.

Figura 57 – Alguns atributos da vegetação do Parque do Carmo. 1. *Aroma*: floração da Carolina (*Pachira aquatica*), 2. *Luz e cor*: pôr do sol incidindo sobre os elementos naturais [Aroeira (*Schinus terebinthifolia*) e Carolina (*Pachira aquatica*)] e construídos (torre da Igreja), 3. *Refrigério*: foliões abrigados do sol na sombra de um mata-fome (*Pithecellobium dulce*) na colina, 4. *Frutificação*: mangueiras (*Mangifera indica*) frutificando, 5. *Sonoridade*: canto do pica-pau-verde-barrado²⁹ (*Colaptes melanochloros*) e 6. *Atmosfera*: imersão no lugar, realização de uma roda de capoeira no adro da igreja.



Fonte: O autor, 2023.

Ao pontuar os atributos da vegetação do Parque do Carmo, rememora-se o pensamento de Norberg-Schulz (1979), quando afirma que apenas a poesia confere significado à vida humana. O Parque do Carmo personifica essa ideia, sendo uma expressão pura de poesia, onde seus versos são escritos pela interação dos elementos vegetais e construídos. Conclui-se, assim, que o elemento vegetal desempenha um papel crucial, aproximando o ser humano ao lugar, e concretizando assim, o espírito do lugar.

²⁹ Durante o levantamento de campo da vegetação do Parque do Carmo observou-se a presença de três espécies de pássaros, sendo eles: Pica-pau-verde-barrado (*Colaptes melanochloros*), a Jandaia-verdadeira (*Aratinga jandaya*), e o Bem-te-vi (*Pitangus sulphuratus*).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar esta pesquisa, estava a par dos desafios relacionados à conservação da vegetação no Centro Histórico de Olinda. E agora, ao concluí-la, tornou-se evidente que esses problemas possuem raízes mais profundas do que o imaginado. Notou-se o quão urgente e necessário é se debruçar no estudo da vegetação.

Entender o elemento vegetal a partir da noção de espírito do lugar, preconizada por Christian Norberg-Schulz, pareceu um caminho acertado, já que permitiu ampliar a compreensão da temática, movimento ainda não observado em pesquisas anteriores. A partir dessa associação, entende-se que é perfeitamente normal que os lugares se modifiquem com o tempo, em especial o elemento vegetal dado sua condição efêmera. Contudo, isso não implica, necessariamente, na mudança do espírito do lugar.

Assim, pode-se afirmar que essa pesquisa apontou um caminho para a conservação do espírito do lugar do Parque do Carmo, ou seja, a concretização de sua essência em seus diferentes tempos e como ele se apresenta nos novos contextos históricos.

Foi a partir da historiografia, combinada com a fitocronologia e o palimpsesto vegetal, que se identificou a vegetação histórica do Parque do Carmo. Atrelado a tal condição, a pesquisa de campo revelou a paleta vegetal atual e os **principais atributos da vegetação**, que perpassaram no tempo. Por mais que aqui seja descrito, é desafiador expressar completamente a experiência fenomenológica, onde os atributos da vegetação interagem com o lugar, dando origem a uma atmosfera singular.

Entre os atributos da vegetação destacam-se: a **vegetação histórica** de grande porte, com **distintas espécies**, incluindo as frutíferas típicas do Horto de Olinda, de **coloração** verde escura que contrasta com as edificações históricas; **sonoridade**, dado ao canto dos pássaros e ao farfalhar das folhas ao vento e a copa das árvores que funcionam como **abrigo** e **refrigério** e que possibilita a **apropriação do lugar**. Tais atributos nos revelam os valores: histórico, paisagístico, botânico, ecológico, social, arquitetônico e espiritual, que perpassam pelos tempos históricos e constituem um dos principais elementos na paisagem, pertencendo ao imaginário da população (Figuras 58, 59 e 60).

Figura 58 – Parque do Carmo. A composição da vegetação revela os seguintes atributos: (1) espécies históricas, (2) cores, (3) refrigério, (4) abrigo, (5) sonoridade, (6) portes distintos e (7) apropriação do lugar.



Fonte: O autor, 2023.

Figura 59 – Parque do Carmo. A composição da vegetação revela os seguintes atributos: (1) espécies históricas, (2) color, (3) refrigério, (4) abrigo, (5) sonoridade, (6) portes distintos e (7) apropriação do lugar.



Fonte: O autor, 2023.

Figura 60 – Parque do Carmo. A composição da vegetação revela os seguintes atributos: (1) espécies históricas, (2) color, (3) refrigério, (4) abrigo, (5) sonoridade, (6) portes distintos e (7) apropriação do lugar.



Fonte: O autor, 2023.

No entanto, mesmo possuindo uma atmosfera singular, a pesquisa revelou as perdas das espécies vegetais históricas, a exemplo das palmeiras-imperiais (*Roystonea oleracea*) do Parque do Carmo. Ressalta-se que a conservação dos atributos da vegetação se trata de um dos elementos fundamentais para a preservação da autenticidade e integridade do Centro Histórico de Olinda, conforme especificado pela UNESCO.

É preocupante o quão rápido um espaço público pode se degradar e um jardim desaparecer. Com toda a bagagem já existente, a exemplo da Carta dos Jardins Históricos Brasileiros dita Carta de Juiz de Fora, elaborada no momento do *I Encontro Nacional de Gestores de Jardins Históricos*, organizado pelo IPHAN, pela Fundação Museu Mariano Procópio – MAPRO e pela Fundação Casa Rui Barbosa, que estabelece definições, diretrizes e critérios para a defesa e salvaguarda dos Jardins Históricos e que já possui mais de uma década. Desta forma, não é tolerável que se continue cometendo os mesmos equívocos do passado.

Além do nível detalhado de trabalho que esta Dissertação exigiu, dada a natureza da pesquisa historiográfica e de campo, as quais demandaram um grande período tempo, é importante também pontuar o apagamento da memória institucional, já que por diversas vezes precisou-se lidar com a inviabilização do acesso aos materiais históricos, e quando permitido, constatou-se o mal estado de armazenamento da documentação física e a inexistência de documentação em formato digital. O descaso vai além do espaço público. Suas memórias, desenhadas e escritas, se perdem pela falta de entendimento, por parte do poder público, que a documentação também deve ser conservada porque é um patrimônio. Não há conservação sem compreender o passado.

Somente quando se compreende profundamente um jardim, ou seja, sua história passada e o seu presente é que se torna possível avaliar sua essência e elaborar recomendações para a sua conservação (Fretwell, 2001). Dessa forma, ainda que com as lacunas existentes, a construção da historiografia do Parque do Carmo, e o levantamento da sua situação atual, permitiram situa-lo no tempo e no espaço, e compreender suas transformações.

Para o futuro acredita-se na importância da elaboração de matérias de cunho científicos-educativos. Assim como o manual '*Conservar Olinda: boas práticas no casario*', desenvolvido com o intuito de orientar sobre as boas práticas de intervenção nos imóveis

históricos, minimizando, assim, sua descaracterização, é também necessário que seja desenvolvido manual de boas práticas para a intervenção na vegetação, tanto no espaço privado quanto no público, que qualifique as propostas de intervenção, e informe sobre o tipo de paleta vegetal e seus atributos, para que assim os valores patrimoniais, não só da Praça do Carmo, mas também do Centro Histórico de Olinda, sejam salvaguardados.

Contudo, isso não basta, além da lacuna bibliográfica existente no trato do elemento vegetal do Centro Histórico de Olinda, é preciso ir além, pois há uma deficiência estrutural no quadro profissional das entidades de preservação, com profissionais que entendam a vegetação como um componente essencial e que saibam a especificidades do seu manejo.

É válido ressaltar que além do tombamento do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico, realizado pelo IPHAN em 1968, e o reconhecimento como Patrimônio Cultural Mundial pela UNESCO em 1982, já amplamente divulgados, a pesquisa apontou o olhar dos profissionais da década de 1970 representado pela figura de Roberto Burle Marx e Ayrton de Carvalho. Em suas declarações sobre a localidade do Parque do Carmo, trataram o elemento vegetal com sensibilidade, considerando a expressão e seus valores intrínsecos tanto da materialidade como da imaterialidade, um reflexo dos estudos correntes da época que se concentravam na promoção à defesa, reabilitação e difusão dos jardins.

Por fim, espera-se que o estudo contribua para o aprimoramento das políticas públicas de gestão do elemento vegetal no Centro Histórico de Olinda. Além de colaborar para a discussão dos desafios da conservação dos elementos vegetais em áreas históricas, e o desenvolvimento do ainda incipiente campo dos jardins históricos brasileiros.

REFERÊNCIAS

- ACCATI, Elena; DEVECCHI, Marco. Restoration of historical garden. **Italus Hortus**, 2005, v. 12, n. 4, p. 17-30. Disponível em: http://www.italushortus.it/phocadownload/review/review_2/02.accati.pdf. Acesso em 17 fev. 2024.
- ALMEIDA, Argus Vasconcelos de; et al. **Olinda**: Uma história por trás de estórias. Recife: Cepe, 2013.
- ANDRADE, Inês El-Jaick. Construção e desconstrução do conceito de jardim histórico. **Risco**: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n. 8, p. 138-144, jan. 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44756/48386>. Acesso em: 21 jan. 2024.
- AÑÓN-FELIÚ, Carmen. Authenticité: jardin et paysage. In: LARSEN, Knut Einar. **Conférence de Nara sur l'authenticité**. Bergen: ICOMOS, 1994.
- AÑÓN-FELIÚ, Carmen. Del jardín histórico y su rehabilitación. **Nueva Revista de Política, Cultura y Arte**, Spain, n. 40, p. 116-124, jun. 1995.
- ARLÉGO, Edvaldo. **Olinda, Patrimônio Natural e Cultural da Humanidade**. Recife: Comunicarte, 1990.
- BARRETO, Juliana; LIRA, Flaviana. Pesquisa histórica como aporte metodológico na atualização da legislação de proteção federal do Sítio Histórico de Olinda-PE. **Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada**, Olinda, v. 35, 2009. Disponível em: <http://www.ceci-br.org/ceci/br/publicacoes/textos-para-discussao/317-textos-para-discussao-v-35.html>. Acesso em: 12 set. 2023
- BELTRÃO, Luiz. **Memória de Olinda**. FIAM, Centro de Estudos de História Municipal: Prefeitura Municipal de Olinda, 1996.
- BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília: Iphan/ Programa Monumenta, 2010. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColArq3_Intervencoes_Urbanas_na_Recuperao_de_Centros_Historicos_m.pdf. Acesso em: 25 jun. 2023.
- BRUN, Lina. **Invito in giardino**. Italia: Edizioni Lina Brun, 2020.
- BURLE MARX, Roberto. Jardim e Ecologia, 1964. In: TABACOW, José Waldermar (org.) **Arte e paisagem**: Roberto Burle Marx. Rio de Janeiro: Studio Nobel, 2004. p. 85-95

CALMON, Pedro. **História do Brasil**: 1º Tomo. São Paulo: Editora Nacional, 1939. Disponível em: <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/259>. Acesso em: 26 mai. 2023.

CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. Rio de Janeiro, J. Leite & cia, 1925.

CARTA DE ATENAS. Atenas: Escritório dos Museus Sociedade das Nações, 1931.

CARTA DE FLORENÇA. Florença: ICOMOS, ICOMOS/IFLA, 1981.

CARTA DE JUIZ DE FORA. Carta dos jardins históricos brasileiros dita Carta de Juiz de Fora. Juiz de Fora: IPHAN, 2010.

CARTA DE VENEZA. Veneza: ICOMOS, 1964.

CATALANO, Mario; PANZINI, Franco. **Giardini storici**: teoria e tecniche di conservazione e restauro. Roma: Officina, 1990.

CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. **Olinda do Salvador do mundo**. Olinda: Editora Asa Pernambuco, 1986.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos**. Recife: FUNDARPE, 1951.

DE WIT, Saskia Irene. **Hidden landscapes**: The metropolitan garden and the genius loci. 390 f. Tese (Doutorado) - Urbanism, Delft University of Technology, Netherlands, 2014.

DEAN, W. A botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil. **Estudos históricos**. V.4, p.216-228, 1991.

DECLARAÇÃO de Québec. **Sobre a preservação do “spiritu loci”**, Québec: ICOMOS, 2008.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Aniversario da instalação do pavilhão infantil - Com o Posto de Hygiene - Calçamento urbano - Jardim da Praça da Abolição. **Diario de Pernambuco**, ed. 94, 28 abr. 1938 a.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Cincoentenario da Abolição - Diversões para as creanças - Religiosas. **Diario de Pernambuco**, ed. 111, 5 mai. 1938 b.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Reune-se hoje, o “C. C. Humberto de Campos” - Praça da Abolição. **Diario de Pernambuco**, ed. 113, 15 mai. 1938 c.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Iluminação pública - Jardim da Abolição - Notas policiaes. **Diario de Pernambuco**, ed. 203, 26 ago. 1938 d.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Mappa das plantas exoticas do jardim botânico da C. d'Olinda. **Diario de Pernambuco**, ed. 86, 17 abr. 1839.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Inconvenientes que resultam da preferencia pelo ficus benjamin e castanhola. **Diario de Pernambuco**, ed. 225, 23 set. 1944.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Obras e serviços públicos. **Diario de Pernambuco**, ed. 48, 27. fev. 1948.

DIARIO DE PERNAMBUCO. DE OLINDA – O caso do parque infantil. **Diario de Pernambuco**. Ed. 78. 4 abr. 1950 a. p. 5-10.

DIARIO DE PERNAMBUCO. DE OLINDA - O jardim da abolição. **Diario de Pernambuco**, ed. 93, 23 abr. 1950 b.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Instituto Histórico – Festas nos clubes. **Diario de Pernambuco**. Ed. 112. 18 mai. 1957.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Males de Olinda não tem cura. **Diario de Pernambuco**, Ed. 27. 9 out. 1976.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Burle Marx visita Olinda, vê plano de urbanismo e inaugura exposição. **Diario de Pernambuco**, ed. 210. 6 ago. 1977.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Olinda Abandonada. **Diario de Pernambuco**, ed. 268. 2 out. 1978.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Praça da Abolição ampliada. **Diario de Pernambuco**, ed. 241. 5 set. 1979.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Olinda é a força do povo. **Diario de Pernambuco**, ed. 285. 17 out. 1982.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Trânsito prejudica obras de recuperação de praças de Olinda. **Diario de Pernambuco**, ed. 334. 5 dez. 1984.

DIARIO DE PERNAMBUCO. PMO revitaliza Praça do Carmo e Sítio dos Reis. **Diario de Olinda**, ed. 128. 11 mai. 1985.

DUARTE, Mirela. Jardins dos Conventos de Olinda. In: SILVA, Joelmir Marques da; Terra, Carlos. **O lugar do jardim**: Territórios de cultura, arte e afetividades. V.1. Rio de Janeiro: Paisagens híbridas, 2023.

ETO OLINDA/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA; FCPHO. Norma Federal Nº 1155/79. Proposta de rerratificação do polígono de tombamento. Olinda: SPHAN, 1985.

VAREJÃO, Lucilo. Resolução nº 8. Projeto de requalificação do parque do Carmo. Olinda: FCPSHO. 05 ago. 2003.

FREYRE, Gilberto. **Olinda 2º Guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

G1 PERNAMBUCO. Palmeira imperial é derrubada pela prefeitura para a instalação de árvore de Natal em Olinda. **G1 Pernambuco**. 01 dez. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/12/01/palmeira-imperial-e-derrubada-pela-prefeitura-para-a-instalacao-de-arvore-de-natal-em-olinda-veja-video.ghml>. Acesso em: 17 fev. 2024.

GASTAL, Susana. Projeto Monumenta: filosofia e práticas em interface com o turismo. **Turismo em Análise**, v.14, n. 2, p. 77-89, nov. 2003.

GIUSTI, Maria Adriana. **Restauro dei giardini**: teorie e storia. Firenze: Alinea, 2004.

GOETHE, Paulo. Os monumentos que foram atropelados pelo trânsito. Direto da Redação, Diário de Pernambuco. 9 jul. 2016. Disponível em: <https://blogs.diariodepernambuco.com.br/diretodaredacao/2016/07/09/os-arcos-que-se-tornaram-alvos-do-progresso/>. Acesso em: 15 fev. 2024.

GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio. **Conservación de bienes culturales**: Teoría, historia, principios y normas. Madrid: Grupo Anaya, 2008.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil**: e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822, e 1823. São Paulo: São Paulo Editora S/A, 1956. Disponível em: <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/444>. Acesso em: 10 dez. 2023.

GUERRA, Andrea. Conservação de Olinda gera polêmica. **Diário de Pernambuco**, Recife, 22 out. 1995. Seção: Vida Urbana.

GUERRA, Fernando. **As duas faces de um mesmo monumento**: A igreja e o convento de Santo Antônio do Carmo em Olinda, Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

HONOR, André Cabral. A origem da reforma turônica no Nordeste: a expulsão dos carmelitas observantes dos conventos de Goiana, Recife e Paraíba. In: XIV Encontro Estadual de História da ANPUH: **História, memória e comemorações**. João Pessoa: ANPUH PB, 2010. p. 1-8.

KIDDER, Daniel Parish. **Reminiscências de Viagens e permanências no Brasil**: províncias do norte. Brasília: Senado Federal Conselho Editorial, 2008. 312 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/573382>. Acesso em: 12 set. 2023.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

LAPA, Tomás de Albuquerque; MELO, Raphael Ferraz Almeida. La Menace Voilée du Développement Économique à la Conservation de l'Esprit des Lieux. In: **16th ICOMOS GENERAL ASSEMBLY (...)**, Quebec. Canadá: ICOMOS, 2008. p. 1-11.

LOUREIRO, Juliana Coelho. **Pelas entranhas de Olinda**: Um estudo sobre a formação dos quintais. 2007. 227 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Dinâmicas do Espaço Habitado, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/678>. Acesso em: 12 set. 2023.

LUSTOSA, Bárbara. **Olinda de Duarte! Olinda para todos**. Recife: MXM Gráfica e Editora, 2010.

MAGALHÃES, Aloísio. Proposta de inscrição na lista do patrimônio mundial apresentada pelo Brasil. Brasil: IPHAN, 1981.

MAGALHÃES, Cristiane Maria. **O Desenho da História no Traço da Paisagem**: patrimônio paisagístico e jardins históricos no Brasil - memória, inventário e salvaguarda. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de. VIEIRA, Sofia Lerche. **Pesquisa educacional**: o prazer de conhecer. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha: UECE, 2001.

MENEZES, Larissa Rodrigues de. **O Sítio Histórico de Olinda**: análise da conservação da autenticidade em espaços públicos. 2006. 248 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

MEUNIER, Isabelle Maria Jacqueline; SILVA, Horivani Conceição Gomes da. Horto d'el Rey de Olinda, Pernambuco: história, estado atual e potencialidades da cobertura vegetal de uma área verde urbana (quase) esquecida. **REVSBAU**. Piracicaba, v.4, n.2, p.62-81, 2009.

NASCIMENTO, Eliane. **Olinda**: Uma leitura histórica e psicanalítica da memória sobre a cidade. 2008. 388f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/11230/1/Tese%20Eliane%20Nascimento1.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2023.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Genius Loci**: Towards a Phenomenology of Architecture. New York: Rizzoli, 1979.

OLINDA. Lei Nº 4.849/92. Legislação urbanística para os sítios históricos. Olinda: Câmara de Olinda, 1992.

OLIVEIRA, Marcelo Almeida. **O património paisagístico nas cidades luso-brasileiras: um olhar sobre duas realidades, Olinda e Ouro Preto.** 421 f. Tese (Doutorado) - Curso de Artes e Técnicas da Paisagem, Universidade de Évora, Évora, 2007.

PADOVAN, Beatrice Perracini. **Morar no Patrimônio - Direito à cidade, cultura e memória:** A gestão do patrimônio cultural no Plano-Piloto de Olinda PE. 2018. Disponível em:
https://www.academia.edu/39610818/Morar_no_Patrim%C3%B4nio_Direito_%C3%A0_cidade_cultura_e_mem%C3%B3ria_A_gest%C3%A3o_do_patrim%C3%B4nio_cultural_no_Plano_Piloto_de_Olinda_PE?ri_id=305982. Acesso em: 14 dez. 2023.

PARENT, Michel. O Estado de Pernambuco: os arredores de Recife. In: LEAL, Claudia Feierabend Baeta (org.). **As missões da Unesco no Brasil:** Michel Parent. Rio de Janeiro: Iphan, 2008. p. 33-193. Disponível em:
http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc3_MichelParent_m.pdf. Acesso em: 4 set. 2023.

PEREIRA JUNIOR, Clodomir Barros. **A conservação da cobertura vegetal como componente do patrimônio cultural em centros históricos urbanos.** Estudo de caso: a cidade de Olinda - pe. 2004. 225 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

PERNAMBUCO NOTÍCIAS. MPPE cobra melhorias na gestão da cobertura vegetal do Sítio Histórico de Olinda. **Pernambuco Notícias.** 15 abr. 2021. Disponível em:
<https://pernambuco noticias.com.br/mppe-cobra-melhorias-na-gestao-da-cobertura-vegetal-do-sitio-historico-de-olinda/>. Acesso em: 17 fev. 2024.

PRESTES, Maria Elice Brzezinski. **A investigação da natureza no Brasil-Colônia.** São Paulo: Annablume Fapesp, 2000.

PONTUAL, Virgínia; PICCOLO, Rosane. **Identificação do patrimônio Cultural.** In: Lacerda N.; Zancheti, S. M. (Org.) Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012.

PRAT, André. Notas históricas sobre as missões carmelitas no extremo norte do Brasil (séculos XVII e XVIII). Mossoró: [s.l.], 1941.

PREFEITURA DE OLINDA. Prefeitura realiza plantio de cinco palmeiras imperiais no Carmo. **Prefeitura de Olinda.** 03 mar. 2021. Disponível em:
<https://www.olinda.pe.gov.br/prefeitura-realiza-plantio-de-cinco-palmeiras-imperiais-no-carmo/>. Acesso em: 17 fev. 2021.

RECOMENDAÇÃO EUROPA. Conselho da Europa – Comitê de ministros, 1955.

ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio Soares. **Praças brasileiras**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

RODRIGUES, J.; DUTRA, M.; ALBUQUERQUE, P.; DIAS, S.; ALMEIDA, A. V. de. Aspectos histórico-ecológicos do horto D'el Rey de Olinda, Pernambuco. **Mneme - Revista de Humanidades**, [S. l.], v. 7, n. 19, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/347>. Acesso em: 18 fev. 2024.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; SILVA, Aline Figueirôa. **Caracterização dos Atributos dos Bens Patrimoniais**. ZANCHETTI, S. M.; JOKILEHTO, J. (Org). Gestão do Patrimônio Cultural Integrado. Recife: CECI. Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

SALDANHA, Nelson. **O jardim e a praça: o privado e o público da vida social e histórica**. São Paulo: Edusp, 1993.

SANJAD, Nelson. Os Jardins Botânicos luso-brasileiros. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 62, n. 1, p. 20-22, 2010. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252010000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 fev. 2024.

SANTANA, Flávio Dionísio de Santana; MELLO, José Aylton Coelho de. Berço Carmelitano no Brasil. Olinda: IPHAN, 1997.

SANTANA, Michele dos Anjos de; SILVA, Joelmir Marques da. A paisagem cultural a partir do elemento vegetal: o caso do Sítio Histórico de Olinda, Pernambuco, Brasil. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 32, n. 1, p. 148-165, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/19537>. Acesso em: 12 set. 2023.

SEGAWA, Hugo Massaki. **Ao amor do público: jardins no Brasil 1779-1911**. 1994. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-o8022023-130705/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

SEPLAMA. Projeto de Revitalização, Horto d'El Rey. Olinda: SEPLAMA/SEPACTUR, 1996.

SILVA, Aline de Figueirôa. **Entre a implantação e a aclimação: o cultivo de jardins públicos**. 2016. Tese (Doutorado em Paisagem e Ambiente) - FAU/Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Fernando Fernandes da. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade**. Petrópolis: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. 219 p.

SILVA, Joelmir Marques da. **Integridade visual nos monumentos vivos: os jardins históricos de Roberto Burle Marx**. 2017. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Centro de Artes e Comunicação/Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

UNESCO. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention**. France: UNESCO World Heritage Centre, 2023.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Geografia urbana histórica. In: PONTES, Beatriz Maria Soares; CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de (org.). **As cidades históricas do nordeste brasileiro**. Recife: Ufpe, 2021. p. 12-21. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/263>. Acesso em: 3 set. 2021.

WAISMAN, Marina. **O interior da história**: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos. Perspectiva, 2013.

APÊNDICE A - Ficha de Campo para Levantamento Florístico

[illegible]

APÊNDICE B - - Inventário florístico do Parque do Carmo e adjacências, realizado em 2023

